



190.491-4/1

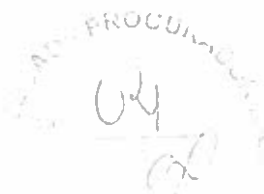
EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO
PROCESSO nº 2013.01.1.137964-2

A Associação Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor e da Cidadania – APROCON, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 16.810.946/0001-53, sediada no SHS QD 02, Bloco J, Sala 102-B, Brasília/DF, representada neste ato por seu presidente, Sr. Rodrigo Benelli Canal, inscrito no CPF nº 014.855.431-85, por intermédio de seus advogados constituídos, com fulcro na CF/88, art. 5º e 37, e nas Leis 7.347/85, 8.078/90 (CDC) e 8.666/93 e Lei 8.429/92, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, interpor a presente:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO LIMINAR

em face dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos CONSUMIDORES E USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, em desfavor de, **01) DISTRITO FEDERAL**, por meio da Secretaria de Estado de Transportes do DF, com sede no Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Cep 70.075-900, Brasília/DF; **02) CONSÓRCIO HP-ITA** por intermédio da





empresa líder do consórcio HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ 01.082.569/0001-06, com sede na Avenida dos Alpes n° 450, Setor União, Cep 74.310-907, Goiânia-GO; 03) VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, inscrita to CNPJ n° 54.360.623/0001-02, com sede na Estrada Antonio Abdalla n° 235, Jardim Califórnia, Piracicaba/SP; 04) AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, inscrita no CNPJ 76.557.867/0001-04, com sede na Rua Tapajós n° 851, Bom Retiro, Curitiba/PR; 05) EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA, inscrito no CNPJ 01.627.142/0001-46, com sede no SGCV Lote 05A, Guará/Brasília/DF e 06) VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, inscrita no CNPJ n° 05.830.982/0001-62, com sede no SGCV Sul, Lote 18, Sala 02, Brasília/Guará/DF, em face das irregularidades na Licitação 001/2011-ST-DF.

I - DA LEGITIMIDADE DA AUTORA E A DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO

A Ação Civil Pública, disciplinada pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por objetivo reprimir ou mesmo prevenir a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; podendo ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Nesta senda, impende ressaltar que a Autora, conforme cópia de seu estatuto, ata e cartão de CNPJ, possui legitimidade para figurar no polo ativo da demanda, conforme dispõe o art. 5º da Lei 7.347/85, V, haja vista seu registro de constituição ser de 23/07/2012, e dentre as suas atribuições sociais está a busca pelos direitos dos consumidores, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social, *in verbis*:

TÍTULO II – DO OBJETIVO SOCIAL

Artigo 3º - A APROCON tem os seguintes objetivos e atividades sociais:

I – defender, divulgar, promover informação ao público em geral, no interesse da cidadania, desenvolvendo interesse pela efetiva busca e exercício desta, seja teórica como praticamente, seguindo princípios

APROCON
05



gerais de Justiça Social e da busca do Bem Comum, fazendo uso de unidades próprias como de terceiros, mídia televisionada, escrita e falada;

II – incentivar e promover o desenvolvimento científico e técnico do direito da cidadania e do consumidor e o aperfeiçoamento da formação dos que atuam na defesa desses direitos, utilizando unidades próprias ou de terceiros;

III – contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que propiciem a consolidação do conhecimento dos direitos dos consumidores, com a evolução do espírito de cidadania, uso das Instituições e dos direitos aplicáveis aos cidadãos, em especial aos consumidores;

IV – estimular o intercâmbio entre os cidadãos/consumidores e outras áreas da Sociedade Civil, no sentido de amadurecer o denominado “espírito de cidadania”;

V – incentivar, através da troca de experiências entre os diversos organismos, nacionais e internacionais de Defesa da Cidadania e do Consumidor, o desenvolvimento de uma política coerente e integrada de divulgação de Defesa da Cidadania e do Consumidor;

VI – promover o intercâmbio com outras entidades defensoras dos direitos da ecologia e cidadania e do consumidor, a nível local, nacional e internacional;

VII – publicar, editar, distribuir, patrocinar e promover trabalhos ou estudos relacionados à defesa da Cidadania e do Consumidor, através de livros, revistas, informativos e/ou jornais próprios ou de reconhecido em âmbito científico;

VIII – contribuir, juntamente com entidades congêneres, para o contínuo fortalecimento da Cidadania e dos Direitos do Consumidor;

IX – desenvolver atividades sociais, culturais e desportivas que possam contribuir para o desenvolvimento da Cidadania e de divulgação dos direitos do Consumidor.





X – promover campanhas de mobilização e esclarecimento da opinião pública, bem como difundir seus objetivos sociais em segmentos da Sociedade Civil, em todas as áreas de atuação em que sua intervenção se faça necessária;

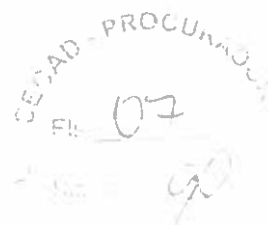
XI – atuar junto aos poderes organizados – Legislativo, Executivo e Judiciário – no âmbito Federal, Estadual e Municipal – visando o advento e aperfeiçoamento da legislação e dos procedimentos atinentes à defesa do Consumidor e da Cidadania, em especial fazendo uso de Ações e Interpelações Judiciais e Extrajudiciais, perante organismos que desrespeitem os Direitos dos Consumidores e a Cidadania como um todo;

XII – representar, perante os órgãos competentes, inclusive podendo propor as ações judiciais e quaisquer medidas extrajudiciais que se façam necessárias, sempre que os direitos dos Consumidores e da Cidadania forem de alguma forma lesados ou se encontrem na ameaça de o ser;

A rigor do que predispõe a Lei 7.347/85 e o CDC, art. 82, as associações conquistaram o *status* assemelhado ao Ministério Público para propositura de ação civil pública, em defesa de direitos do cidadão e de toda uma coletividade.

De modo que a Autora demonstra estar presentes tais requisitos a atender às exigências processuais da condição da ação, cujo propósito é a defesa dos interesses da coletividade a exemplo dos direitos dos usuários de transporte público coletivo do Distrito Federal, em face de supostas irregularidades no processo de licitação 001/2011 – ST-DF.

Demais disso, como será adequadamente demonstrado a seguir, para se evitar decisões conflitantes, é de se observar que o presente feito deve ser distribuído e processado nesta MM. 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, vez que





naquela serventia se encontra tramitando atualmente demanda de mesmo pedido e causa de pedir sob o nº. 137964-6/2013, ocasionando a prevenção deste juízo.

Como se observa, naquele expediente, inclusive, restou deferido o pleito liminar atendendo ao apelo público e notório, e acolhendo as inúmeras e inafastáveis alegações outrora lançadas e que fazem parte da presente manifestação.

Desta feita, para se evitar o entendimento divergente decorrente da análise dos critérios para deferimento do pedido de liminar, resguardando a firmeza e a segurança das decisão emanadas pelo Poder Judiciário, caracterizando a conexão das demandas de mesmo pedido e causa de pedir (art.103 – CPC), pugna-se pela processamento da presente perante esta MM. 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

II - SÍNTESE DOS FATOS

Antes de adentrar aos fatos, esclarece a autora que, na qualidade de defensora dos direitos do cidadão, não é contra a licitação do transporte público, muito pelo contrário, entende ser fundamental a renovação da frota de ônibus por veículos novos, além de outras melhorias no sistema de transporte público que vão proporcionar um transporte mais digno e de qualidade aos milhões de usuários desse sistema.

Contudo, ressalta haver necessidade de uma licitação pública para o transporte público do DF, porém que respeite os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, atinentes à administração pública.

Nesse contexto, a fim de que Vossa Excelência possa compreender a dinâmica dos fatos a autora demonstra de forma sintética a evolução do processo de licitação 001/2011 – ST, realizado pela Secretaria de Transportes do DF, por meio do qual o Distrito Federal busca substituir praticamente 100% de toda a frota de ônibus local.



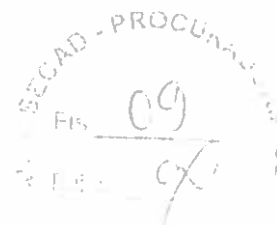


Nessa esteira, o Executivo tornou público o Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011, tipo menor tarifa, para concessão do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, a ser explorado por cinco empresas, dividido em cinco bacias geográficas. A presente licitação contou com a participação de onze empresas que concorreram àquela que seria a maior licitação da história do DF, cuja soma dos contratos chegaria a casa dos **DEZ BILHÕES DE REAIS** por um período de até 20 anos.

Ao passo que fora contratado o Consórcio Logit/Logitrans, incumbido de fazer o estudo técnico e elaborar o edital 001/2011 – ST, nos moldes em que o DF almejava para o novo sistema. Ocorre que uma das empresas que compõem o Consórcio contratado pelo DF tem como diretor o Sr. Garrone Reck.

O aludido consórcio elaborou o edital de licitação para o transporte público no DF e em outras cidades do Brasil, em parceria com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck advogados Associados, que atuam, simultaneamente, para os Grupos Constantino e Gulin, e ainda acumulam a função de “consultor jurídico” da Comissão Permanente de Licitação 001/2011 – ST/DF.

Nesse sentido, o escritório de advogados, por intermédio do Dr. Sacha Reck, atuou e fez-se passar por diversas vezes pelo papel de julgador no processo licitatório, conforme se abstrai de cópia de troca de ofícios extraídos do referido processo licitatório e das fotos que comprovam o alegado, senão vejamos:





- a) Logo após a publicação do Edital de Licitação, ainda na fase de pedidos de Esclarecimentos do Edital, o escritório de Advogados GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK já iniciava sua atuação, conforme manifestação do Sr LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA, Subsecretário de Políticas de Transportes do Distrito Federal, que encaminhou a Comissão de Licitação, parecer elaborado pelo referido escritório, para proceder resposta a pedido de esclarecimento elaborado pela empresa Expresso Brasília conforme consta das fls. 21.986 dos autos:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



MEMORANDO Nº 104/2012-SUPOTT/ST

Brasília, de 22 de agosto de 2012.

Para: Comissão de Licitação da Concorrência Pública 01/2011-ST

Assunto: Esclarecimentos para Expresso Brasília Ltda.

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para providências pertinentes, a resposta ao pedido de esclarecimentos formulado pela empresa Expresso Brasília Ltda., enviada por Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - Advogados Associados.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST

RECEBIDO - PRELIMINAR
21/08/2012



**Guilherme Gonçalves
Sacha Reck**

Curitiba, 21 de agosto de 2012.

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Ref.: Concorrência 01/2011-ST

Minuta de resposta ao pedido de esclarecimentos solicitado pela empresa
Expresso Brasília Ltda.

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, resposta pertinente ao pedido de
esclarecimentos formulado pela EXPRESSO BRASÍLIA LTDA., referente a
Concorrência n° 01/2011 – ST.

Nesta oportunidade, renovamos nossos votos da mais elevada
estima e consideração.

Atenciosamente,

Sacha B. Reck

Sacha Breckenfeld Reck

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

Folha nº: 02198

Processo nº. 090 060 455/2010

Publicat: 26/8/12

Conforme cópia acima, denota que o referido escritório atuou deliberadamente
como estranho no processo, bem como assessorou juridicamente a Comissão de
Licitação, elaborou a ata de entrega das propostas (foto abaixo), orientou sobre





recursos e habilitações e ainda confeccionou a ata de julgamento das propostas; além de emitir pareceres decisivos e contrários aos recursos interpostos pelos concorrentes na licitação, assumindo por diversas vezes e de forma ilegal o papel da Comissão Especial Licitatória, conforme se depreende de fotos abaixo, vejamos:



À direita, o dr. Sacha Reck, sem o menor pudor, redige a ata de entrega de envelopes, fazendo-se passar por membro da CEL.



Momento de entrega das propostas da Licitação 001/2011 ST
Humberto Menezes (esquerda), secretário da Comissão de Licitação assiste o cedame
Sacha Reck (direita) advogado do Grupo Constantino, redige a Ata

SECAD - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Fls. 412
17



Comprova-se ainda fora o Escritório de Advogados GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK, responsável pela elaboração da resposta ao pedido de esclarecimento protocolado pela empresa Viação Jardins S/A, que diante da resposta ao pedido de esclarecimento ficou impedida de concorrer ao certame, conforme se demonstra às fls. 22.323, do processo administrativo:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



MEMORANDO Nº 112/2012-SUPOTT/ST

Brasília, de 05 de setembro de 2012.

Para: Comissão de Licitação da Concorrência Pública 01/2011-ST

Assunto: Resposta ao pedido de esclarecimento da empresa Viação Jardins .

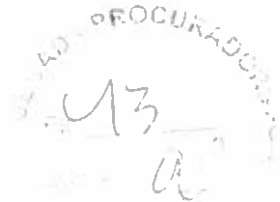
Senhor Presidente,

Encaminhamos, para providências pertinentes, a resposta ao pedido de esclarecimento formulado pela empresa Viação Jardins S/A, enviada pelo Representante da Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - Advogados Associados.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST

A certeza de que seus pareceres seriam usados pela Comissão era tão grande que os mesmo eram intitulados de MINUTAS, ou seja, de algum modo, já sabiam que seus pareceres seriam integralmente acatados, conforme consta às fls. 22.324 dos autos:





**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**

Orientações: Minuta de Resposta ao Pedido de Esclarecimentos

Viação Jardins S/A - 31.08.2012

1 - Anteriormente à realização da audiência pública referida no item 1.1 do

De igual forma, fora procedido com relação ao pedido de esclarecimento formulado pela concorrente Rápido Veneza Ltda, conforme consta das fls. 22.349/22.350 do processo de licitação:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



MEMORANDO Nº 110/2012-SUPOTT/ST

Brasília, de 04 de setembro de 2012.

Para: Comissão de Licitação da Concorrência Pública 01/2011-ST

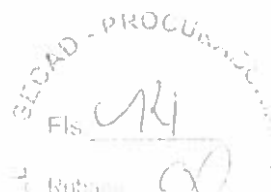
Assunto: Resposta ao pedido de esclarecimento da empresa Rápido Veneza.

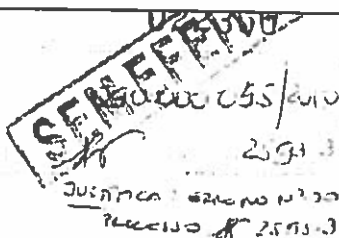
Senhor Presidente,

Encaminhamos, para providências pertinentes, a respostas ao pedido de esclarecimento formulado pela empresa Rápido Veneza Ltda, enviada pelo Representante da Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - Advogados Associados.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST





**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**

Curitiba, 05 de setembro de 2012.

**AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO**

Ref.: Concorrência 01/2011-ST

Minuta de resposta ao pedido de esclarecimentos solicitado pela empresa
Rápido Veneza Ltda.

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, resposta pertinente ao pedido de esclarecimentos formulado pela **RÁPIDO VENEZA LTDA.**, referente à Concorrência nº 01/2011 – ST.

Mas adiante, às folhas 22.501, do processo de licitação, o Escritório de Advogados **GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK**, antecipa-se até mesmo aos parâmetros que serão adotados como requisitos de **HABILITAÇÃO**, julgamento este que ao menos hermeneuticamente, é exclusivo da Comissão de Licitação, conforme se depreende:

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**

Orientações: Minuta de Resposta ao Pedido de Esclarecimentos

Auto Viação Santo Antônio Ltda. – 06.09.2012





Sendo assim, pergunta-se:

- a) Quais demonstrações contábeis deverão apresentar as sociedades limitadas, i) aquelas previstas nos arts. 1.065 e 1.179 do Código Civil, ou ii) ou as do art. 176 da Lei das Sociedades Anônimas?

Resposta: No intuito de evitar discussões doutrinárias e de interpretação na fase de habilitação e visando garantir o julgamento objetivo do certame, as demonstrações contábeis suficientes para habilitar os licitantes, no caso exemplificado, são apenas aquelas previstas no Código Civil, as quais são suficientes para a análise de todas as contas que instruem o cálculo dos índices contábeis e demais requisitos de habilitação financeira exigidos no Edital.

DA PERMISSIVIDADE DO RÉU AO ADMITIR QUE TERCEIROS ESTRANHOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO MANIPULASSE O CERTAME

Senão bastasse, ressalta outra grave irregularidade, o referido escritório sequer possui contrato formalizado com a administração pública, conforme disciplina a Lei 8.666/93, art. 61, § único e o artigo 13, inciso II da Lei 9.784/99, sendo que o julgamento dos Recursos Administrativos referentes à fase de habilitação é de competência exclusiva e indelegável, vejamos:

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

II - a decisão de recursos administrativos;

Mesmo assim, em seu site, os advogados anunciam que tal escritório "atua na capital federal a partir de um CONTRATO FIRMADO pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID em 2009, vinculado a um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Transportes do Distrito Federal." (doc. em anexo)

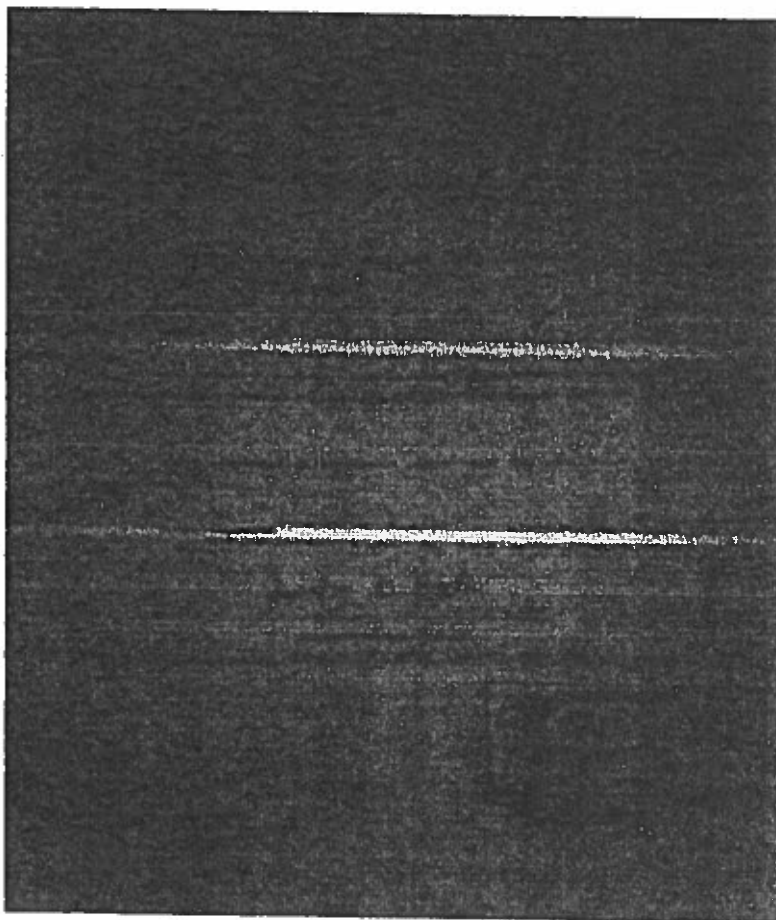
SELAO - PROCURADORIA
FIC 416
Relat. CD



Por sua vez o BID instado a manifestar-se sobre o tal contrato desmentiu tal afirmação aduzindo que *“não possui nenhuma relação com o Sr. Sacha Breckwnfeld Reck, nem com o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados.”* (doc. em anexo)

De modo que todos os atos de Julgamento dos Recursos Administrativos, referente a fase de Habilitação, foram praticados pelo escritório de advogados, e conforme disciplina a lei de regência são ilegais.

P. ex., ao observar detidamente cópia de encaminhamento da “minuta de julgamento de recursos” pelo escritório de advogados, confirma-se a invasão de terceiros estranhos que inegavelmente interferiram no resultado da licitação, o que por si só, demonstra uma grave evidência de vícios insanáveis, conforme se depreende:



SECRETARIA DE PROSECUÇÃO
FEB 17
12



Note ainda, no canto esquerdo do ofício acima, consta escrito à mão por um membro da CEL que faz uma ressalva nos seguintes termos, **"Parecer não lido, apenas vistado, POR EXIGÊNCIA DO SECRETÁRIO DE TRANSPORTES"**.

Sobre tal documento, não se mostra factível que os membros da Comissão não possam ou não conheçam o teor destes que, legal e tecnicamente, cabe tão somente a eles conhecer, conforme disciplina a lei.

Constata-se ainda, pela simples comparação entre a minuta do julgamento dos Recursos Administrativos da fase de Habilitação, para o documento oficial expedido pela Comissão de Licitação, que esta teve apenas o trabalho de preencher as lacunas com as devidas datas, conforme espaços marcados com "XX/XX/XXXX".

**Guilherme Gonçalves
Sacha Reck**

**Orientações para o julgamento final dos recursos administrativos
relativos à fase de habilitação**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

Assinatura: 01/01/2011 - ST

TRANS

**ATA DE JULGAMENTO FINAL DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
RELATIVOS À FASE DE HABILITAÇÃO**

Em 14/09/2012, às 14h30, no local de realização da Comissão Especial de Licitação, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação para o julgamento final dos recursos administrativos, impugnações e requerimentos apresentados pelos licitantes contra o Edital de Licitação, referente à concorrência de habilitação, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 26/01/2012.

Na data de 14/09/2012, às 14h30, no local de realização da Comissão Especial de Licitação, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação para o julgamento final dos recursos administrativos, impugnações e requerimentos apresentados pelos licitantes contra o Edital de Licitação, referente à concorrência de habilitação, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 26/01/2012.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação Nº 01/2011 - ST



**JULGAMENTO FINAL
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS
À FASE DE HABILITAÇÃO DO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

Reunido para julgamento final dos recursos administrativos relativos à fase de habilitação da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST, referente à Concorrência para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPL/DF, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, distribuído em 3 (três) lotes, conforme descrição do respectivo Edital e seus anexos.

No dia do dia 14 de setembro de 2012, às 14h30, no local de realização da Comissão Especial de Licitação, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação para o julgamento final dos recursos administrativos, impugnações e requerimentos apresentados pelos licitantes contra o Edital de Licitação, referente à concorrência de habilitação, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 26/01/2012.

RELATÓRIO

Realizada a sessão de abertura dos envelopes de habilitação da Concorrência em epígrafe, na data de 14/09/2012, foi facultado à Comissão Especial de Licitação, reunida em sessão, considerar, em nome da Comissão Especial de Licitação, as impugnações e requerimentos apresentados pelos licitantes contra o Edital de Licitação, referente à concorrência de habilitação, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 26/01/2012.

SEAD - PROCURADORIA
FIS 98
15



De maneira que ao comparar a minuta produzida, antecipadamente, pelos advogados, na qual no local 'data' consta apenas os "XX XX XXX", comparando-se a do julgamento realizado, observa-se que o documento enviado pelo advogado SACHA RECK, fora objeto de trabalho pela comissão apenas no tocante a COPIAR (Ctrl +C), mudar o timbrado e COLAR (Ctrl + V).

Noutro momento, a CEL encaminha a suposta consultoria ofício no qual consta o seguinte teor, vejamos:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST



JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS

LOTE 4

Por se tratar de análise e julgamento de cunho eminentemente técnico e financeiro, a Comissão Especial de Licitação submeteu cópia da proposta financeira apresentada pela empresa habilitada, em lote 4, para parecer da empresa de consultoria que assessorou a Secretaria de Estado de Transportes na definição do modelo econômico do Edital de Licitação 01/2011-ST. O relatório elaborado por tal empresa de consultoria foi integralmente recepcionado pela Comissão Especial de Licitação, sendo anexoado à presente Ata de Julgamento e fazendo parte integrante da presente decisão, como elemento de sua motivação, para todos os fins de direito. Deste modo, baseada no parecer técnico em anexo, a Comissão esclarece que:

Seria cômico senão fosse trágico, mas a verdade é que o Réu ao encaminhar ao escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck para que este analisasse a proposta financeira da empresa habilitada ao lote 04, demonstra per si a gravidade dos seus atos. Pois a empresa ganhadora do lote 04, A Auto Viação Marechal é patrocinada pelos próprios advogados que, logicamente, deram seu parecer favorável. (conforme cópia de procuração em anexo)





III - DO DIRECIONAMENTO DO EDITAL E FAVORECIMENTO AOS VENCEDORES

CHAMA A ATENÇÃO DE V. EXª PARA O GRAVE FATO DE QUE O SR. GARRONE RECK, DIRETOR DO CONSÓRCIO CONTRATADO PELO RÉU PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL 001/2011 – ST, É PAI DO DR. SACHA RECK, QUE POR SUA VEZ ATUA EM PARCEIRA COM O ADVOGADO GUILHERME GONÇALVES, E JUNTOS ADVOGAM PARA AS EMPRESAS VIAÇÃO PIRACICABANA, VIAÇÃO PIONEIRA E AUTO VIAÇÃO MARECHAL, TODAS VENCEDORAS DA LICITAÇÃO.

Portanto, de forma explícita, resta demonstrado o direcionamento e favorecimento a tais empresas desde a elaboração do Edital 001/2011-ST/DF, uma vez que pessoas ligadas a uma mesma família, consultores e advogados, atuaram na concepção do projeto básico do referido edital, e, pasme, prestaram consultoria a Comissão Especial de Licitação, julgavam recursos de concorrentes e emitiam pareceres que favoreciam empresas ligadas ao grupo, supostamente favorecido.

Tanto é verdade que para cada um dos lotes, houve apenas uma empresa habilitada e cada licitante vencedor havia apresentado sua proposta no preço máximo definido pelo Edital, além de que três das empresas contavam com a consultoria jurídica do mesmo escritório que já advogava para dois dos maiores grupos econômicos proprietários das empresas de ônibus do Brasil: Grupo Gulin e Grupo Constantino. (conforme se prova por meio das procurações outorgadas pelos Empresários para os Advogados – Anexos)

Tal engenharia demonstra uma complexa organização liderada pelos Réus em conluio com advogados e sócios de empresas participantes, que juntos atuaram com o único intuito de obter informações privilegiadas e vantagens indevidas, tanto que sagraram-se vencedores do milionário certame.

A par disso, as empresas contratantes dos advogados já nominados, muito provavelmente, valendo-se de informações sigilosas, sagraram-se vencedoras da

SEAL - PROCURADORIA
FR. 20
20



licitação, em detrimento de outros concorrentes, cujo valor das propostas perdedoras foi abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras, são elas:

Viação Pioneira, vencedora do lote 02; (Grupo Constantino) Advogados: Guilherme Golçalves e Sacha Reck
Viação Piracicabana, vencedora do lote 01; (Grupo Constantino) Advogados: Guilherme Gonçalves e Sacha Reck
Auto Viação Marechal, vencedora do lote 04; (Grupo Gulin) Advogados: Guilherme Golçalves e Sacha Reck

IV - DAS INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS

1º - como não entender que houve informações privilegiadas se os advogados conheciam cada vírgula do edital, haja vista que o pai de Sacha Reck, Garrone Reck, foi quem o elaborou;

2º - como não entender que houve informações privilegiadas se os advogados participavam ativamente das decisões da Comissão Especial de Licitação, habilitando e inabilitando quem bem eles entendessem, em clara afronta ao previsto no art. 13, inciso II da Lei 9.784/99 e a lei de licitações;

3º - como não entender que houve informações privilegiadas e direcionadas se os advogados munidos de tais informações patrocinavam causas das empresas do Grupo Constantino e Gulin, nesta e em outras licitações no Brasil, sagrando-as vencedores na em sua grande maioria.

4º - o caso é tão absurdo que os advogados, atuando como se fossem integrantes da CEL, prepararam uma minuta padrão para julgamento dos recursos administrativos, intitulada "*Orientações para o Julgamento final dos recursos administrativo relativo á fase de habilitação*", sendo esta apenas preenchida pelos membros da Comissão. Ou seja, quem decidia o rumo da licitação eram pessoas estranhas ao processo, em clara afronta ao previsto no art. 13, da Lei 9.784/99.





O fato grave é que a administração pública admitiu de forma desonesta e fraudulenta que terceiros estranhos ao processo licitatório influenciassem e manipulassem decisivamente no resultado final do vultoso certame.

DO SUPERFATURAMENTO E A REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

E se não bastasse as tamanhas irregularidades acima apontadas, numa tentativa de impedir a concretização dos absurdos perpetrados pela comissão licitante e os destinatários daquelas irregularidades, o Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal apresentou uma representação onde aponta, além de tudo, o superfaturamento dos valores estimados para as tarifas a serem aplicadas na execução dos contratos.

Ora, com um trabalho magistral concretizado por aquele órgão Ministerial, restou caracterizado o cerceamento das planilhas correspondentes ao projeto básico, apto a viabilizar a participação ampla de concorrentes, o que refletiu na baixa competitividade no certame e, principalmente, possibilitou "convenientemente" que as propostas vencedoras fossem apresentadas beirando o patamar máximo, um superfaturamento do preço final totalmente incompatível com o serviço prestado e as características dos cálculos aplicáveis na consolidação das propostas.

Vale destacar a íntegra daquela manifestação:





52.192.111

326
766
24499
MPC/DF
2013



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL

Representação n.º 08/2013

A Secretaria-Geral de Controle Externo, observados os
termos da Portaria nº 278/2009 e Edital Regimental nº
35/2012
Em 24.05.2013.
INACIO MARCALHÃES FILHO
Presidente

O Ministério Público de Contas, em auxílio ao controle externo da Ad-
ministração Pública, vem respeitosamente oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO

RECEBUE
2013
24/05/2013
MPC/DF

para que o Egrégio Tribunal de Contas adote as providências pertinentes para pro-
cessamento e análise das informações ora encaminhadas, no Processo n.º
12086/11; e ao final determine à Secretaria de Transportes, nos termos do § 6º do
art. 7º e do caput e §1º do art. 49, ambos da Lei n.º 8686/93, providências no sentido
de anular a Concorrência Pública n.º 01/2011, por afronta ao artigo 7º, Inciso I e §2º,
I e II, da Lei n.º 8686/93, ao alegar sigilo e não disponibilizar o orçamento detalhado
e os memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo esti-
mado de viagens, que definem a tarifa técnica, o que resultou em preços superfatu-
rados. REQUER ainda o MPC/DF a apenação dos responsáveis pelas irregularidades
descritas, respeitado o direito de defesa.

2013
24/05/2013
MPC/DF

SECRETARIA DE PROCURADORIA
FIS 23
RECEBUE



Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

2. Foram publicados no DODF os resultados da licitação para outorga de concessão do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), por meio de ônibus, referentes às bacias 2 a 5 (ver Anexo I), estando ainda pendente a bacia 1.

Tabela 1 – Resultados da Concorrência n.º 01/2011:

Bacia	Vencedora	Tarifa (R\$)	Tarifa Máxima (R\$)
2	Viação Pioneira	2,3681	2,5902
3	HP-ITA	2,8026	2,8309
4	Auto Viação Marechal	2,7192	2,7192
5	Expresso São José	2,7093	2,7093

3. Em fases anteriores do Processo n.º 12086/11, denunciou o *Parquet* CERCEAMENTO À COMPETIÇÃO, em razão da ALEGAÇÃO DE SIGILO, pela Secretaria de Transportes, DAS PLANILHAS DETALHADAS E DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO RELATIVAS AO PROJETO BÁSICO. O resultado agora se apresenta, com a baixa competitividade do certame e com as tarifas técnicas vencedoras próximas ao teto fixado no Edital, sendo duas delas coincidentes com a tarifa máxima.

4. Sobre as tarifas, o *Parquet* também alertou que, CASO FOSSEM FIXADAS NO PATAMAR MÁXIMO, IMPLICARIAM TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) DE 12% PARA O CONCESSIONÁRIO VENCEDOR, conforme calculado no Edital, indicando estar esse valor superestimado em relação à TIR máxima de 8,95% fixado no Edital de Curitiba/PR de mesmo objeto, ou ainda a patamares de 6 a 8% para obras de infraestrutura do PAC. Por oportuno transcreve-se o excerto correspondente:

“3º Indício – Da taxa interna de retorno (TIR) superestimada

“20. A própria Secretaria de Transportes, ao apresentar as tarifas técnicas na planilha consolidada à fl. 2351, indica a taxa interna de retorno (TIR) de 12% para o concessionário.

“21. Ora, o Edital da Concorrência n.º 05/2009 (anexo), que trata da licitação de transportes coletivo urbano de passageiros de Curitiba/PR, indica, no item 8.2, TIR máxima de 8,95%. Ou seja, a TIR do Edital do DF é 36% superior à TIR máxima do Edital de Curitiba/PR, indicando estar a tarifa técnica no DF superestimada. No entanto, não é possível estabelecer o grau dessa superestimativa em razão da ausência do memorial de cálculo e da planilha detalhada.

DELAN - PROCURADORIA
Fis 74
90



378
11/03/2011
Ata 011



Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

Item 8.2 do Edital da Concorrência n.º 05/2009 de Curitiba/PR:

“8.2 A exequibilidade do custo/lon médio final proposto deverá ser demonstrada por meio da apresentação do devido fluxo de caixa (ANEXO XII) compreendendo todo o período da outorga (15 anos), nele considerados além de todos os insumos que compõem a planilha, os valores devidos em razão da outorga (Item 2.3) e uma Taxa Interna de Retorno – TIR máxima de até 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, não-alavancada (sem consideração juros e financiamentos).”

“22. Em rápida pesquisa, verifica-se que as obras de infraestrutura do PAC para concessões rodoviárias indicam TIR de 6 a 8%¹, que pode servir de parâmetro para projetos de longo prazo desenvolvidos atualmente. Note-se que a redução da TIR ao longo dos últimos anos decorre da redução da taxa de juros no Brasil (SELIC, CDI, TJLP). Nesse sentido, mesmo a TIR de 8,95% pode estar hoje superestimada, pois o Edital de Curitiba/PR foi elaborado em 2009, quando o patamar das taxas de juros era superior ao atual.”

5. Para afastar a referida argumentação, a unidade técnica registrou tão somente entender ser a TIR de 12% “compatível” com a elevada taxa de juros dos últimos anos, sem sequer mencionar os argumentos do Parquet e sem trazer qualquer referência que possibilitasse comparação, *in verbis*:

“47. Em relação à alegação de que a Taxa Interna de Retorno de 12% adotada no procedimento sob análise estaria superestimada, ressaltamos que a TIR reflete a remuneração do capital investido no empreendimento e o mercado é o balizador deste retorno. Em um investimento de longo prazo, como no caso presente, diversas variáveis futuras envolvem as expectativas dos empresários e nos parece que o teto máximo de 12% não se mostra despropositado, face ao recente histórico de taxas de juros elevadas com que convivemos em nosso país nos últimos anos. Dessa feita, opinamos porque não seja acatada a manifestação do Ministério Público.”

(11)

¹http://www.planejamento.gov.br/secrearias/unfocul/Arquivos/pronunciamentos/palestras/120129_apresentacao_nova_kirqu_inqtes.pdf

SELA - PROCURADORIA
FIS 25
10/03/2011



Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

6. Mais, com as vênias devidas, a unidade técnica buscou comparar taxa de juros (supõe-se aquela praticada no mercado) com a TIR de 12%, parâmetro da licitação em foco. Esta última é uma TIR não-alavancada, "aparente", "não real". NÃO CONSIDERA FINANCIAMENTOS. Explico. A TIR real, aquela que representa o ganho efetivo do concessionário, deve incorporar TODOS OS SUBSÍDIOS E VANTAGENS NO FLUXO DE CAIXA, INCLUSIVE AQUELAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTO.

7. Como exemplo, cito o FINAME BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que é uma linha de crédito subsidiada para a aquisição de bens de capital, como máquinas e equipamentos, incluindo ônibus. Em 2009, época da licitação em Curitiba/PR, a taxa era de 7%, conforme Circular n.º 71/09-BNDES (ver Anexo II), sendo hoje de apenas 3% (ver Anexo III).

8. Dessa forma, grosso modo, a alavancagem de capital de terceiro permitida na licitação de Curitiba/PR foi de 1,95%, sendo resultado da subtração da TIR máxima de 8,95% menos a taxa FINAME-BNDES de 7%. Na licitação em foco, a mesma alavancagem alcança 9%, ou 342% superior ao de Curitiba/PR, resultado da TIR máxima de 12%, menos a taxa FINAME-BNDES PSI de 3%. Impõe-se instaurar nesse ponto para investigação de possível de superfaturamento.

9. Com o resultado da licitação, podemos estimar a TIR real ao incorporar a taxa FINAME-BNDES PSI no fluxo de caixa das planilhas consolidadas às fls. 5352/8 do Processo n.º 12088/11. Para tanto, utilizaremos o resultado da Bacia 4 (planilha no Anexo IV), com tarifa técnica de R\$ 2.7192, além de adotar bases mais conservadoras no financiamento, como taxa de juros de 4% ao ano (3% do BNDES-PSI + 1% de folga para eventuais taxas e custos eventuais) e opção por não financiar o investimento previsto no ano 7 (R\$ 119,7 milhões), previsto no Edital para renovação parcial da frota, o que resultará uma TIR significativamente menor.

10. O fluxo de caixa a seguir é o contido na planilha do Edital para a Bacia 4, com previsão de TIR de 12%.

Fluxo de Caixa Original - Bacia 4 (R\$ milhões) (TIR = 12%) (fl. 5355 ou Anexo IV).

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
(188,9)	38,34	35,34	35,34	35,34	23,14	25,44	(58,36)	34,94	34,94	104,04

11. Para incorporar o financiamento da compra dos ônibus no ano 0, elaborou-se o fluxo de caixa do financiamento, sendo o valor do empréstimo R\$ 131,04 milhões, com amortizações anuais de R\$ 16,16 milhões, durante dez anos.

SECRETARIA DE PROCURADORIA
RIS 76
REVISTA



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

380
4437
12/01/13

Hipóteses do financiamento:

- FINAME-BNDES PSI com juros de 4% fixo ao ano (3% + 1% de folga p/ taxas eventuais);
- Investimento em frota no ano 0 = R\$ 145,6 milhões;
- Valor financiável para grandes empresas = 90% do investimento ou R\$ 131,04 milhões
- Prazo de pagamento = 10 anos.

Fluxo de Caixa do Financiamento (juros de 4% aa) (R\$ milhões):

Ano 0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
131,04	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)	(16,16)

12. Para obter o novo fluxo de caixa, com a incorporação do financiamento, basta somar o fluxo de caixa original com o do financiamento:

Fluxo de Caixa Resultante = Original + Financiamento (R\$ milhões) (TIR = 40,47%):

Ano 0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
35,86	18,18	18,18	19,18	19,18	8,98	9,28	(74,52)	18,78	18,78	87,88

13. Portanto, s.m.j., do Fluxo de Caixa Resultante (Fluxo de Caixa Original + Fluxo de Caixa do Financiamento), ou seja, com o financiamento, teremos uma TIR de aproximadamente 40% (ver Anexo V), quase 3,5 vezes a TIR original de 12%.

14. Simulando financiamentos com taxas de 6, 8 e 10% (ver Anexo V), podemos montar a tabela a seguir com as respectivas TIRs:

Tabela 2 – TIRs em função de taxas de juros de financiamento de 90% do investimento no ano 0

Juros do Financiamento	4% aa	6% aa	8% aa	10% aa
TIR	40%	34%	27%	18%

15. Tais resultados, quando confrontados com indicadores atuais, como a SELIC de 7,5%, ou CDI de 7,2%, ou inflação de 6%, ou títulos públicos prefixados de 9,5% (LTNs) e pós-fixados de INPC + 4% (RTNBs) (todos valores médios coletados em 21/05/2013), INDICAM O SUPERFATURAMENTO DA TARIFA TÉCNICA, possivelmente decorrente da FALTA DE COMPETITIVIDADE DO CERTAME E DO SIGILO IMPOSTO ÀS PLANILHAS DETALHADAS E AOS MEMORIAIS DE CÁLCULO RELATIVOS AO PROJETO BÁSICO.





<u>

381

Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

16. Cabe anotar que, além das bases conservadoras utilizadas nos cálculos da TIR, não foi incorporado o subsídio previsto na Lei n.º 12715/12, que desonera a folha de pagamento do setor de transporte urbano, com vigência a partir de janeiro de 2013 (Anexo VI), o que elevaria ainda mais a TIR.

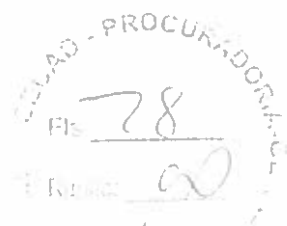
17. Ainda sobre o fluxo de caixa apresentado no Edital, o *Parquet*, em fase anterior, questionou os valores de "Depreciação Contábil", por contemplar apenas a depreciação da frota, estando ausentes os valores das depreciações das edificações e dos equipamentos.

18. Em relação a esse ponto, a d. unidade técnica argumentou nos autos que a depreciação das edificações e demais equipamentos poderiam ou não ser incluídos pela situação diferenciada de cada empresa em relação a esses itens, *in verbis*:

"48. Quanto à alegação da ocorrência de valores incorretos de depreciação contábil, ao não levar em consideração a depreciação das edificações, equipamentos e sistema de vigilância, a nosso ver não assiste razão ao pleito ministerial. Cada licitante possui situação diferenciada de edificações, equipamentos e sistemas de vigilância e a nosso ver não haveria como se mensurar tais custos dentro de critérios de razoabilidade, de forma a se chegar a um fator comum de compensação entre os licitantes. Já em relação à depreciação da frota, a compensação entre as licitantes seria equânime e daí a possibilidade de mensuração no procedimento licitatório."

19. Ora, basta compulsar as planilhas às fls. 5352/6 para constatar que as depreciações das edificações e demais equipamentos já constam para efeito de despesa no cálculo do EBIT ou resultado operacional, ou seja, já foram mensuradas e incluídas pela Secretaria de Transporte. Assim sendo, o *Parquet* entende que também devam compor a "Depreciação Contábil", na mesma planilha, e integrar o fluxo de caixa livre. Trata-se de critério técnico, pois se excluídos da depreciação contábil, também deveriam ser excluídos do cálculo do EBIT. Se considerado o entendimento do *Parquet*, a TIR estaria superestimada, de forma indevida, favorecendo a concessionária.

20. Outro ponto alegado pelo Ministério Público no Processo n.º 12086/11, que pode ser atendo nas propostas financeiras e, posteriormente, na execução, diz respeito ao custo com pessoal que, no Edital de Curitiba, representa 58,6% do custo





Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

operacional, contra 72,3% do Edital em foco, indicando possível inconsistência. Para reafirmação de irregularidade nessa disparidade, deveria o TCDF ter comparado o piso salarial entre as duas localidades, para composição do custo real de pessoal.

21. Por fim, registra o Ministério Público que A DENÚNCIA APRESENTADA PELA ABRADec, objeto de matérias do Jornal de Brasília (Anexo VII), TORNA-SE AINDA MAIS GRAVE SE CONSIDERADO O SIGILO IMPOSTO PELA JURISDICIONADA AO ORÇAMENTO DETALHADO E AO MEMORIAL DE CÁLCULO DA REVISÃO DOS DADOS DE QUILOMETRAGEM E DO TEMPO ESTIMADO DE VIAGENS, ESSENCIAIS À ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS. Tais dados foram modelados pelo Consórcio Logit/Logitrans.

22. Se se comprovarem verdadeiras as ligações entre o Consórcio, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas Viação Pioneira (Grupo Constantino) e Auto Viação Marechal (Grupo Gullin), os dados sigilosos podem mesmo terem sido repassados a estas empresas favorecendo-as indevidamente. Esse ponto merece cautelosa investigação do E. TCDF.

Conclusão

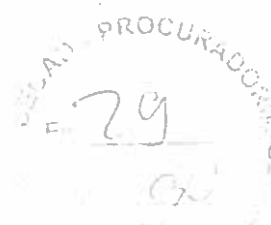
23. Ao ver do Parquet, com as vênias devidas, as falhas apontadas não receberam o devido aprofundamento, justamente em razão da excessiva celeridade que se quis imprimir. Agora, após a licitação, vislumbra-se as consequências de eventuais falhas não saneadas, o que pode afetar todo o processo licitatório, além de comprometer a própria celeridade e a economicidade.

24. Nesse sentido, o Parquet já havia destacado as falhas que diretamente compunham a espinha dorsal do Edital de licitação como sendo o cerne dos autos e suas consequências futuras. Por oportuno, transcrevo excertos do Parecer n.º 1118/12-MF (ns. 2526/37), que denotam as impressões em foco:

"31. Dentre os elementos que impediram o cumprimento da diligência, destaca-se o sigilo imposto pela jurisdicionada ao orçamento detalhado, o que impossibilitou a aferição da regularidade da tarifa técnica. Sequer é possível saber se a estimativa apresentada implica necessidade de subsídio ou receita para a Administração.

"32. Por motivo assemelhado, quer seja, a ausência do memorial de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo esti-

cu





Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

383
4435
12011/1

mado de viagens, também não foi possível avaliar a conformidade dos novos parâmetros contidos no último Edital.

*33. Inobstante, é de constatar que as alterações foram significativas e impactaram fortemente nos valores das tarifas técnicas e dos investimentos, denotando a materialidade e a relevância dessas análises não realizadas.

*34. Em que pese a importância relativa dos diversos elementos abordados nesta fase, deve-se destacar a essencialidade da tarifa técnica, que, em última instância, definirá a sustentabilidade do modelo proposto, a receita do permissionário ou valor da licitação, a viabilidade econômica, a necessidade de subsídio e de adequações de custos, dentre outros. Nesse sentido, os memoriais de cálculo e o orçamento detalhado, que definem a tarifa técnica, adquirem especial importância relativa, sendo, ao ver do *Perquet*, o cerne dos autos.

*35. Assim, o que causa estranheza ao *Perquet* é o brutal aumento da tarifa técnica de 95,75% neste novo Edital em relação ao anterior. Das modificações efetuadas que impactaram tal tarifa, as mais relevantes parecem ser:

- previsão de 100% de ônibus novos;
- retirada da idade média da frota, e
- alteração da quantidade anual de embarques

(...)

*39. No novo Edital, essa redução brutal do número de embarques, que chegou a mais de 40% em três lotes, parece ter sido compensada com o significativo aumento de 95,75% do valor da tarifa técnica. Dessa forma, o valor da licitação, ou receita dos futuros concessionários foi mantida, ou melhor, passou de R\$ 6,28 bilhões para R\$ 7,79 bilhões, perfazendo ainda 23,97% de aumento.

(...)

*41. A estimativa grosseira do número de embarques e sua alteração, a ocultação de valores da planilha detalhada e a ausência do impacto das modificações havidas, ao ver do *Perquet*, devem ser objeto de profunda análise da ST e do Tribunal de Contas.

*44. Deve-se ainda ter em mente que o fato define o destino do transporte público para os próximos 10 a 20 anos, para nossos filhos e netos, sendo nocivo e não razoável o excesso de celeridade que se quer imprimir. Impõe-se, portanto, a devida cautela, com análise aprofundada do orçamento detalhado e dos números en-

cf

SEGAD - PROCURADORIA
FIS 30
27



384
4436
17/11/11



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

volvidos, nos diversos cenários possíveis, não havendo qualquer espaço para a falta de transparência constatada."

25. Portanto, as falhas fúcras que maculam o Edital são O SIGILO IMPOSTO PELA JURISDICIONADA AO ORÇAMENTO DETALHADO e A AUSÊNCIA DO MEMORIAL DE CÁLCULO DA REVISÃO DOS DADOS DE QUILOMETRAGEM E DO TEMPO ESTIMADO DE VIAGENS. Teis falhas impossibilitaram a aferição da regularidade da tarifa técnica e do número de embarques e, em última instância, do próprio valor da licitação, de R\$ 7,8 bilhões (= tarifa técnica x número de embarques). Conforme já dito, constituem a "espinha dorsal" do Edital.

26. Sob a ótica dos proponentes, tal falta de transparência dificultou a formulação de propostas, em especial, para as empresas que não operam o sistema, possivelmente oriundo vantagem indevida para os atuais permissionários. NÃO HA COMO ESTIMAR O CUSTO OPERACIONAL DE UMA LINHA SEM DADOS E DETALHES SOBRE A MESMA.

27. Corroborando o defendido pelo Parquet, transcreve-se abaixo trecho da Representação do cidadão Sr. Adevandro Peraltá da Silva, indicado no §68 da Instrução (fl. 3702) como representante da empresa Vera Cruz, a qual, segundo matéria jornalística (fl. 3711), seria de Araxá/MG (fls. 3322 e 3329):

"Não encontrei nenhuma planilha de custo de formação de tarifa, nem seus memoriais, nem o estudo técnico para a formação das tarifas e pasme, não existe justificativa, para que as tarifas sofrassem alteração do edital publicado em 2011, para o de março de 2012 (...)

"PERGUNTEI AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO SR. GALENO, ONDE ESTAVAM OS MEMORIAIS, OS CÁLCULOS, AS PLANILHAS E AS JUSTIFICATIVAS, ESTE ME INFORMOU NA FRENTE DA TESTEMUNHA SR. JOÃO GONÇALVES FERNANDES QUE NÃO EXISTIA NENHUM DESTES DOCUMENTOS NO EDITAL E QUE O EDITAL NÃO HAVIA SIDO FEITO POR ELE, QUE NÃO SABIA NADA DO EDITAL.

"Ora nobre Corte de Contas, que devana proteger o bolso público, isso é um absurdo, pois tal informação confirma em gênero e grau o temor exposto pela única pessoa nesta corte que demonstrou temor em tal gravidade, neste caso a Nobre Promotora do MP desta Corte, a Dr. Márcia Farias, que alerta a todos desta gravidade (...)

Assim, considerando o exposto, na presente Medida Cautelar com pedido liminar, requer sejam estas razões recebidas, especialmente

PROCURADORA
FIS
31
CD



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

te para determinar a suspensão do Procedimento Licitatório apenas pelo tempo necessário para que a comissão especial de licitação apresente as planilhas de cálculo, de dados, de memoriais, e as fundamentações de valores expressos no edital, que serviriam de base para a formação da proposta financeira da eventual licitante." (...)
(destaque nosso)

28. Portanto, pelo transcrito, resente-se o Sr. Adevandro, ou a empresa Vera Cruz (supostamente de Araxá/MG), da falta dos mesmos elementos já mencionados pelo *Parquet*, para elaboração de sua proposta financeira, CARACTERIZANDO CERCEAMENTO À COMPETIÇÃO.

29. Em consequência, verificou-se no resultado da licitação a fixação da tarifa técnica no valor máximo, ou próximo. Mais, consoante discurrido nos parágrafos 2 a 16, para a bacia 4, tal tarifa estaria superaturada ao resultar taxas de retorno reais de 19 a 40% (ver tabela no §11 desta peça), e depender das condições de financiamento, em cenário atual de SELIC a 7,5%, ou CDI a 7,2%, ou inflação de 6%.

30. Feitas essas considerações, o Ministério Público entende haver irregularidades suficientes a motivar a anulação de todo o certame. Embora na nobre e difícil missão de licitar, pela primeira vez, o transponte público coletivo do DF, a celeridade que se quis imprimir foi em grau excessivo, restando falhas não sanadas que prejudicaram a competitividade e a economicidade, ferindo de morte todo o processo licitatório.

31. Em face do exposto, é a presente REPRESENTAÇÃO para que o e. Plenário determine à Secretaria de Transportes, nos termos do § 6º do art. 7º e do caput e §1º do art. 49, ambos da Lei n.º 8666/93, providências no sentido de anular a Concorrência Pública n.º 01/2011, por afrontar o artigo 7º, inciso I e §2º, I e II, da Lei n.º 8666/93², ao alegar sigilo e não disponibilizar o orçamento detalhado e os

² Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

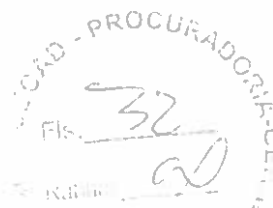
(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que especifiquem a composição de todos os seus custos unitários.

(...)





TCO
4538
170648
386

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagens, que definem a tarifa técnica, o que resultou em preços superinflacionados. REQUER ainda o MPC/DF a apuração dos responsáveis pelas ilegalidades descritas, respeitado o direito de defesa.

Brasília, 22 de maio de 2013.

Márcia Farias
Procuradora

§ 6º A integridade do disposto neste artigo implica a validade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes presta todo o auxílio.

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo analisá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvada a responsabilidade prevista no parágrafo único do art. 39 desta Lei.

O contundente trabalho, inclusive, faz remissão à gravidade das ligações entre o consórcio, o escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados e as empresas Viação Pioneira (Grupo Constantino) e Auto Viação Marechal (Grupo Gulin), o que respalda as demais alegações já exaustivamente lançadas neste petítório.

Argumentação que reforça a procedência da presente para anular o certame licitatório nos moldes dos pedidos a serem firmados na conclusão.

PROCURADORIA
MPC/DF



V – DA REPERCUSSÃO NA MÍDIA

Como não poderia ser diferente, o caso ganhou destaque na mídia, agravando a notoriedade das ilegalidades e abusos perpetrados no certame.

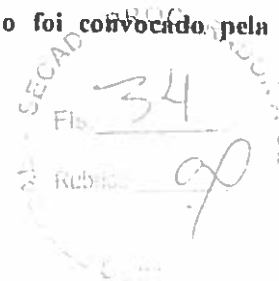
Nesta senda, o próprio presidente da Comissão Especial de Licitação, Galeno Furtado Monte, admitiu, por meio de matéria publicada no Jornal de Brasília, da lavra do jornalista Mino Pedrosa, na qual revelou que o computador do então presidente da comissão possui informações comprometedoras.

Com o fim de substanciar os fatos narrados, a autora traz na íntegra reveladora matéria, publicada em 23 de junho de 2013, pelo jornalista Mino Pedrosa, que poderá ser acessada por meio do link: <http://quidnovi.com.br/mino/detalhe.asp?c=880>

Por Mino Pedrosa

Enquanto o Brasil explode nas ruas com manifestações reivindicando melhores condições e preços nos transportes públicos urbanos, o Distrito Federal fechou a Licitação mais polêmica da história, que corria há dois anos, dando como vencedora do lote 5 a Piracicabana, uma empresa que vai cobrar R\$ 0,49 a mais do que a concorrente eliminada, nas linhas do Park Way e Esafe, áreas consideradas estratégicas pelo Governo que prevê um dos maiores crescimentos metropolitanos nos próximos anos para aquela região. O QuidNovi revela com exclusividade a trama que foi engendrada pelo grupo do Governador Agnelo Queiroz para levar R\$ 40 bilhões dos cofres públicos, para um único grupo de transporte coletivo, o de Nenê Constantino, na Capital Federal nos próximos 20 anos.

O computador de Galeno Furtado Monte, o homem que preside a maior e mais polêmica licitação do GDF, na área de transporte urbano, revela uma história que chama a atenção da Justiça e do Ministério Público Federal. Foi na residência oficial da vice-governadoria, no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, que foi selado o destino de pelo menos R\$ 40 bilhões dos cofres públicos nos próximos 20 anos. Galeno foi convocado pela cúpula da





Capital, uma vez que a Licitação, comprometida por fraudes e direcionamentos para empresas de um único grupo, corria o risco de vir à baila, a partir das reportagens publicadas por este colunista no Jornal de Brasília. Ali, era o começo do fim.

No último dia 3 de junho Galeno chegou à vice-governadoria e deparou-se com dois subsecretários de Transporte, José Augusto Pinto Junior, e Luiz Fernando de Souza Messina, o vice-governador Tadeu Filipelli, o procurador-chefe do GDF, e até o chefe da Polícia Civil. Galeno relata os momentos de maior tensão e onde chegou até a fazer contato com o governador Agnelo Queiroz.

"Tinha uns quatro caras, secretário, um bocado de gente. Chamaram o procurador chefe e até o chefe da Polícia Civil. Imagina a gente, mero barnabé, com o vice-governador e o governador dando ordens! O Agnelo deu a ordem por telefone para fechar a licitação. Foi desgastante. Foi um dia muito difícil. Eu falei para o Filipelli: Governador, eu quero conversar a sós com o senhor. Tem muita coisa que vai nos trazer dor de cabeça. Já estou passando situações críticas na família e no ambiente de trabalho. Já tenho uma comissão de sindicância em andamento. Tenho um depoimento na Decap (Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública). Tenho uma demanda do Ministério Público. Tá difícil de me defender. Ele colocou seu advogado pessoal à disposição, não é o do Governo, e mandou defender a Comissão."

(...)

"Fui sócio do Durval, por isso eu era visado. Mas quem me chamou foi o Messina que trabalhou com o Durval lá no Gama. Ele é amigo do Durval! O Messina era o executor do contrato de informática do TJDF na época que Durval era o secretário. Agora era ele que mandava incorporar os documentos do Sacha na Licitação."

O presidente da Comissão de Licitação revela também como foi formatado o edital. Todos dos documentos saíam do escritório paranaense Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. A Comissão não lia um documento sequer, tudo vinha pronto. Tem até uma observação por escrito, em alguns documentos onde uma integrante da Comissão faz ressalva ao assinar revelando que estava sendo pressionada pelo secretário

Fls. 35
10/06/2016



de Transporte José Walter Vazquez Filho. Ela assina, mas explica que não leu e que está em desacordo com o trâmite do edital. Nada disso, foi considerado pelo secretário.

“Toda a licitação foi redigida pelo escritório Sacha Reck. Isso aí já foi negociado antes. Até o resultado da licitação. É o escritório que dá o resultado. É uma enganação. Quem preparou o projeto básico foi o pai do Sacha com o outro filho, que analisa todos os recursos. A licitação foi para inglês ver. Botaram cinco pessoas leigas para fazer esta licitação”, alega Galeno.

E continua: “Não existe contrato com o escritório de advocacia. Fiz um documento pedindo ao Augusto Pinto uma cópia do contrato do Governo com o Sacha. Não veio. Mandamos um documento para o Secretário Vazquez, não veio. Quem está pagando o Sacha é o BIRD, através de uma empresa chamada Logit.”

O polêmico Edital de Licitação tem a consultoria do Consórcio Logit/Logitrans, que tem como um dos principais diretores Garrone Reck, pai de Sacha Reck. Sacha, por sua vez, é, juntamente com seu sócio Guilherme Gonçalves, advogado dos vencedores do milionário Edital: as empresas do Grupo de Nenê Constantino. Durante todo o processo, Sacha esteve no comando e no dia da entrega da documentação foi ele que digitou a ata do certame. Sacha tirou o secretário Humberto Menezes de seu lugar, deixando-o na plateia assistindo tudo.

O governador Agnelo Queiroz, com o vice Tadeu Filipelli, acompanhava do Palácio milimetricamente todos os passos do certame. Segundo Galeno, o governador manipulava a publicação dos documentos no Diário Oficial. Galeno alega que estava fazendo um trabalho bem feito e não sabia que estava sendo usado.

Na reta final do certame, dia 28 de maio de 2013, véspera do feriado de Corpus Christi chegou uma demanda do juiz para o presidente da Comissão publicar, num prazo de cinco dias, o recurso da Cooperativa de



São Paulo (Coperbrasil) no Diário Oficial. Galeno diz que mandou. Mas o governador Agnelo Queiroz mandou retirar a publicação.

Na segunda-feira, dia 3 de junho, acontece a reunião na vice-governadoria e a empresa perde todos os prazos do recurso devido a manipulação do governador Agnelo Queiroz, no apagar das luzes na véspera do feriado.

“O Agnelo mandou tirar minha decisão da boca do Diário Oficial. Isso é uma irregularidade. No dia 4 de junho de 2013 o Diário Oficial saiu com a classificação final do Nenê Constantino. Em 5 de junho, sai no DODF a homologação e adjudicação e o extrato de concessão. Foram publicados juntos, no mesmo dia, para não dar espaço para recurso. Atropelou um monte de fases, a licitação fechou.” (Grifos nossos)

A publicação, trazida pelo jornalista Mino Pedrosa, causou perplexidade em muita gente. Menos na Administração do Distrito Federal, que não tomou nenhuma medida a fim de averiguar os fatos e, principalmente acatar os pareceres do Ministério Público do Distrito Federal e de Contas que se manifestaram pela anulação do certame.

Ainda, o escândalo teve repercussão nacional, ocasião em que a revista Veja, famosa por suas matérias bombásticas, publicou na edição de nº 2.327, ano 46, de 26/06/2013, matéria cujo título trazia:

“CARTEL DA RODA PRESA - As empresas de ônibus financiam os políticos. São por eles recompensadas e quem paga a conta é o usuário. Investigações de fraudes no setor atingem nove capitais”

Alexandre Aragão

(...)

Atualmente, há investigações sobre fraudes que envolvem empresas de ônibus em pelo menos 60 cidades, incluindo nove capitais. O tipo mais comum de logro é a contratação em processos de licitação com cartas marcadas.



Uma dessas investigações está em curso no Tribunal de Contas do Distrito Federal e envolve dois titãs do setor as famílias Constantino e Canhedo.

(...)

Nos últimos seis meses, cinco empresas foram escolhidas para cuidar do transporte rodoviário da cidade por um período de dez anos ao preço de 8 bilhões de reais. No edital, o Distrito Federal foi dividido em cinco lotes, cada um a ser operado por um grupo. Somente cinco empresas foram habilitadas — exatamente o número das áreas em disputa e exatamente as que ofereciam preços quase colando no teto. As outras doze concorrentes foram eliminadas antes da abertura dos envelopes com as propostas. Uma das ofertas rejeitadas previa uma tarifa 59 centavos mais baixa do que a vencedora. A licitação foi conduzida pelo governo do DF em parceria com um escritório de advocacia particular de Curitiba — o Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. E aí começa um cipóal de relações curiosas. Um dos sócios do escritório doou 35.000 reais à campanha ao Senado da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann — que, depois de eleita, contratou o mesmo escritório e o pagou com verbas de seu gabinete no Senado. A ministra já declarou que a contratação não configura nenhuma irregularidade — o que formalmente, é verdade. Além das relações com o alto petismo o escritório de Sacha Reck já trabalhou para o grupo de Nenê Constantino o que não foi considerado impedimento para que participasse da condução da licitação. Do lado do governo, o presidente da comissão de licitação é Galeno Furtado, ex-braco-direito de Durval Barbosa, o delator do esquema de corrupção no governo de José Roberto Arruda. As denúncias de Durval levaram à renúncia de Arruda e abriram caminho para a ascensão do atual governador, Agnelo Queiroz, também do PT. Os barões da catraca e seus padrinhos: eis um bom tema para os próximos cartazes dos manifestantes.

VI - DA CELERIDADE DO MP E DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

A fim de disseminar seus objetivos, o grupo formado pela família de Sacha Reck, agindo da mesma forma praticada no DF, atuou na cidade de Guarapuava e Apucarana, no Paraná, municípios onde o Consórcio Logitrans elaborou o edital de



licitação do transporte coletivo local, tendo como potencial vencedor uma empresa do grupo Constantino, cujo advogado é o Dr. Sacha Reck.

Ocorre que naquele caso (Apucarana) houve a imediata intervenção do Ministério Público manifestando-se pela anulação da licitação, em face da ilegalidade apontada, documento no qual demonstra as ilegalidades praticadas e reforça "a ligação entre a empresa LOGITRANS e o GRUPO CONSTANTINO". Neste caso, o executivo acatou a Recomendação. (doc. Ministerial em anexo)

Nesse espeque, observe a semelhança dos fatos ocorridos no DF envolvendo os mesmos personagens, em comparação com os já citados nesta exordial, conforme trecho da Recomendação do Ilustre Representante do MP do Paraná que pediu a suspensão do edital no município de Apucarana/PR, vejamos:

CONSIDERANDO que, no procedimento supramencionado fora juntado exemplar do Jornal "Espaço Aberto", nº 373, circulado nesta cidade, no qual fora editada matéria em sua pág. 03, sob título: "TCCC e LOGITRANS - Coincidência mercantil", bem como pela declaração do repórter Ednei Roberto Rósina Mansano, perante esta Promotoria de Justiça (n. 262), pelos quais, em síntese, sugerem uma "ligação mercantil histórica entre LOGITRANS e o grupo CONSTANTINO, o qual inclui diversas empresas, entre elas, a T.C.C.C., que atualmente explora o transporte coletivo de Apucarana" (texto extraído da declaração);

CONSIDERANDO que em consulta efetuada no "site" da empresa LOGITRANS, foi observado que a referida empresa efetuou o estudo técnico que serviu de base para a elaboração de licitação para a concessão de transporte coletivo em diversas cidades e que, em algumas delas, efetivamente foram vencedoras empresas do Grupo Constantino;



CONSIDERANDO que foi juntado nos autos de inquérito civil supramencionado um e-mail, no qual é narrada a ligação entre a empresa LOGITRANS e o Grupo CONSTANTINO, reforçando a narrativa feita pelo repórter Ednei Mansano como acima já exposto;

CONSIDERANDO que no e-mail acima mencionado fora ventilado que um dos Diretores da Empresa LOGITRANS (Sr. **Garrone Reck**), possui um filho advogado (*Dr. Sacha Breckenfeld Reck*), o qual milita na área de transportes coletivos e patrocina causas do Grupo Constantino, juntamente com o advogado Dr. Guilherme de Salles Gonçalves, conforme documentos indicados no e-mail já citado;

JÁ NO MUNICÍPIO DE GUARUPUAVA, NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DOS FORTES INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO, A JUSTIÇA DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA, A PEDIDO DO MP EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DETERMINOU O BLOQUEIO DE BENS E A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO DO ADVOGADO SACHA RECK E DE SEU PAI, GARRONE RECK, OS MESMOS CONSULTORES JURÍDICOS CONTRATADOS PELO RÉU PARA CONDUZIR A NEBULOSA LICITAÇÃO DE ÔNIBUS DO DF. (cópia da decisão, em anexo)

Note Ex^a não se tratar de mera coincidência os atos praticados pelos envolvidos aqui no DF. O que há de fato é a escancarada leniência e cumplicidade do Réu ao permitir a prática reiterada de atos espúrios e antijurídicos, cometido por ele, pelos demais atores que manipularam o resultado do certame desde o seu nascedouro até o fim.

De modo que esta Douta Justiça, a permitir tal desmazelo, o que não se espera, restará inevitável os incalculáveis prejuízos ao erário e, principalmente a toda a população, vítima de um sistema de transporte público indigno e sucateado.

Ademais, resta inegável que a Secretaria de Transportes do DF ao patrocinar e permitir a prática de tais atos viola os princípios da legalidade, impessoalidade,



moralidade e publicidade, atinentes à administração pública, conforme se depreende do art. 37, da CF/88, além daqueles insertos na lei 8.666/93, especialmente no tocante ao tipo penal previsto no artigo 96, inciso II, da Lei de Licitações.

VII - DA FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO PELAS EMPRESAS VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA E VIAÇÃO PIONEIRA LTDA

A autora busca demonstrar por meio do quadro abaixo as ligações societárias do Grupo Constantino e as duas empresas vencedoras do certame, Viação Pioneira e Viação Piracicabana, que juntas vão explorar cerca de 45% da frota de ônibus do DF:

PROCURADORIA
41
C



Viação Pioneira:

Sócias administradoras

Auristela Constantino
Cristiane Constantino Foresti

EPRESSO UNIAO LTDA

Sócios:

Comporte Part. S/A (Henrique Constantino)
Belatrix Part. S/A (Auristela Constantino e Cristiane Constantino Foresti)
Renpet Part. S/A (Auristela Constantino e Cristiane Constantino Foresti)

Administradores:

Auristela Constantino
Cristiane Constantino Foresti
Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca
Paulo Sérgio Coelho
José Efraim

Viação Piracicabana Ltda:

Sócios

Comporte Participações S/A (Henrique Constantino e Joaquim Constantino Neto)
Guarus Participações S/A (Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca e Paulo Sérgio Coelho)

Administradores:

Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca;
Paulo Sérgio Coelho;
José Efraim

QUADRO PROCURADORIA
4/2
6/2



Conforme demonstra o gráfico acima, não há margem para dúvidas de que as empresas citadas, vencedoras do certame, lotes 02 e 01, pertencem aos mesmos sócios, inclusive possuem a mesma configuração societária da Expresso União Ltda – empresa matriz do grupo econômico, seja por meio da Comporte Participações Ltda., ou seja por intermédio da Guarus Participações S/A.

A despeito do que apontou o MPDFT em seu parecer, “a empresa matriz Expresso União Ltda. também é administrada pelas sócias-administradoras da empresa Viação Pioneira Ltda. Sr^{as} AURISTELA CONSTANTINO E CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI a qual, repise-se, sagrou-se vencedora da Bacia 2, da concorrência 001/2011 – ST.” (destaque nosso)

Note que tal prática é vedada pelo edital de licitação 001/2011 – ST – item 16.1.2, alíneas “g” e “h”. Aliás, ressalta-se, edital confeccionado pelo Consórcio Logit/Logitrans, cujo diretor possui parentesco de primeiro grau com o advogado “contratado”, concomitantemente, pela Secretaria de Transportes do DF, para assessorar a Comissão de Licitação e pelo grupo econômico ganhador dos lotes 02 e 01.

Restando incontroverso a formação de um verdadeiro conluio entre o réu, familiares e sócios, consultores e advogados para favorecer as duas empresas vencedoras do certame, que dispunham de informações sigilosas.

Ao passo que Garrone Reck, pessoa contratada pelo Distrito Federal para elaboração do edital 001/2011-ST, e seu filho, o advogado Sacha Reck, uniram-se para favorecer as empresas pertencentes ao mesmo clã familiar. TUDO ISSO DIANTE DOS OLHOS INERTES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF, QUE NADA FEZ PARA ESTANCAR A PRÁTICA ILÍCITA, A NÃO SER NOMEAR UMA COMISSÃO NOTAMENTE DESPREPARADA PARA TAL OFÍCIO E QUE DURANTE TODO O PROCESSO FOI USADA COMO MARIONETES DOS GRUPOS EMPRESARIAIS.





VIII - DAS OUTRAS IRREGULARIDADES PERMITIDAS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF AO HABILITAR EMPRESAS QUE NÃO CUMPRIRAM ITENS DO EDITAL

1 - DA VIAÇÃO PIRACICABANA

Como senão bastasse, o festival de irregularidades continuou. Na fase de julgamento dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Licitação, estranhamente e intempestivamente, em clara afronta ao edital e aos demais concorrentes, enviou em 08/03/2013, Ofício nº 20/13 – 01/2011 à Viação Piracicabana determinando fossem juntados novos documentos, vejamos:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST



Ofício nº 20/2013-CEL, Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 08 de março de 2013

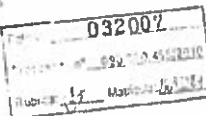
Senhor Representante,

Com a finalidade de uma análise mais apurada de documentação dessa empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balanco Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração



Atenciosamente,
GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente



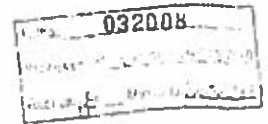
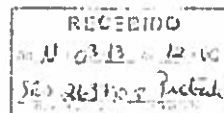
À VIACÃO PIRACICABANA LTDA.
Estrada Antônio Abdalla 233
Jardim Califórnia
Piracicaba - SP
Cep 13474-700

At. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Recebido
8/03/2013

"Brasília - patrimônio da humanidade"
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST
Anexo ao Edital nº 01/2011-ST - 1ª edição - 08/01/2011
Brasília DF - CEP 70075-900
Telefone: (0800) 344-5430
Página 1 de 1

ILUSTRÍSSIMO SENHOR GALENO FURTADO MONTE -
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO
DISTRITO FEDERAL - GDF.



Auto do processo administrativo nº 09L004.456-2010

Edital de Concorrência Pública nº 01-2011 REABERTURA

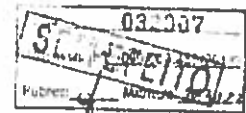
VIACÃO PIRACICABANA LTDA., pessoa jurídica de
direito privado, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu representante legal,
que esta subscrite, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em
atenção ao Ofício encaminhado à licitante em 08 de março de 2013, requerer a
junta das demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2010, onde se
depõe a capacidade representativa do Senhor Henrique Constantino

Termos em que,
Pode deferimento

Brasília, 11 de março de 2013

VIACÃO PIRACICABANA

JOSÉ EFRAIM NEVES DA SILVA



Sobre a troca irregular de ofícios entre a CEL e a empresa licitante, vejamos o
que dispõe o edital sobre tal questão:

20.12 - PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

20.12.1 - É facultada, à COMISSÃO, a promoção de diligência destinada a
esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório,
vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria
constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da
PROPOSTA





Ato contínuo, diante da irregularidade cometida pela CEL, a Viação Piracicabana respondeu ao presidente da Comissão (Contrariando dispositivo do Edital e da Lei 8.666/93, artigo 43, §3º, que impede o recebimento de novos documentos), "sanou o defeito" com a juntada de novos documentos, mesmo fora de prazo, e foi declarada vencedora da bacia 01.

Ocorre que a prática ilegal além de ferir regramento editalício prejudicou os demais participantes que não tiveram a mesma oportunidade de juntar novos documentos, além daqueles já inseridos no envelope de habilitação. Note que tal ato feriu de morte o princípio da vinculação ao edital, legalidade, moralidade e da igualdade, afetos à administração pública.

Nesse escopo, a manter-se como está, há que sopesar ainda sobre os potenciais prejuízos a serem suportados pelos usuários, consumidores do transporte público coletivo do DF, que sofrerão com o aumento da tarifa em face do monopólio instalado pelas empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Pesa ainda sobre a Secretaria de Transportes do DF o fato de que suprimiu dos demais concorrentes o prazo recursal de cinco dias, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, ao declarar vencedor a empresa Auto Viação Piracicabana. (cópia edital em anexo)

2 - DA AUTO VIAÇÃO MARECHAL

No tocante a Auto Viação Marechal, pertencente ao Grupo Gulin, ganhadora do lote 04, que tem como advogados, Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, lembrando que este último é filho do diretor do Consórcio Logitrans, contratado pela Secretaria de Transportes do DF para elaborar o Edital 001/2011, o Sr. Garrone Reck.

Ressalta ainda que a Auto Viação Marechal é objeto de investigação pelo MP do Paraná, o qual moveu ação de improbidade administrativa (processo nº 11202-





06.2013.8.16.0031), inclusive contra o advogado Sacha Reck e o seu pai Garrone Reck, cujo objeto trata de uma suposta fraude em licitação ocorrida no município de Guarapuava, na qual obteve liminar, em 16/08/2013, que decretou o bloqueio dos bens e a quebra do sigilo bancário da referida empresa e também dos advogados citados. (doc. em anexo)

Nesse desidério, a Auto Viação Marechal apresentou à Comissão de Licitação, Certidão Narrativa de Inexistência de Inscrição de Nome Empresarial ou CNPJ no Cadastro de Contribuintes do ICMS, conforme exigência do item 21.3 do edital, tendo ainda sua proposta financeira aprovada pelos seus próprios advogados. (doc. em anexo)

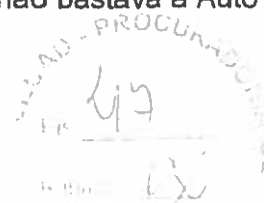
De modo que ao consultar o documento apresentado pela licitante o que se percebe é que o número de inscrição estadual foi baixado por três vezes consecutivas, sendo a última em novembro de 2010, e segundo a Secretaria de Fazenda do Paraná, a Marechal não tem Inscrição Estadual, ou seja não é contribuinte do ICMS, ao contrário do que reza a lei. Razão pela qual a licitante deveria ter sido inabilitada logo na fase de julgamento dos documentos.

Nesse sentido, vejamos o que diz o edital:

21.3.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital E, SE HOUVER, municipal relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE ou pessoa jurídica consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

Ademais, o texto é claro e taxativo, pois não deixa qualquer espaço para dúvidas ao exigir que o licitante DEVE fazer "PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU DISTRITAL e, SE HOUVER, municipal..."

Portanto, ao contrário do que julgou a CEL, assessorada pelos advogados Sacha Reck e Guilherme Gonçalves, ao habilitar a licitante, não bastava a Auto Viação





Marechal apresentar apenas uma certidão narrativa de INEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE NOME EMPRESARIAL OU CNPJ NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS, haja vista que tal documento não a desobriga de possuir a devida inscrição estadual.

Pede *vênia* para destacar trecho do livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" de Marçal Justen Filho, que analisa o inciso II do art. 29 da Lei 8.666/93, pg. 319:

3.2 - Cadastro Estadual e Municipal

O inc. II desperta alguma dúvida, em virtude da conjunção "ou" constante de sua redação. Já se verificou hipótese em que o sujeito pretendia escolher entre o cadastro municipal e o estadual. Tal alternativa não depõe. O dispositivo deve ser interpretado no sentido de que a natureza da atividade a ser desenvolvida no curso da contratação determinará a inscrição cadastral. Assim, por exemplo, suponha-se contrato de prestação de serviços sujeito ao ISS. Não é possível apresentar prova de inscrição no cadastro estadual, eis que a atividade a ser desenvolvida acarretará a incidência de ISS (tributo de competência municipal). Será possível deixar de apresentar comprovante de inscrição no cadastro estadual em caso de prova da ausência de sua existência. Se a atividade objeto da contratação caracterizar incidência de tributo municipal, será desnecessária e imprestável a comprovação de inscrição no cadastro estadual."

Da simples leitura da lição do doutrinador, abstrai-se o seguinte entendimento: se a natureza da atividade da empresa se enquadra na obrigatoriedade de inscrição não há o que se questionar, DEVENDO A LICITANTE TER APRESENTADO NO MOMENTO OPORTUNO. Prova disso, é que tal empresa já possuiu o referido cadastro, e que sua situação, à época do fato, consta como baixada desde 11/2010. (doc. em anexo).





De modo que não haveria outra medida a ser tomada pela CEL senão a inabilitação da concorrente, e não o contrário como fez ao ferir o regramento legal e declarar a licitante vencedora do certame.

Não obstante, a autora conclui que o posicionamento da CEL ao rejeitar os recursos das concorrentes no tocante a comprovação de documentos fiscais das licitantes citadas, que os recursos eram analisados por terceiros estranhos à Comissão que exerciam poder de influência e decisão nos recursos, pois estes "foram contratados pela Secretaria de Transportes do DF" para prestar consultoria a Comissão de Licitação e aos grupos vencedores, SIMULTANEAMENTE. Ressalta-se, sem contrato! (conforme se depreende dos documentos acostados à inicial – cópia de pareceres e ofícios ANTECIPADAMENTE preparados pelo escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados).

Pesa ainda sobre o réu o fato de que este suprimiu dos demais concorrentes o prazo recursal de cinco dias, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, ao declarar vencedor a empresa Auto Viação Marechal. (cópia edital em anexo)

3 – DO CONSÓRCIO HP-ITA

No caso do Consórcio HP-ITA, a Empresa ITA apresentou um documento de Inscrição Estadual INVÁLIDA, com data de 20 de março de 2012. Verificada a autenticação através da Secretaria de Fazenda de Goiás constatou-se que o referido cadastro é inexistente.

A rigor do que predispõe o manual editalício, a *ITA Empresa de Transportes LTDA*, integrante do Consórcio HP-Ita, habilitado ao lote 03, infringiu dispositivo do edital, item 21.3.1.2, tendo em vista o documento apresentado a fim de comprovação de regularidade fiscal ser imprestável para fazer prova de inscrição no Cadastro Estadual de Goiás, senão vejamos:





Item 21.1.3 - Os documentos apresentados deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da data marcada para a abertura da licitação e entrega da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**; os documentos que não possuírem validade expressa no seu próprio corpo não serão aceitos se tiverem data de emissão anterior a 60 (sessenta) dias contados da data marcada para a abertura da licitação, a exceção dos documentos que possuem validade indeterminada, como os atestados de capacidade técnica.

O referido extrato cadastral, de acordo com o número validador, 0960992425240-63, consta como **EXTRATO CADASTRAL INEXISTENTE OU DESATUALIZADO**, no site www.sefaz.go.gov.br.

Além disso, o Edital prevê que os documentos que não possuam validade expressa no seu próprio corpo, a exemplo do extrato, emitido em 20/03/2012, "não serão aceitos se tiverem data de emissão anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para abertura da licitação (item 21.1.3)."

A bem do que prevê o Edital, o descumprimento deste item, por si só, já é suficiente para inabilitar qualquer dos licitantes. Pois o Edital é taxativo e não permite distorções, conforme o item 22.1, senão vejamos:

22.1. A COMISSÃO examinará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, julgando inabilitadas as LICITANTES que não atenderem, integralmente, aos requisitos exigidos neste EDITAL.

Senão bastasse, ainda pesa sobre a Secretaria de Transportes do DF o fato de ter suprimido dos demais concorrentes o prazo recursal de cinco dias, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, ao declarar vencedor a empresa Consórcio HP-Ita. De modo que o aviso de julgamento ocorreu no dia 1º de abril, publicado no dia 02 de abril, e em





seguida, publicado o aviso de licitante vencedora no dia 03 de abril, conforme cópia do DODFT. *Segue em anexo, rol de documentos que comprovam o alegado.

VII - DEPUTADA DISTRITAL SE MANIFESTA E COBRA EXPLICAÇÕES DO GDF E DE SEUS "CONSULTORES"

Ao seu turno, a deputada do Distrito Federal, Celina Leão, ao conhecer do caso manifestou-se no sentido de buscar informações à **Comissão Parlamentar de Inquérito, intitulada CPI da URBS**, instaurada pela Câmara Municipal de Curitiba/PR, com vistas a investigar irregularidades no transporte público daquele município.

Nesse escopo, a atuação da parlamentar se deu em razão das irregularidades apontadas na Licitação 001/2011 – ST, cujos personagens se confundem com os do Paraná, (**Advogado Sacha Reck, escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Rech, Auto Viação Marechal e Logitrans**), consubstanciado aos pareceres do Ministério Público de Contas do DF e do Distrito Federal que se manifestaram uníssonos pela anulação da referida licitação.

IX – A SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF TENTA VALIDAR CONDUTA DE ADVOGADOS, MAS É DESMENTIDO POR BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

Em oitiva realizada na CLDF, o secretário de Transportes do DF, José Walter Vazquez, questionado sobre as irregularidades na licitação 001/2011, declarou que o advogado Sacha Reck é consultor junto a licitação do transporte público do DF, chegando a afirmar que "no governo, como o jogo do bicho vale o que está escrito, não é? é obvio que qualquer pessoa que está dentro de uma Secretaria e presta algum serviço tem um contrato. O Sr. Sacha Reck tem um contrato." afirmando ainda que "está no bojo do contrato do banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem as suas regras, que não é a da lei 8.666/93, ... as contratações feitas pelo banco são através de lista fechada e é o banco que escolhe a melhor proposta. Ai você contrata." (trecho extraído do aditamento de esclarecimento da deputada Celina Leão Hizim) (doc. em anexo)





Por sua vez, o BID foi inquirido sobre a existência de tal contrato. Ao passo que este respondeu de forma negativa, "que esta Instituição não possui nenhuma relação com o Sr. Sach Breckwnfeld Reck, nem com o escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados."

Portanto, note que o Secretário de Transportes do DF mente descaradamente ao tentar validar os atos sabidamente ilegais, informando sobre a existência de possível "contrato com seus consultores".

Porém, como não há qualquer contrato que legitime a prática de terceiros estranhos na condução da licitação, resta caracterizado infringência ao art. 61, § único, da Lei de Licitações, conforme já apontado pelo MPDF e por esta autora.

X - MP DO DF SE POSICIONA PELA ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

Em face de todas as irregularidades cometidas pela Secretaria de Transportes do DF e terceiros estranhos ao processo licitatório, o nobre representante do Ministério Público do DF, manifestou-se por meio de parecer no qual pede a anulação da licitação e a consequente anulação dos contratos e de seus potenciais efeitos, em razão do vínculo jurídico existente, no que dispõe o art. 49, § 2º, da Lei 8.666/93.

Na perspectiva do MP a anulação do certame é medida que impera, pois os vícios apontados são insanáveis, haja vista que administração pública, em conluio com terceiros, ter praticado várias irregularidades, ainda permitiu a ingerência de pessoas estranhas no processo licitatório, senão vejamos:

"a (...) no julgamento das habilitações, resposta à recursos e julgamento das propostas financeiras, em suposta consultoria jurídica e sem qualquer contrato direto com a administração pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação; b) afronta ao item 16.1.2, alíneas "g" e "h", do edital de concorrência nº 01/2011 – ST/DF, em razão





da habilitação e contratação de empresas do mesmo grupo econômico; e) possível favorecimento a empresa Auto Viação Marechal Ltda.; d) possível vício de constituição do Consórcio HP-ITA; supressão do prazo recursal das licitantes, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93." Grifamos

Concluiu o nobre promotor:

"Impende assinalar que tais irregularidades serão objeto de manifestação pormenorizada, eis que impera a cognição sumária nas hipóteses de urgência e de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (juízo de verossimilhança), visto que, in casu, a antecipação dos efeitos da tutela objetiva assegurar a viabilidade da realização do direito invocado."

Ainda, o Ministério Público do DF manifestou-se por meio da Recomendação 04/2013 – Prodep, encaminhada ao Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Transportes do DF, recomendando que a decisão que tornou habilitada a Viação Piracicabana fosse anulada, em face de infringência ao item 16.1, alíneas "g", "h" do edital em comento.

Ao passo que a Secretaria de Transportes do DF tomou ciência da Recomendação no dia 03 de junho. Apesar disso, no mesmo dia declarou a Viação Piracicabana vendedora do lote 01, e já no dia seguinte, passando por cima de todos os prazos legais, assinou contrato com a licitante no valor de 1, 5 bilhão de reais.

Forçoso ressaltar que a farra de ilegalidades resta caracterizada ao deixar o administrador público de atender dispositivo legal, insculpido no art. 37 da CF/88 e na Lei de Licitações, portanto estando ele incorrendo na prática de tal ato, e a consequência desses atos causa de prejuízos a toda uma coletividade, deverá o





judiciário intervir no sentido de evitar a continuidade do certame e a consequência de mais prejuízos ao erário.

XI - DAS RAZÕES DA INTERVENIÊNCIA DO JUDICIÁRIO E DA INEVITÁVEL ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO E DE SEUS POTENCIAIS EFEITOS CONTRATUAIS

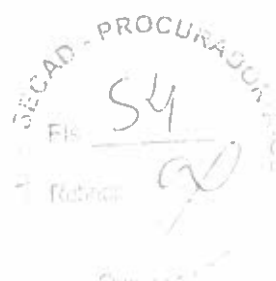
Conforme narrado, passa-se a enumerar alguns dos motivos que ensejam a anulação da licitação 001/2011 – ST/DF e dos respectivos contratos, conforme as graves irregularidades cometidas pela Secretaria de Transportes do DF que contou com a participação de agentes públicos e particulares, senão vejamos:

1º - resta demonstrado nos autos que o Edital de Licitação 001/2011 – ST foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, cujo diretor é o Sr. Garrone Reck, pai do advogado Sacha Reck e sócio do também advogado Guilherme Gonçalves.

2º - como em um jogo de cartas marcadas onde o jogador já sabe o resultado final, as referidas pessoas foram contratadas, **SIMULTANEAMENTE**, pela Secretaria de Transportes do DF para produzir o edital e prestar assessoria à Comissão de Licitação, e para assessorar as empresas vencedoras dos lotes 01, 02 e 04 (Viação Piracicabana, Viação Pioneira e Auto Viação Marechal), durante todo o processo licitatório;

3º - que diante das informações contidas no preâmbulo da exordial resta indubitável que o Réu subsidiava o escritório Sacha Reck com informações privilegiadas e sigilosas e que estes as usava na confecção de pareceres contrários às concorrentes e favoráveis àquelas cujos interesses eram comuns, incorrendo nas hipóteses do artigo 90, 91 e 96 da Lei 8.666/93.

4º - que resta evidenciado a participação de estranhos (advogados) os quais exerceram influencia sobre a Comissão de Licitação, sem contrato formal com a administração pública, em afronta ao artigo 61, § único, da Lei de Licitações e art. 13, inciso II da Lei 9.784/99, o qual atribui prerrogativa exclusiva à CEL;





5º - que resta caracterizado o favorecimento às empresas Auto Viação Marechal, Viação Piracicabana e Viação Pioneira, em razão da omissão da administração pública que foi conivente com os advogados destas mesmas empresas ao permitir que estes assessorassem a CEL, influenciando diretamente desde a elaboração do edital até o resultado final do certame;

6º - Consta ainda nos autos, conforme provas inequívocas e irrefutáveis, a formação de grupo econômico, consubstanciado pelo Grupo Constantino, que participou do certame, por intermédio das empresas Viação Piracicabana Ltda e Viação Pioneira Ltda, as quais possuem a mesma configuração societária da Viação Expresso União, sendo tal prática vedada pelo edital de regência no seu item 16.1.2, "g" e "h"; e que tal grupo, a manter-se o resultado, explorará mais de 45% do Sistema de Transporte Coletivo do DF;

7º - da leniência, omissão e participação do réu ao permitir que o Consórcio HP-Ita permanecesse na disputa e se tornasse vencedor do lote 03, mesmo sem atender dispositivo do edital, item 21.3.1.2, no qual deveria comprovar a regularidade fiscal e o prazo máximo de 60 dias de expedição da aludida certidão. Sendo certo que tal empresa juntou um documento intitulado EXTRATO CADASTRAL, sendo que este após simples conferência no site da Fazenda Pública de Goiás consta como INEXISTENTE OU DESATUALIZADO, portanto imprestável a atender a exigência do edital;

8º - da omissão do réu ao permitir que a Auto Viação Marechal, apesar de não cumprir o exigido no item 21.3.1.2 - "Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital e, se houver, municipal...", se mantivesse no certame para depois sagrar-se vencedora;

9º - da supressão de prazo, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, em claro prejuízo aos concorrentes ao declarar vencedor do lote a empresa Consórcio HP-





Ita, sem que se respeitasse o prazo legal de cinco dias úteis para interposição de recursos.

10º - sendo inescusável a omissão de dados detalhados para a ampla concorrência, o que redundou comprovadamente no superfaturamento do preço final ofertado e o dano irreparável ao usuário e ao interesse e patrimônio público.

Nesse escopo, ressalta que a supremacia do interesse público deve sobrepor-se ao do particular. Entretanto, in casu, é imperioso que o administrador público faça valer os preceitos predispostos no edital de licitação, e nunca se afastando dos princípios da legalidade, impessoalidade e da moralidade, sob pena de ferir tal princípio.

Ao que se depreende dos autos resta claro que tais princípios foram extirpados pela Secretaria de Transportes do DF, que ao arrepio da lei, em conluio com terceiros, praticou um festival de irregularidades.

De maneira que não resta outro caminho ao autor senão buscar a imediata intervenção do judiciário com vistas a neutralizar os atos e os potenciais efeitos da malfadada licitação, e restabelecer a ordem legal e moral, inerentes à administração pública e aos seus agentes.

XII - DO DIREITO

A administração pública, constatando vícios de qualquer natureza, em procedimento licitatório tem o dever de anulá-lo, em homenagem aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e da impessoalidade, sob pena de ferir de morte tais regras constitucionais.

Logo, o art. 49, da Lei 8.666/93, traz em seu bojo que a licitação viciada poderá ser anulada de ofício, ou por provocação de terceiros. Mais adiante, admite no inciso II que a anulação acarreta a nulidade do contrato. No mesmo sentido "a anulação poderá ocorrer tanto pela via Judicante como pela via Administrativa," vejamos:

PROCURADORIA
FI 56
12/01/2012



Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ainda, explica que *"a anulação pode ser parcial, atingindo determinado ato, como a habilitação ou classificação"*.

Ao seu turno, Hely Lopes Meireles conceitua anulação como sendo:

"a invalidação da licitação ou do julgamento por motivo de ilegalidade pode ser feita a qualquer fase e tempo antes da assinatura do contrato, desde que a Administração ou o Judiciário verifique e aponte a infringência à lei ou ao edital."

Por sua vez, a Súmula 473, do STF, prevê que *"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais."*

A rigor do preceito legal, o Edital traz em seu item 25.2, que a autoridade competente poderá declarar sua nulidade, quando verificar ilegalidade em qualquer de suas fases.

Das inúmeras ilegalidades apontadas pela autora, destaca-se a permissão aos Advogados, já nominados, cuja consultoria extrapolou os limites de uma assessoria jurídica, uma vez que eram os Advogados quem mandavam e desmandavam na licitação, habilitavam e inabilitavam empresas, respondiam requerimentos administrativos e judiciais, e até mesmo julgaram os Recursos Administrativos referentes à fase de Habilitação, atividade que por lei é de



competência exclusiva da Comissão de Licitação, conforme previsto no art. 13, inciso II da Lei 9.784/99.

A crença na impunidade era tão latente que o responsável pelo julgamento da Habilitação das empresas vencedoras era justamente o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que atuava sem qualquer contrato, e ao mesmo tempo quem conduzia a licitação e patrocinava os interesses das empresas participantes, munidos de informações privilegiadas e sigilosas.

Senão bastasse, o Edital veda expressamente a participação de grupo econômico em mais de um lote, apesar disso, o réu tornou vencedor de duas bacias o grupo Constantino, que deverá administrar 45% da frota de ônibus do DF, senão vejamos:

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação,

h) Que participem, direta ou indiretamente, em mais de um consórcio ou, simultaneamente, em consórcio e de forma isolada, ainda que para lotes distintos,

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em **CONSÓRCIO** não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros **CONSÓRCIOS** ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha administrador comum.

Aliado a isso, em face da apresentação de documento extemporâneo por parte da empresa Viação Piracicabana, dever-se-ia aplicar o administrador público a norma contida nos itens 20.12.1, vejamos:





20.12.1 - É facultada, à **COMISSÃO**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**.

No tocante a supressão do prazo recursal, resta configurado pelo réu a infringência aos itens 20.2, 20.7 e 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3, em um possível favorecimento ao Consórcio HP-Ita, vencedor do lote 03, destacamos:

20.2 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todas as **LICITANTES**, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** dará início à fase de julgamento das propostas do certame, que ocorrerá de forma sequencial e sucessiva, na seguinte ordem: primeiramente será julgado o Lote 3 da licitação, em seguida o Lote 4 e, por último, o Lote 1.

20.7 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todas as **LICITANTES**, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** divulgará a classificação final das **LICITANTES** no **ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO DF**.

20.8 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** declarará a **LICITANTE** vencedora do certame, no respectivo Lote, encaminhando o processo ao Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal para homologação e adjudicação.

25.3.1 - Em face das decisões da **COMISSÃO** quanto à fase de habilitação e julgamento de **PROPOSTAS** as **LICITANTES**, dentro do respectivo Lote, poderão interpor recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias

59
27



úteis, contados da data da publicação ou da comunicação da decisão à **LICITANTE**.

25.3.2 - Interposto o recurso, este será comunicado às demais **LICITANTES** do respectivo Lote, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

25.3.3 - O recurso será dirigido ao Secretário de Estado de Transportes, por intermédio do Presidente da **COMISSÃO**. A **COMISSÃO** poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior.

De modo que constatada está a prática de tal irregularidade por parte da Secretaria de Transportes do DF, não restando outro caminho senão a decretação da nulidade da licitação por conter vícios insanáveis.

Sobre a leniência da Secretaria de Transportes do DF ao permitir que as empresas Auto Viação Marechal e Consórcio HP-Ita deixassem de apresentar documentos obrigatórios ou dentro do prazo estabelecido, infringe a norma contida nos itens 21.1.3 e 21.3.1.2, vejamos:

21.3.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital e, se houver, municipal relativo ao domicílio ou sede da **LICITANTE** ou pessoa jurídica consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

21.3.1.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta Negativa ou com efeitos de negativa referente a Tributos Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal, bem como em relação à Dívida

Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN) do Estado onde está sediada a **LICITANTE** ou pessoa jurídica consorciada,

SEPLAN - PROCURADORIA
60
02



22.1. A COMISSÃO examinará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, julgando inabilitadas as LICITANTES que não atenderem, integralmente, aos requisitos exigidos neste EDITAL.

De modo que ao deixar de praticar os atos emanados do edital, concorre a Secretaria de Transportes do DF para práticas duvidosas e inaceitáveis, pois a partir de tais atos se consubstancia a prática de delitos contra a administração pública em nome de uma falsa moralidade, incorrendo o agente público e particulares envolvidos em crime de improbidade administrativa.

Sobre a prática do crime de improbidade administrativa, previsto na Lei 8.429/92, vale ressaltar que a improbidade administrativa caracteriza a conduta inadequada de agentes públicos, ou de particulares envolvidos, que por meio da função pública enriqueçam ou obtenham alguma vantagem econômica de forma indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade em órgãos e entidades do serviço público.

Ainda causem dano ao patrimônio público, com o uso de bens públicos para fins particulares, a aplicação irregular de verba pública, a facilitação do enriquecimento de terceiros à custa do dinheiro público, entre outros atos; violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas.

Ao seu turno, o art. 41 da Lei n. 8.666/93 reza que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Noutro ponto, sobre o princípio da vinculação ao Edital, o Manual de Licitações e Contratos, editado pelo Tribunal de Contas da União, em sua pág. 29, preleciona que:

• **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**

Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação





Em que pese a utilização frequente pela administração do princípio da supremacia do interesse público, não obstante há falar e muito menos cogitar a aplicação de tal regra, uma vez que a Secretaria de Transportes do DF, comprovadamente, se utilizou de meios espúrios para satisfazer o seu interesse e o de particulares em flagrante detrimento ao interesse público.

Impende ressaltar sobre o princípio da supremacia da administração pública, sendo este o pilar do Direito Administrativo que está entre a legalidade e a supremacia do interesse público e são esses princípios que estabelecem as prerrogativas, privilégios e autorização para a Administração Pública.

Noutro giro, importa registrar que o princípio da legalidade deve ser usado junto com o princípio da supremacia do interesse público, uma vez que a Administração tem a obrigação de praticar atos que atenda a sociedade como um todo e estes atos têm que ser convenientes para esta sociedade.

Desta feita, o mestre e doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que:

“como expressão desta supremacia, a Administração, por representar o interesse público, tem a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais”

Da simples interpretação das palavras do professor, resta claro que o princípio da supremacia deve estar em sintonia com os termos da lei, e não pode se sobrepor ao da legalidade e ao da moralidade. De modo que todos os atos emanados pelo poder público devem estar adstritos a lei, sem exceções ou quebra de regras.

Não restando outro caminho a autora, em nome da defesa dos interesses da sociedade, senão buscar a imediata interveniência do poder Judiciário, uma vez que a situação a manter-se como está causará prejuízos incalculáveis à administração





pública e a toda sociedade, haja vista o valor vultoso da licitação que beira a casa dos dez bilhões de reais.

XIII - DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INSTAURADO PELO MPDF

Em face das muitas irregularidades perpetradas pela Secretaria de Transportes do DF, o Ministério Público do DF instaurou o ICP nº 08190.086156/13-15, conforme demonstra a cópia anexa da Portaria de instauração, publicada no Diário de Justiça do DF.

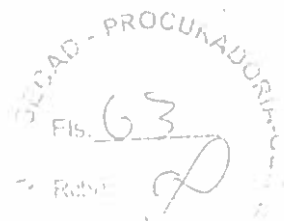
IX - DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA LIMINAR

A Medida Liminar é um instituto jurídico que deriva do Poder Geral de Cautela do Judiciário e tem como finalidade principal a garantia de que o provimento jurisdicional derradeiro, *seja ele qual for*, estará garantido e será plenamente exequível a seu tempo.

O ilustre doutrinador Vicente Greco Filho ensina que *"o poder geral de cautela atua como poder integrativo de eficácia global da atividade jurisdicional. Se esta tem por finalidade declarar o direito de quem tem razão e satisfazer esse direito, deve ser dotada de instrumentos para a garantia do direito enquanto não definitivamente julgado e satisfeito"*

Ao seu turno, o legislador previu no art. 12 da Lei 7.347/95 *"que poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo"*.

Ao passo que o *fumus boni iuris*, autorizador da concessão da medida liminar é inquestionável diante grave lesão à ordem pública, em face da evidente violação às normas citadas, especialmente quanto a Lei 8.666/93, Lei 8.429/92 e a CF/88, sob a ótica das graves irregularidades e abusos cometidos pelo Réu, ao longo de todo o procedimento licitatório.





Ademais, tal requisito autorizador do poder de cautela decorre da evidente ausência de aplicação ao processo licitatório dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, mormente o da vinculação ao edital.

Aliado a isso, subsume a concessão da medida pleiteada *prima facie* os fatos narrados e a vasta documentação na qual comprova a conduta ilícita da Secretaria de Transportes do DF, que viola direitos básicos dos consumidores e usuários do transporte público.

O *periculum in mora*, por sua vez, reside no risco de que as empresas vencedoras da concorrência, mediante os contratos assinados com a Secretaria de Transportes do DF, comprem cerca de 3.000 mil ônibus a um valor aproximado de NOVECIENTOS MILHÕES DE REAIS e comecem a operar no sistema de transporte.

Na hipótese de se admitir tal acontecimento, poderá causar prejuízos não só aos cofres públicos, bem como aos licitantes e a terceiros financiadores, o que sem dúvida, em caso de anulação da licitação, vai gerar mais desgastes a imagem e aos cofres da administração pública, em consequência das inevitáveis ações milionárias, evidenciando o receio de lesão irreparável.

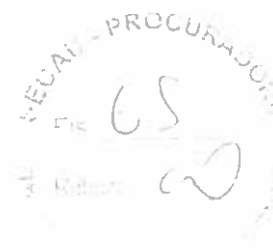
Sem falar nos prejuízos a serem causados a população, estes incomensuráveis, uma vez que somente o grupo Constantino vai gerir 45% da frota de ônibus do DF, por meio das empresas Piracicabana e Pioneira, controlando preços e as atividades de transporte no DF.

Os riscos acima mencionados somente poderão ser afastados, de forma eficaz, mediante a SUSPENSÃO DOS CONTRATOS, pelo tempo que for necessário, até que se julgue o mérito da presente, bem como pela publicação de um novo Edital devidamente ajustado às normas específicas.





Veja Exa., os serviços sequer estão sendo prestados o que elimina qualquer risco para a concessão da medida, o fato se comprova consoante a publicação de autoria do Distrito Federal em seu sítio eletrônico e manifestação da própria Secretaria:





Transporte Urbano
do Distrito Federal

DF TRANS

PORTAL GDI

OUIVORIA
GERAL

CIDADÃO

EMPRESAS

SERVIDOR

AGÊNCIA
BRASILIA



INICIO INSTITUCIONAL SERVIÇOS INFORMAÇÕES TRANSPORTES NOTÍCIAS GALERIA SALA DE IMPRENSA

Plano Piloto e Varjão recebem novos ônibus

ASCOM DFTRANS

Lançado da fonte

Imprimir E-mail



Cidades recebem 411 coletivos, distribuídos em 40 linhas. GDF já entregou 540 novos veículos

Mais 40 ônibus zero quilômetro da Viação Piracicabana vão começar a circular, neste sábado (9), em 14 linhas que atendem ao Varjão e ao Plano Piloto. Com essa entrega, já chegaram a 540 os veículos da nova frota rodando pelo Distrito Federal. A ideia do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans) é renovar a frota até o final deste ano.

Neste primeiro momento, haverá somente a substituição de veículos nessas 14 linhas, que anteriormente, eram operacionais pelas empresas Pioneira e Planeta. "Não haverá, por enquanto, alteração de horário ou itinerário. As mudanças ocorrerão somente quando os coletivos novos chegarem a todas as bacias", afirma o diretor-geral do DFTrans, Marco Antonio Campanella.

A Piracicabana, que serve às regiões da Bacia 1, já havia disponibilizado 87 coletivos em Planaltina. A empresa vai colocar mais 330 ônibus em circulação para atender também aos moradores de Sobradinho, Cruzera, Sobradinho 2, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal.

Nos novos coletivos, os passageiros podem realizar - em um período de até duas horas, no mesmo sentido - três viagens (em dois trechos) pagando uma única passagem. Os veículos fazem integração com os ônibus da TCB, com os novos carros das demais bacias, além do metrô.

Os carros da Piracicabana têm a cor vermelha e são equipados com bancos estofados, motores mais potentes, vidros eletrônicos de laterais, vidros fumê (para diminuir a incidência da luz solar), entre outros itens de segurança e conforto.

Os veículos também têm rampas e elevadores para facilitar o acesso de usuários cadeirantes ou com dificuldades de locomoção, que dispõem de lugares especiais em assentos e espaços adaptados às suas necessidades.

Renovação - A previsão é de que, até dezembro, outras duas empresas passem a operar no Distrito Federal: HP-ITA e Marichal nas bacias 3 e 4, respectivamente. As bacias 2 (Pioneira) e 5 (São José) também já começaram a receber os primeiros veículos novos.

"Com a integração total do sistema, faremos os ajustes necessários para oferecer aos usuários um transporte de qualidade, em conforto, segurança e pontualidade", assegura o diretor técnico do DFTrans, Lucio Lima.

As regiões do Parangaba, Ilapó e Cidade Esplanada já contam com a frota totalmente renovada - são 163 carros operando nas três cidades, além de mais 90 em São Sebastião e 66 que integram as regiões de Ceilândia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Taguatinga e Vicente Pires.

OUIVORIA
TRANSPORTE



Horários
dos ônibus

NOTÍCIAS MAIS ACESSADAS

DFTrans suspenderá cooperativa de ônibus que atua em Brasília

Escrito em Quinta, 05 Dezembro 2013
12:32 Ler 1840 vezes

Ceilândia recebe primeiros ônibus da nova frota

Escrito em Quinta, 12 Dezembro 2013
15:51 Ler 1647 vezes

Mais 208 novos ônibus começam a circular no DF

Escrito em Segunda, 09 Dezembro 2013
11:32 Ler 1174 vezes

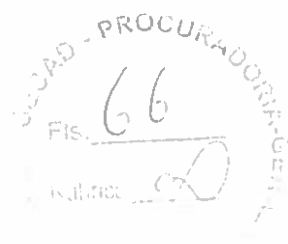
Mais de 100 coletivos da nova frota começam a circular neste domingo (8)

Escrito em Sexta, 06 Dezembro 2013
18:10 Ler 1063 vezes

Viação Piracicabana disponibiliza mais 29 coletivos no Plano Piloto

Escrito em Quinta, 05 Dezembro 2013
18:47 Ler 621 vezes

DFTransOficial





TIPO DE SERVIÇO STPC/DF	VIGÊNCIA CONTRATO	EMPRESAS	TOTAL OPERADO-RES / (SIGLA)	FROTA REGULAR (SITUAÇÃO EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013)							TOTAL	IDA MÊS
				TIPO DE VEÍCULO (MODELO/QUANTITATIVO)								
				ALONGADO	ARTICULADO	MICROÔNIBUS	ÔNIBUS BÁSICO	MIBÔNIBUS	MICÔNIBUS			
SERVIÇO BÁSICO	P	CENTE BARRIA	CB	40							40	7,4
		CONCOR	CO	34							34	4,0
		LIMARI	LI	23	1						24	4,0
		MONTE RE	PI	34							34	3,7
		PLANITA	PL	29	1						30	4,3
		REPOSITUM	RE	17	2						19	3,3
		RIACHO BRANCO	RB	21							21	4,0
		ROSA DO SOL	RS	21							21	3,5
		SERVIDOR DE A	SV	25	1						26	2,5
		SÃO JOSE	SJ	34	2						36	10,2
		TRITONE	TR	11							11	5,2
		VIA BARRIA	VB	16							16	7,3
	URUPAN	UR	120							120	1,8	
	V	COOP ALTERNATIVA	AT	40							40	0,8
		COBRATENE	CA			50					50	4,7
		COOTRIDE	CO	50		150					200	2,0
		COPTIAD	CL			20					20	3,0
		COPTANGP	CA			44	11	1	1		57	4,1
		COPTATERN	CV			80					80	4,1
	NOVOS CONTRATOS	TCB	TC	21		20		7			48	2,8
		PINDOCAP NA	PR				152				152	0,0
		REINERA	PI				210				210	0,0
		SÃO JOSE	SJ				111				111	0,0
	SUBTOTAL - SERVIÇO BÁSICO			22	2.398	46	437	593	12	1	3.483	6,4
	SERVIÇO COMPLEMENTAR DE VIZINHANÇA - SCV			CONCOR			41				41	3,4
				LEYAN	2		64				64	2,9
	SERVIÇO COMPLEMENTAR RURAL - SCR (PESSOA FÍSICA)			20	49		8	2	3	1	63	8,6
SERVIÇO TRANSP. COLETIVO ESP. EXECUTIVO - STCEE (TCB)			1	10						10	1,0	
TOTAL STPC/DF			53	2.457	46	509	601	15	2	3.630	5,8	

OBSERVAÇÃO: (1) - FONTE: BANCO DE DADOS DISTRIB. SIT. (2) - NÃO CONSTA NO QUADRO A C/PA EXCETO DE FROTA (3) - ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS EXPIRADOS COM PREVISÃO PARA DE FEVEREIRO DE 2014

OBSERVAÇÃO: (1) FONTE: BANCO DE DADOS DISTRAT; (2) NÃO CONSTA NO QUADRO A CIMA EXCELENTE DE FROTA; (3) ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS EXPIRADOS COM PREVISÃO PARA DEZEMBRO DE 2013

Desta feita, conforme demonstrado, aliado a prática de violação do réu aos itens do Edital, 13.1.2, "g" e "h", 16.1.5, 13.2, 20.2, 20.7, 20.8, 20.12.1, 21.1.3, 21.3.1.2, 22.1, 25.2.1, 25.2.2, 25.3.1, 25.3.2, 25.3.3, a medida liminar merece se concedida e confirmada em seu mérito.

Saliente-se que na verdade a concessão de liminar constituirá indisfarçável preservação dos próprios interesses da Administração, posto que evitará que os vícios de ilegalidade apontados venham a macular ainda mais a sua imagem.

Embora despidendo, convém observar que a concessão da medida liminar não causará nenhum gravame à Administração Pública e aos usuários, muito pelo contrário, uma vez que a concessão importará tão somente na suspensão da execução dos contratos, até o julgamento final deste. De modo que o sistema se mantém perfeitamente com os veículos que já estão em operação no transporte coletivo do DF.

67



Ante o exposto, esta associação, na qualidade de defensora dos interesses da coletividade, dos consumidores e usuários do transporte público, não poderia deixar de externar seu ponto de sua preocupação no tocante ao quadro caótico que assola o transporte coletivo do DF.

Primeiramente, ressalta sobre a necessidade de mudanças na condução de políticas públicas na área do transporte coletivo do DF, sendo que tais mudanças não devem ser feitas de maneira açodada, como querem e pretendem aqueles que deveriam zelar pela moralidade e legalidade na condução de política pública. São pessoas que vedam os olhos para a honestidade e na ânsia da riqueza sem medida e a qualquer custo passam por cima de tudo e de todos para alcançarem os seus mais nefastos ideais.

De modo que, imbuída do sentimento coletivo, exteriorizado por meio da presente peça, o que se busca do Judiciário é que este se posicione no sentido de determinar a imediata anulação do certame viciado, oportunizando ao Estado que se realize imediatamente uma nova licitação nos moldes e preceitos estabelecidos pela legislação vigente, que principalmente vise a escolha da melhor empresa para prestação do serviço público coletivo do DF.

De maneira que não há mais o que se esperar, a não ser por mudanças rápidas e enérgicas, a rigor das reivindicações ecoadas pelo grito de milhões de pessoas que saíram às ruas para clamar pelo fim da corrupção, da impunidade e por uma política social mais justa e fraterna.

Desta feita, por intermédio da presente, o que se espera do Judiciário, é que este intervenha de forma eficaz no sentido de combater os desmazelos apontados pela autora e, no caso de comprovação do alegado e robustamente demonstrado, puna veementemente os responsáveis com os rigores da lei.



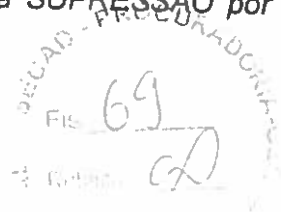


X - DO PEDIDO

*I - Ex positis, em face de todas as irregularidades narradas e dos vícios insanáveis, robustamente demonstrados por meio dos documentos que substanciam a presente, Requer a este Douto Juízo que acate a presente, in totum, conceda a **LIMINAR** pleiteada, inaudita altera parte, tendo em vista estar presentes os requisitos autorizadores da medida, nos seguintes termos:*

a - REQUER A SUSPENÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ASSINADOS ENTRE O DF E AS EMPRESAS VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA e VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, em face do explícito favorecimento por parte dos advogados que, SIMULTANEAMENTE, assessoravam a Secretaria de Transportes do DF, por meio da Comissão Especial de Licitação, e as empresas vencedoras da bacia 02 e 01, além da formação de grupo econômico em desrespeito aos (itens 16.1.2, g, h, 16.1.6, do Edital), apresentação de documento extemporâneo, em afronta ao Edital (item 20.12.1) e em razão da SUPRESSÃO por parte do Réu aos prazos recursais (item do Edital, 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3), além do comprovado superfaturamento de preços;

b - REQUER A SUSPENÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ASSINADO ENTRE O DF E A EMPRESA AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, vencedora da bacia nº 04, em face do favorecimento explícito por parte do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados, que atuava, SIMULTANEAMENTE, para a Comissão Especial de Licitação e para a referida empresa, além da falta de apresentação de documento obrigatório, em afronta ao Edital (item 21.3.1.2, 22.1) e em razão da SUPRESSÃO por parte do





Réu aos prazos recursais (item do Edital, 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3);

c - REQUER A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ASSINADO ENTRE O DF E O CONSÓRCIO HP-ITA, em razão da falta de apresentação de documento obrigatório, em afronta ao Edital (itens 21.1.3, 21.3.1.2, 22.1), além da SUPRESSÃO por parte do Réu aos prazos recursais (itens do Edital, 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3), além do comprovado superfaturamento de preços.

d - REQUER A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ASSINADO ENTRE O DF E A EMPRESA EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA., em razão do comprovado superfaturamento de preços.

II – Sejam citadas as demandadas, devidamente qualificadas, para que manifestem-se, sob as penas da confissão e revelia.

III - e no MÉRITO, em caso de concessão da liminar, que a mesma seja mantida incólume; ainda seja julgado totalmente procedente a demanda para ANULAR a licitação 001/2011-ST-DF, em razão das inúmeras ilegalidades praticadas pela Secretaria de Transportes do DF, comprovadamente demonstrado nos autos desta exordial, em afronta aos princípios constitucionais que norteiam os atos da administração pública, a Lei 8.666/93 e o Edital de concorrência nº 01/2011-ST-DF;

IV - porém, caso não seja esse o Vosso entendimento, requer alternativamente, seja decretado a ANULAÇÃO DOS CONTRATOS assinados entre a Secretaria de Transportes do DF e as empresas

PROCURADORIA
70
115
20



Auto Viação Pioneira Ltda., Auto Viação Piracicabana Ltda., Auto Viação Marechal e Consórcio HP-Ita e Expresso São José Ltda., em razão de todas as ilegalidades exaustivamente apresentadas e devidamente comprovadas por esta autora;

V - seja notificado o MP para que acompanhe o presente feito, conforme dispõe as Leis 7.347/85 e 8.078/92;

VI - sejam as requeridas condenadas no ônus da sucumbência e nas custas processuais na forma da lei;

VII - requer a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos (Lei 7.347/85, art. 18; CDC, art. 87);

IX - sejam todas as intimações ou qualquer comunicado endereçados ao signatário desta abaixo qualificado, conforme procuração.

Protesta por todos os meios de provas em Direito admitidos, especialmente a documental, pericial e testemunhal;

Dá-se a causa, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Nestes Termos,

Pede e espera Deferimento.

Brasília/DF, 17 de dezembro de 2013


DIEGO DANIELI
OAB-DF 31.136





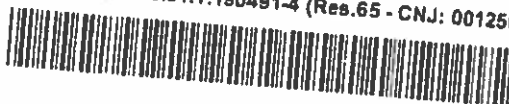
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.



TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA
Comprovante de recebimento de Petição
Número do Protocolo: 2014.01.000556784 Data e Hora: 14/01/2014 13:17
Recebido em: 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Processo: 2013.01.1.190491-4 (Res.65 - CNJ: 0012509-83.2013.8.07.0018)



PROCESSO N.º 2013.01.1.190491-4

AUTOR: APRACON - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DA CIDADANIA

RÉU: DISTRITO FEDERAL

O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito
Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do
cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e
acatamento, nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe, vem

**MANIFESTAR-SE ACERCA DO PEDIDO DE
ANTECIPAÇÃO DA TUTELA
E APRESENTAR
CONTESTAÇÃO,**

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no
art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos
de fato e de direito.



1. DO ESCOPO DA PRESENTE PEÇA

Considerando que os argumentos utilizados adiante a fim de que os pedidos sejam julgados improcedentes se confundem com os manejados para o indeferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o Distrito Federal vale-se da presente peça para, **além de contestar a demanda, apresentar as razões pelas quais aquele pedido (antecipação de tutela) deve ser indeferido.**

2. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

A demanda judicial em apreço visa, liminarmente, à suspensão dos contratos de concessão celebrados em decorrência da Concorrência n.º 1/2011-ST, e no mérito, à declaração da nulidade do Certame ou, alternativamente, dos contratos dele advindos.

Imperioso mencionar que a Autora requereu que a Ação Civil Pública em cotejo fosse distribuída por conexão com a Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 – posto que se trata de *“demanda de mesmo pedido e causa de pedir”*.

Alega a Autora que para fazer o estudo técnico e elaborar o Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST foi contratado o Consórcio LOGIT-LOGITRANS, que tem como Diretor de uma de suas consorciadas o Sr. Garrone Reck.

Argui que o referido Consórcio elaborou o Edital do transporte público coletivo do Distrito Federal e de outras cidades em parceria com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que atuariam simultaneamente para os Grupos Constantino e Gulin e, ainda, acumulariam a função de “consultor jurídico” da Comissão Especial de Licitação.

Sustenta que referido escritório de advocacia, sem contrato formal com a Administração Pública, fez-se passar pelo papel de julgador do referido processo licitatório, assessorando a Comissão Especial de



Licitação, elaborando atas, orientando recursos e habilitações, emitindo pareceres decisivos e contrários aos recursos interpostos por empresas concorrentes.

Afirma que o fato de o Distrito Federal ter encaminhado ao referido escritório de advocacia a proposta financeira da Auto Viação Marechal seria grave, pois esta seria patrocinada justamente pelos advogados que lhe deram parecer favorável.

Sustenta ter havido direcionamento da Licitação, sob fundamento de que o Sr. Garrone Reck, diretor do Consórcio contratado pelo Distrito Federal para elaboração do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST é pai do advogado Sacha Reck, que por sua vez atuaria em parceria com o advogado Guilherme Gonçalves, que juntos advogam para as empresas Viação Piracicabana, Viação Pioneira e Auto Viação Marechal, todas vencedoras do Certame.

Alega que a prova do direcionamento, consistente no fato de pessoas de uma mesma família, consultores e advogados, atuarem na concepção do projeto básico do referido edital, prestarem consultoria à Comissão Especial de Licitação e julgarem recursos e emitirem pareceres, é o fato de que em cada um dos lotes houve apenas uma empresa habilitada e cada licitante vencedor havia apresentado sua proposta no preço máximo definido no Edital, além do fato de que três das empresas contavam com a consultoria do mesmo escritório que já advogava para dois dos maiores grupos econômicos proprietários das empresas de ônibus do Brasil: Grupo Gulin e Grupo Constantino. E que as empresas Pioneira, Piracicabana e Marechal, muito provavelmente, valeram-se de informações sigilosas, em detrimento de outros concorrentes cujo valor de proposta foi abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras.

Afirma que haveria "superfaturamento dos valores estimados para as tarifas a serem aplicadas na execução dos contratos", porque, devido a suposto "cerceamento das planilhas correspondentes ao projeto básico", houve baixa competitividade no certame, o que teria possibilitado que as propostas vencedoras da licitação fossem apresentadas próximas ao patamar



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

máximo permitido no edital. Junta representação apresentada pelo Ministério Público de Contas no TCDF nesse sentido.

Alega suposta repercussão dos fatos narrados na inicia na mídia e transcreve notícias.

Cita a celeridade do Ministério Público e da Justiça do Estado do Paraná na apuração de supostos fatos ocorridos no Município de Apucarana-PR e de Guarapuava-PR, supostamente envolvendo a mesma consultoria.

Sustenta existir grupo econômico entre as empresas Viação Piracicabana e Viação Pioneira, sob o fundamento de que pertenceriam aos mesmos sócios e a mesma configuração societária de uma empresa matriz, Expresso União Ltda.

Insurge-se quanto à habilitação da empresa Viação Piracicabana Ltda., sob o fundamento de que, em 08/03/2013, teria sido remetido ofício a esta para que fossem apresentados novos documentos, o que foi realizado, em violação ao § 3º. do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93 e em detrimento dos demais licitantes.

No que diz respeito à Auto Viação Marechal, alega que esta integra o polo passivo de ação de improbidade no Estado do Paraná, juntamente com o advogado Sacha Reck e seu pai Garrone Reck, tendo por objeto suposta fraude em licitação, na qual teria sido deferida liminar decretando o bloqueio de bens e a quebra do sigilo bancário. Quanto à habilitação da Auto Viação Marechal, afirma que esta teria apresentado Certidão Narrativa de Inexistência de cadastro estadual, pelo que deveria ter sido inabilitada.

Insurge-se quanto a habilitação do Consórcio HP-ITA sob fundamento de que o cadastro estadual apresentado por este seria inválido, bem como que, quando se declarou este vencedor, teria sido suprimido o prazo recursal.

Menciona que a Deputada Distrital Celina Leão, ao conhecer o caso, manifestou-se no sentido de buscar informações à Comissão



Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara Municipal de Curitiba, relatando, ainda, oitiva do Secretário de Transportes na CLDF.

Aduz que o Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público de Contas se posicionaram pela anulação do certame e repetição dos argumentos já expostos para sustentar a necessidade de anulação da Licitação

Como se verá, as considerações trazidas na inicial são insubsistentes, desprovidas de qualquer elemento comprobatório, fundamentadas em presunções inverídicas, pelo que deve ser julgada improcedente a presente Ação Civil Pública.

3. DAS PRELIMINARES

3.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DA APROCON CONSISTE EM REPETIÇÃO DA CAUSA DE PEDIR E DOS PEDIDOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2013.01.1.137964-2 - NECESSÁRIA REUNIÃO DOS FEITOS PARA JULGAMENTO SIMULTÂNEO

Conforme afirmou a própria Autora, a Ação Civil Pública em comento foi distribuída à 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal por prevenção visto que *"naquela serventia se encontra tramitando atualmente demanda de mesmo pedido e causa de pedir sob o nº 137964-6/2013 [2013.01.1.137964-2, ocasionando a prevenção deste juízo."* (página 5 da petição inicial)

A Autora reforça que a Ação Civil Pública ajuizada guarda relação de conexão com a Ação n.º 2013.01.1.137964-2, tratando-se de *"demandas de mesmo pedido e causa de pedir"*.

De fato, simples verificação da petição inicial da Ação



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 revela que a Ação Civil Pública em tela consiste quase que em uma reprodução *ipsis litteris* daquela primeira exordial.

Na Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, ajuizada pela ABRADDEC, a fundamentação apresentada não é só de igual teor¹, mas é feita com as mesmas palavras. Confira-se, por exemplo, o seguinte trecho em comparação nas duas petições iniciais:

**Petição inicial da Ação Civil Pública da
ABRADEC (fl. 14 da petição)**

ABRADEC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

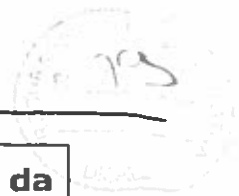
III - DO DIRECIONAMENTO DO EDITAL E FAVORECIMENTO AOS VENCEDORES

CHAMA A ATENÇÃO DE V. EXª PARA O GRAVE FATO DE QUE O SR. GARRONE RECK, DIRETOR DO CONSÓRCIO CONTRATADO PELO RÉU PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL 001/2011 – ST, É PAI DO DR. SACHA RECK, QUE POR SUA VEZ ATUA EM PARCEIRA COM O ADVOGADO GUILHERME GONÇALVES. E JUNTOS ADVOGAM PARA AS EMPRESAS VIACÃO PIRACICABANA, VIACÃO PIONEIRA E AUTO VIACÃO MARECHAL, TODAS VENCEDORAS DA LICITAÇÃO.

Portanto, de forma explícita, resta demonstrado o direcionamento e favorecimento a tais empresas desde a elaboração do Edital 001/2011-ST/DF, uma vez que pessoas ligadas a uma mesma família, consultores e advogados, atuaram na concepção do projeto básico do referido edital, e, pasme, prestaram consultoria a Comissão Especial de Licitação, julgavam recursos de concorrentes e emitiam pareceres que favoreciam empresas ligadas ao grupo, supostamente favorecido.

(...)

¹ A única diferença de conteúdo da Ação da APROCON é que esta também inclui como fundamento a existência de representação do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal em que este alega que as propostas vencedoras da Concorrência n.º 1/2011-ST teriam sido superfaturadas (fls. 19 e ss. da petição inicial).



**Petição inicial da Ação Civil Pública da
APROCON (fl. 17 da petição)**



III - DO DIRECIONAMENTO DO EDITAL E FAVORECIMENTO AOS VENCEDORES

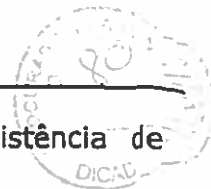
CHAMA A ATENÇÃO DE V. EXª PARA O GRAVE FATO DE QUE O SR. GARRONE RECK, DIRETOR DO CONSÓRCIO CONTRATADO PELO RÉU PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL 001/2011 – ST, É PAI DO DR. SACHA RECK, QUE POR SUA VEZ ATUA EM PARCEIRA COM O ADVOGADO GUILHERME GONCALVES. E JUNTOS ADVOGAM PARA AS EMPRESAS VIACÃO PIRACICABANA, VIACÃO PIONEIRA E AUTO VIACÃO MARECHAL, TODAS VENCEDORAS DA LICITAÇÃO.

Portanto, de forma explícita, resta demonstrado o direcionamento e favorecimento a tais empresas desde a elaboração do Edital 001/2011-ST/DF, uma vez que pessoas ligadas a uma mesma família, consultores e advogados, atuaram na concepção do projeto básico do referido edital, e, pasme, prestaram consultoria a Comissão Especial de Licitação, julgavam recursos de concorrentes e emitiam pareceres que favoreciam empresas ligadas ao grupo, supostamente favorecido.

(...)

Pois bem. Havendo conexão, estabelece o art. 105 do Código de Processo Civil que “o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.”

Embora o dispositivo legal em apreço indique ser uma faculdade do Magistrado (“o juiz, (...) pode ordenar”), isto ocorre apenas para se evitar a reunião de demandas conexas em situações de notável inconveniência, o que não ocorre nos autos. Caso contrário, em homenagem ao princípio da economia e celeridade processual, bem como à segurança jurídica, o julgamento



conjunto de ações conexas é imperativo para se evitar a coexistência de sentenças conflitantes, como leciona Humberto Theodoro Júnior:

“Verificando-se conexão ou continência, as ações propostas em separado **serão reunidas mediante apensamento dos diversos autos, a fim de que sejam decididas simultaneamente, numa só sentença.** Essa reunião de processo pode ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes (art. 105). O julgamento comum, *in casu*, impõe em virtude da conveniência intuitiva de serem decididas de uma só vez, de forma harmoniosa e sem o risco de soluções contraditórias, todas as ações conexas (...). **O QUE REALMENTE TORNA IMPERIOSA A REUNIÃO DOS PROCESSOS, PARA JULGAMENTO EM SENTENÇA ÚNICA, E COM DERROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ANTERIORMENTE FIRMADA, É A EFETIVA POSSIBILIDADE PRÁTICA DE OCORREREM JULGAMENTOS CONTRADITÓRIOS NAS CAUSAS (...).**” (grifou-se) ²

No caso em pauta, há inequívoca potencialidade de julgamentos contraditórios, posto que todos os fundamentos da Ação Civil Pública ajuizada pela ABRADDEC são também a causa de pedir da demanda da APROCON. Assim, não poderiam as ações receberem soluções diferentes e contraditórias entre si.

Outrossim, não se afigura qualquer inconveniência na reunião das ações *sub oculis*, pois ambas se submetem ao mesmo rito. De mais a mais, por envolverem basicamente os mesmos fatos, os documentos e atos instrutórios carreados nos autos de uma das demandas certamente aproveitará à outra – implicando em significativo benefício à economia e celeridade processual.

Ressalte-se que a jurisprudência é consolidada no que se refere à necessidade de processamento e julgamento simultâneo de ações

² THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*, vol. I, 41ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 170.



conexas, em especial quando há identidade da causa de pedir – como ocorre *in casu* -, consoante o precedente do **Superior Tribunal de Justiça** a seguir:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONEXÃO. OCORRÊNCIA. IDENTIDADE DE CAUSA DE PEDIR. CITAÇÃO VÁLIDA. EFEITOS. PREVENÇÃO.

1. Verificada a identidade de causa de pedir entre as ações, é de se reconhecer a conexão, impondo-se a reunião dos processos para julgamento conjunto no juízo que primeiro promoveu a citação válida.

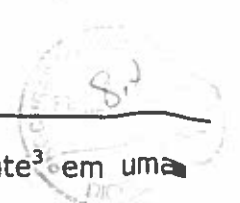
2. Agravo regimental desprovido.”

(STJ - AgRg no Ag 743756/SP, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 03/02/2009, DJe 16/02/2009)

Desta forma, mais do que a simples distribuição por prevenção, impõe-se a reunião do presente feito à Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, para que as demandas sejam julgadas simultaneamente.

3.2. DA VERDADEIRA INTENÇÃO POR TRÁS DOS PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DA APROCON – MERO INTUITO DE CORROBORAÇÃO E REFORÇO DA AÇÃO PROPOSTA PELA ABRADDEC, QUE VISA A PROTEÇÃO DE INTERESSE PARTICULAR

Conforme delineado no tópico anterior, a Ação Civil



Pública proposta pela APROCON consiste quase que exclusivamente³ em uma reprodução *ipsis litteris* da Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 ajuizada pela ABRADDEC.

Em função disso, posto que o intuito da APROCON se restringe a mera repetição da pretensão da ABRADDEC, cumpre fazer os seguintes esclarecimentos.

A ABRADDEC, sob o pretexto de agir buscando a "*defesa dos interesses da coletividade*", ajuizou a aludida Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2. Contudo, diferentemente do que faz parecer, a referida Associação, e, conseqüentemente, a APROCON (que reproduziu os fundamentos da primeira ação), não agem na tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores que supostamente representam, mas em prol de interesses particulares, alheios aos anseios da população [dos usuários do transporte público coletivo].

Explica-se: a ABRADDEC por meio de denúncia de sua autoria, colocou sob suspeita a atuação da consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no âmbito da Concorrência n.º 1/2011-ST; a ABRADDEC deu conhecimento de tal denúncia a diversas autoridades públicas; A denúncia da ABRADDEC foi dissipada na mídia, especialmente no Blog do Mino e no Jornal de Brasília; a Deputada Celina Leão explorou tais fatos e, inclusive, se deslocou ao Município de Curitiba-PR para dissipar tais denúncias no Plenário da Câmara de Vereadores daquele Município e colocar sob suspeita a integridade dos consultores; a ABRADDEC se utiliza das citadas notícias jornalísticas, das atuações da Deputada Distrital Celina Leão e dos demais frutos colhidos com sua ação, tudo numa lógica exclusivamente fictícia e supositiva, sem lastro probatório algum, para instruir a Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, omitindo do Exmo. Juízo que tudo começou por denúncia de sua própria autoria, na qual criou uma série de tramas envolvendo suposta atuação irregular do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck na Licitação em tela.

³ A única diferença de conteúdo da Ação da APROCON é que esta também inclui como fundamento a existência de representação do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal em que este alega que as propostas vencedoras da Concorrência n.º 01/2011-ST teriam sido superfaturadas (fls. 19 e ss. da petição inicial).



E mais: quanto à tese de que a Ação de Improbidade Administrativa do Estado do Paraná (Município de Guarapuava) seria prova dos fatos narrados naquela demanda, não lhe assiste razão. Da leitura da petição inicial do referido feito, em anexo, vê-se que a inclusão do advogado Sacha Reck no polo passivo daquela demanda fundamentou-se justamente nas notícias veiculadas pelo Jornal de Brasília (originadas na denúncia da ABRADDEC).

Por fim, para tentar dar aparência de maior veracidade às acusações feitas pela ABRADDEC, a APROCON ajuizou a Ação Civil Pública em comento, como se fosse uma terceira imparcial interessada, mas, na verdade, reproduzindo a Ação da ABRADDEC, tecendo afirmações sem qualquer amparo probatório.

Fecha-se um círculo vicioso iniciado pela ABRADDEC e corroborado pela APROCON com o propósito de tumultuar a Concorrência nº 1/2011-ST e impedir a renovação da frota de veículos do transporte público coletivo do Distrito Federal e a substituição das operadoras que, há anos, prestam, precária e insuficientemente, o serviço de transporte público coletivo.

Ante a esses fatos, insta questionar se há interesses particulares envolvidos, os quais, de forma alguma, se encaixam no objeto de uma Ação Civil Pública.

Reputa-se que há interesses particulares ocultos no bojo das mencionadas demandas judiciais, vejamos:

A própria APROCON, na exordial desta Ação Civil Pública, se declara conhecedora de que o valor das propostas de outras concorrentes teria sido "abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras"⁴. Ora, como poderia a Associação Autora ter conhecimento de tais valores se as propostas das concorrentes não foram sequer abertas pela Comissão Especial de Licitação, já que tais empresas foram inabilitadas?

⁴"A par disso, as empresas contratantes dos advogados já nominados, muito provavelmente, valendo-se de informações sigilosas, sagraram-se vencedoras da licitação, em detrimento de outros concorrentes, cujo valor das propostas perdedoras foi abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras, são elas: [segue informando as empresas vencedoras]." (fl. 18 da petição inicial – grifou-se).



E mais: a ABRADec - que formulou as acusações meramente repetidas pela APROCON - é presidida pelo Senhor Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa, que opera linhas do serviço complementar rural do transporte público coletivo do Distrito Federal, consoante se extrai do Contrato de Adesão n.º 26/2009, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 105 de 2 de junho de 2009. Ou seja, a ABRADec é presidida por um empresário que já opera no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Insta informar que foi recebida ação criminal em face do Sr. Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa em razão das inverdades apontadas nas acusações formuladas em nome da ABRADec, conforme andamento em anexo.

Diante do exposto, afigura-se que, por meio da Ação Civil Pública em tela, a APROCON está atuando em conjunto com a ABRADec, buscando proteger interesses particulares e tumultuar o processo licitatório sob análise, de forma a perpetuar indefinidamente as atuais operadoras na péssima e caótica prestação do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, que tanto aflige a população do Distrito Federal.

Tal intento, todavia, tem sido obstado pelo Poder Judiciário que, consoante decisões anexas, em mais de uma oportunidade, assegurou a contratação dos novos concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, e a execução do serviço por estes, em prol da mobilidade urbana e da população do Distrito Federal.

3.3. IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA TUTELA LIMINAR PLEITEADA PELA AUTORA - TUTELA QUE JÁ FOI SUSPensa PELO TJDFt EM SUSPENSÃO DE LIMINAR EM SITUAÇÃO IDÊNTICA



Consoante demonstrado linhas atrás, a **Ação Civil Pública** ora combatida, consoante admitido pela própria Autora, envolve **"mesmo pedido e [mesma] causa de pedir"** da Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, movida pela ABRADDEC. Quase a integralidade da petição inicial desse feito se trata de transcrição *ipsis litteris* da exordial da ABRADDEC.

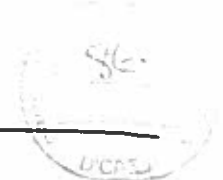
Naquele caso, induzido a erro pela ABRADDEC, o douto Juízo deferiu o pedido de liminar formulado pela Associação na demanda conexa à presente.

Ocorre que, ato contínuo, foi ajuizada a **Suspensão de Segurança e de Liminar n.º 2013.00.2.024163-0**, na qual o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFDT decidiu monocraticamente por suspender a liminar deferida na ação da ABRADDEC - repise-se, de igual teor e iguais fundamentos ao pedido da APROCON -, para evitar a ocorrência de lesão à ordem e economia públicas.

E a decisão da douda Presidência do TJDFDT foi confirmada pelo Conselho Especial daquele Tribunal, à unanimidade, quando a ABRADDEC interpôs Agravo Regimental. Confira-se alguns trechos da fundamentação desse aresto:

"Ademais, a decisão agravada está assentada na possibilidade de ocorrência de dano à ordem e à economia públicas, devidamente demonstrada na peça inaugural do pedido de suspensão.

No tocante à questão da ordem pública, o Distrito Federal afirmou que as empresas Viação Marechal, Viação Piracicabana e Viação Pioneira encontravam-se em plena operação no serviço de transporte público e, caso fosse mantida a liminar, a suspensão das bacias 1, 2 e 4 poderia inviabilizar o funcionamento de todo o sistema de transporte público no Distrito Federal, uma vez que



todas as bacias seriam interligadas.

(...)

Aliás, em contraposição a essa particularidade suscitada no agravo, a suspensão de segurança restou deferida exatamente com vistas à **preservação da ordem econômica, ameaçada concretamente pela suspensão dos contratos administrativos, pois as empresas alijadas do certame pela liminar já teriam realizado vultuosos investimentos na aquisição de ônibus novos e na construção de garagens, investimentos estes que não podem ficar paralisados aguardando o desfecho da ação originária.** Este fato, por si só, é que poderia concretamente dar ensejo a um pedido de indenização por parte das contratadas, caso fossem julgados improcedentes os pedidos formulados na ação principal.

Acrescente-se a isso, o investimento de recursos públicos empregados na realização do certame pelo Governo do Distrito Federal, que também acabaria comprometido."

(TJDFT - SS 2013.00.2.024163-0 - Conselho Especial - J. 22/10/2013)

Lembre-se que, ao teor do art. 4º, §8º, da Lei Federal n.º 8.437/92, as decisões de suspensão de liminar se estendem às liminares de objeto idêntico – como ocorre *in casu*, em que a APROCON requer liminar de igual teor àquela pleiteada anteriormente pela ABRADDEC e que foi suspensa pelo Conselho Especial do TJDFT.

Dessa forma, sem entrar no mérito das alegações da APROCON, pela constatação de que sua causa de pedir e pedidos são iguais aos previamente apresentados pela ABRADDEC no feito conexo ao presente, impõe-se o indeferimento da liminar pugnada pela Autora – sob pena de violar a autoridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.



4. DO MÉRITO

4.1 DOS ATOS QUE PRECEDERAM A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2011-ST

Preliminarmente, cumpre rememorar que o Distrito Federal - GDF, após determinação judicial extraída dos autos de Ação Civil Pública nº. 2001.01.1.010242-8, teve a missão de realizar o procedimento licitatório para a regularização e modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Em que pese à existência de um edital de licitação embrionário da Concorrência Pública nº. 01/2011, visando à realização do certame, publicado no ano de 2011, tal instrumento convocatório foi reprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por diversas inconsistências.

Assim, afigurou-se imprescindível a reconstrução do referido instrumento, não apenas sob a diretriz de regularização jurídica das permissões existentes, como determinado pelo Poder Judiciário, mas também com o objetivo de implantar um novo projeto operacional, capaz de melhorar a qualidade da prestação dos serviços aos usuários, como demandou o TCDF.

Diante disso, pautando por atender à coletividade, cumprir as competências precípua da Pasta e aderir ao Princípio da Economicidade, foram utilizados instrumentos já em emprego na Secretaria, iniciados na gestão anterior, com as adequações necessárias, sempre primando pela celeridade e eficiência na resolução das demandas do transporte público coletivo do Distrito Federal.

Uma dessas ferramentas refere-se ao Convênio - Cooperação Técnica ANT/OC-11243-BR - firmado em 2009 entre o Distrito Federal - na oportunidade, denominado Beneficiário - e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Administrador do Fundo para a preparação de Projetos de Infraestrutura (InfraFundo), destinado a formalizar termos e condições para a concessão de uma Cooperação Técnica não-reembolsável ao Beneficiário, ao visio de apoiar a implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF. (Anexo)



O Beneficiário (DF), por meio da Secretaria de Transportes, acordou que o BID utilizaria os recursos disponibilizados para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação supracitada.

Ajustou-se, ainda, que o Distrito Federal deveria aportar recursos como contrapartida, estimada, naquela ocasião, em US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), dos quais US\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares americanos) deveriam ser destinados a pagamentos de consultores. Também restou comprometido que tal estimativa não reduziria a "obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa".

Após participação vitoriosa em certame licitatório internacional BR-T1089-SN3 patrocinado pelo BID (Termo de Referência - Anexo e Proposta da empresa - Anexo), o Consórcio LOGIT Engenharia Consultiva Ltda. e LOGITRANS Logística, Engenharia e Transportes Ltda. foi contratado mediante o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR, subscrito em 1º de junho de 2010, firmado com o BID, cujo objeto exordial consistiu na elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação. (Anexo)

A par disso, frise-se que fora identificada a oportunidade de se utilizar da Cooperação Técnica, com ajustes demandados por esta Pasta, para a efetivação dos fins colimados pelo PTU para o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal como um todo. Nesse sentido, foram realizados os enquadramentos do Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR à nova realidade, conforme pode ser observado por meio das tratativas realizadas junto ao BID nos Ofícios nº 723/2011-GAB/ST e nº 1072/2011-GAB/ST. (Anexo - Ofícios e Anexo - Proposta da empresa enviada ao BID)



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Ato contínuo, foi firmado Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria entre o BID e o Consórcio LOGIT-LOGITRANS, que abarcou, dentre outros produtos, a versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência Pública nº. 001/2011 - ST (Minutas), nos termos previstos na Cláusula Quarta, alínea "e". (Anexo)

Em março de 2012, com a conclusão da fase interna do processo licitatório da Concorrência nº 001/2011 - ST, exauriu-se o objeto da Cooperação Técnica, dentro do Contrato ATN/OC-11243-BR, naquilo que envolvia os compromissos assumidos pelo BID na referida Cooperação. Remanesceram, todavia, as demais atividades listadas no Anexo 2 do Termo Aditivo à Cooperação Técnica, sob responsabilidade do Distrito Federal, a título da contrapartida já mencionada.

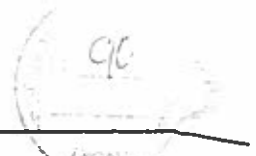
Assim, em face das demandas técnico-jurídicas que emergiriam na fase externa do certame, sobreveio a necessidade de se dar continuidade com os trabalhos, visando o suporte na emissão de pareceres e orientações técnicas à Secretaria, mormente quanto aos pedidos de esclarecimentos, impugnações administrativas, bem como sob os aspectos técnicos e financeiros envolvendo o Edital de licitação e o julgamento do certame, intercorrências essas previsíveis em qualquer pleito dessa natureza.

No que pertine às questões técnico-financeiras, prosseguiu-se com a consultoria sob o comando da empresa líder do Consórcio contratado pelo BID, no caso a LOGIT- Engenharia Consultiva Ltda.

Quanto à consultoria técnico-jurídica especializada na área de transporte público coletivo, a eleição do advogado Sacha Breckenfeld Reck e equipe decorreu do fato de o referido profissional ter integrado a equipe do Consórcio LOGIT-LOGITRANS durante a execução da Cooperação Técnica.

Ou seja, a escolha das consultorias referidas decorreu de decisão já consolidada no âmbito da Cooperação Técnica, desde 2010, quando firmado o Contrato ATN/OC-11243-BR.

Como é de se observar, portanto, demonstrou-se



razoável a continuidade das mencionadas consultorias, para auxílio técnico na implementação do novo modelo de STPC/DF, consultorias essas levadas a efeito no âmbito do Programa de Transporte Urbano - PTU, cujo Órgão Financeiro Internacional - BID é a principal fonte dos recursos de seu custeio e possui normas e procedimentos próprios.

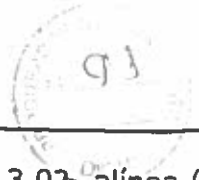
Deve-se realçar que o PTU, já em andamento quando da celebração da Cooperação Técnica em tela, é objeto do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, firmado pelo Distrito Federal com o BID em 30.1.2008. No referido ajuste a Secretaria de Estado de Transportes figura como Órgão responsável por promover a execução do PTU/DF e a utilização dos recursos oriundos do financiamento.

Imperioso registrar que no escopo do PTU, dentre os diversos projetos nele previstos, está inserida a renovação de toda a frota de ônibus do Distrito Federal, nos termos dispostos na Cláusula 4.07 (b):

CLÁUSULA 4.07.(...).

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução Nº 4725 do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.

Dentro do contrato do PTU, restou também estabelecido como obrigação do Distrito Federal, a exigência de se proceder à contratação de Consultoria a fim de prestar apoio ao Gerenciamento do



Programa, conforme disposições insertas nas Cláusulas 3.02 e 3.02, alínea (b), do Capítulo III; 4.07 do Capítulo IV; 4.02, V, Anexo A do PTU. Referidas Cláusulas assim rezam: (Anexo)

Capítulo III – Desembolsos

(...)

Cláusula 3.02. – Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

(...)

(b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordado com o Banco.

(...)

Capítulo IV – Execução do Programa

Clausula 4.07. Condições especiais de execução. (a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos termos da Cláusula 3.02(b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, (...).

Cláusula 4.02, V, Anexo A - A UGP coordenará suas atividades dispensando especial atenção a quatro áreas: (...) (d) (...) **A execução do Programa terá o apoio de uma consultoria cujas principais atividades serão:** (i) programação e acompanhamento da execução físico-financeira dos contratos, inclusive **apoio à supervisão dos processos licitatórios**, (ii) criação, implementação e operação de um plano de monitoramento para avaliação do



programa; (iii) apoio na elaboração de termos de referencia e documentos de licitação; (iv) apoio à UGP na supervisão e fiscalização de projetos e obras e na aquisição de bens e serviços; (v) elaboração de relatórios periódicos e específicos do avanço do Programa”.

Objetivando atender às condições expressas nesse Contrato de Empréstimo, após o devido procedimento de seleção - SDP Nº 001/2008/PTU, foi firmado o Contrato nº 25/2008-ST, entre a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no exercício de 2008, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – SAG/PTU/DF. (Anexo)

A Cláusula 3.7 do Contrato nº 25/2008-ST tratou de instituir as atividades da Empresa Consultora que requerem aprovação prévia do Contratante (GDF). Dentre elas está a questão de contratação de subconsultorias:

3.7 Atividades da Empresa Consultora que requerem a aprovação prévia do Contratante

- A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:
- (a) qualquer mudança ou acréscimo no Pessoal detalhado no Apêndice C;
 - (b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços; se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retorne a prestação dos Serviços;
 - (c) qualquer outra ação que possa estar estipulada nas CEC.

Nesse diapasão, a Cláusula 4.1 institui como obrigação da Gerenciadora a contratação de subconsultores com nível de competência e experiência necessárias para prestar os serviços. Cabe ao Contratante examinar e aprovar o pessoal disponibilizado pela Contratada para executar o objeto



ajustado.



4 Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores

4.1 Generalidades A Empresa Consultora contratará e fornecerá Pessoal e Subconsultores com o nível de competência e experiência necessárias para prestar os Serviços.

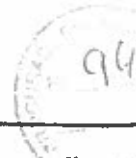
**4.3 Aprovação do
Pessoal**

O Contratante, nos termos deste Contrato, aprova a relação do Pessoal-chave e os Subconsultores enumerados por cargo e por nome no Apêndice C. Com respeito a outro Pessoal que a Empresa Consultora se proponha utilizar na prestação dos Serviços, a Empresa Consultora apresentará ao Contratante uma cópia de seus Currícula Vitae (CV) para seu exame e aprovação. Se o Contratante não expressar objeções por escrito (indicando os motivos da objeção) dentro de 21 (vinte e um) dias contados a partir da data de recebimento desses CV, se considerará que o mencionado Pessoal foi aceito pelo Contratante.

Assim, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A (Contrato nº 25/2008-ST) realizou a contratação dos subconsultores em comento (Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck e a empresa LOGIT ENGENHARIA LTDA).

Deve-se notar e realçar a particularidade que reveste esse ajuste, regido pelas políticas e procedimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, uma vez que pactuado dentro do Contrato de Empréstimo Internacional nº 1957/OC-BR, sujeito, portanto, às políticas de aquisição e execução daquela Entidade Financeira Multilateral.

Nesse sentido, foram observadas as normas insculpidas por aquele Organismo Internacional e pelo Contrato nº 25/2008-ST, relacionadas com os procedimentos regentes da contratação de subconsultores, consoante demonstrado nas linhas pretéritas e na documentação anexa.



4.2 DA REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

No que diz respeito à atuação do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no bojo da Concorrência n.º 1/2011-ST, esclareça-se que não gera surpresa a alegação constante na inicial no sentido de que o escritório de advocacia em questão, ou seu sócio Sacha Reck, não possuíam relação com o BID - Banco Internacional de Desenvolvimento. Como alhures mencionado, o citado causídico, na fase interna da Concorrência n.º 1/2011-ST, integrou o Consórcio LOGIT-LOGITRANS - este sim contratado pelo BID. Dessa forma e não sendo representante legal das empresas que constituem tal consórcio, é evidente que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não firmou diretamente qualquer avença com o BID.

Conforme demonstrado no tópico anterior, o advogado Sacha Reck integrava o corpo jurídico do Consórcio LOGIT-LOGITRANS. Seu nome constou expressamente de quadro técnico de consultores da proposta técnica que integrou a contratação realizada pelo BID.

O Banco Interamericano do Desenvolvimento e o citado Consórcio firmaram Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, que abarcou, dentre outros produtos, a elaboração da versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, cuja avença teve vigência até março de 2012.

Findo aquele ajuste, para a atuação do advogado Sacha Reck na fase externa da Concorrência n.º 1/2011-ST, o escritório de advocacia do qual ele é sócio foi subcontratado, **no mês de abril de 2012**, pela empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, conforme contrato em anexo. No escopo desse contrato, encontrava-se justamente a possibilidade de o escritório de advocacia prestar consultoria a esta Pasta no âmbito da Concorrência n.º



/2011-ST.

Importa frisar que o ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO exarou parecer a respeito desse assunto, em que conclui pela inexistência de indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº 1/2011 - ST, afirmando expressamente que:

"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consulente se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."

Ressaltou, ademais, a inexistência de ato ou fato que impedisse o escritório de advocacia de prestar serviço ao Poder Público. Nesse sentido, às fls. 22/23 do Parecer anexo, o renomado **Professor Marçal JUSTEN FILHO** esclarece o seguinte:

VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência, a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem



mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."

Portanto, a insurgência da Autora quanto à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados ao Distrito Federal não merece guarida, devendo ser julgada improcedente a presente demanda.

4.3 DA INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Diferentemente do que sugestiona a Autora, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados atuou como mero consultor nesta Secretaria, inexistindo submissão compulsória deste Órgão ou mesmo da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n.º 1/2011-ST, às opiniões emitidas por tal escritório.

A Comissão Especial de Licitação e as autoridades envolvidas na Concorrência n.º 1/2011-ST sempre decidiram com autonomia e por sua inteira convicção, acatando ou não as orientações dos pareceres técnicos.

Com efeito, a Consultoria do citado escritório foi restrita à formalização de orientações especializadas na área de licitações de concessões de serviço de transporte público coletivo, amparada na legislação aplicável e no



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



Edital da Concorrência nº. 1/2011-ST, sendo de responsabilidade e competência da Comissão Especial de Licitação e das autoridades desta Pasta a tomada das decisões administrativas no âmbito da Licitação.

Da mesma forma, a consultoria relativa a demandas judiciais limitava-se à apresentação de fundamentos técnicos e documentais específicos do processo licitatório, atendendo a solicitações específicas deste Órgão, cabendo exclusivamente a essa Procuradoria Geral do Distrito Federal a atuação contenciosa em ações judiciais envolvendo o referido Certame, por intermédio da elaboração das peças processuais e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário.

Registre-se que o consultor não possui poder decisório, mas limita-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo os atos decisórios da Concorrência nº. 1/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e às autoridades desta Pasta.

E, da própria etimologia da palavra "consultoria"⁵ extrai-se que se trata do *ato de dar consulta ou conselho*; ou ainda, *é atividade exercida por aquele que dá pareceres e trata de assuntos técnicos*. Ou seja, o consultor não possui poder decisório, mas limita-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo, como dito alhures, os atos decisórios da Concorrência nº. 01/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e às autoridades desta Secretaria.

O fato de a Consultoria elaborar "minutas" não lhe dá poder decisório, na medida em que a minuta nada mais é do que a *"primeira redação de um escrito, um rascunho."*⁶

A respeito do tema, o parecerista Marçal JUSTEN FILHO, assim concluiu⁷:

⁵<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=consultoria>

⁶<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=minuta>

⁷ Fl. 10 do parecer em anexo.



a. IV.2 - A ausência de competência decisória

54. É evidente que isso não importava a transferência para a Consultente ou para os advogados que a integram de alguma competência decisória formal.

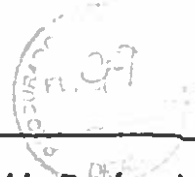
55. Todas as manifestações do Dr. Sacha Breckenfeld Reck apresentavam natureza meramente consultiva.

Recebendo a comunicação de algum incidente, cabia-lhe produzir uma manifestação de cunho sugestivo quanto à orientação a ser adotada. Isso podia envolver inclusive uma sugestão de redação a ser adotada para a formalização da futura decisão.

56. Não existe qualquer dúvida que tais manifestações eram avaliadas pelas autoridades investidas da competência jurídica para decidir. Na medida em que fosse verificada a juridicidade e adequação das sugestões, eram elas adotadas pela autoridade competente. Mais precisamente, a decisão da autoridade era a única a ter existência no mundo jurídico.

57. Pode-se fazer um paralelo muito simples com situações conhecidas no domínio jurídico. Suponha-se um parecer da assessoria jurídica, que seja aprovado pela autoridade competente. Ao afirmar "adoto o parecer acima", a autoridade competente produz um ato jurídico próprio. Formalmente, passa a existir o ato administrativo da autoridade superior. O parecer é uma mera proposta de decisão (ressalvados os casos em que o parecer apresenta natureza vinculante). Justamente por isso e por exemplo, a autoridade que adotou o parecer responderá pela decisão, inclusive no tocante a um eventual mandado de segurança. A autoridade coatora não é o assessor jurídico que elaborou o parecer, mas a autoridade superior que o adotou.

b. IV.3 O caso concreto: a ausência de atividade decisória



58. Portanto, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck não desenvolveu qualquer atividade decisória no curso da licitação. Exercitou os seus deveres como contratado para prestar assessoramento no curso da licitação.

c. IV.4 O caso concreto: a ausência de anomalia nos atos praticados

59. Também por isso, não se vislumbra qualquer anomalia na formulação de propostas de encaminhamento do certame, na apresentação de sugestões de decisão, na redação de propostas de fundamentação e assim por diante.

60. Ao praticar esses atos, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck estava apenas adimplindo com as obrigações contratuais assumidas. Não se tratava de exercício indevido de competências alheias, nem de usurpação de funções públicas.

61. Justamente por isso, aliás, todos esses atos foram praticados de modo escrito e público, no bojo dos autos de procedimento licitatório. Além das manifestações verbais eventualmente promovidas, cabia ao Dr. Sacha Breckenfeld Reck formalizar as suas manifestações por escrito.

62. Em suma, é perfeitamente imaginável a existência de dezenas de manifestações do referido profissional nos autos da licitação, nelas se contendo opiniões, orientações, esclarecimentos, sugestões e assim por diante. Isso não configura qualquer irregularidade, nem prática reprovável em face da ordem jurídica.

Ante o exposto, resta aclarado que o citado escritório de advocacia e seus sócios atuaram como meros consultores no âmbito da Concorrência nº. 1/2011-ST, sem qualquer poder decisório, pelo que é improcedente a afirmação constante na inicial de que um escritório de advocacia teria usurpado funções da Comissão Especial de Licitação.



Nesse sentido, às fls. 22/23 do parecer em anexo, o renomado **Professor Marçal JUSTEN FILHO** esclarece o seguinte:

"VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência, a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

*123. **Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados.***

Frise-se, ademais, que as empresas mencionadas na inicial, embora constituídas ou administradas por pessoas físicas de sobrenome idêntico, seja Constantino, seja Gulin, são pessoas jurídicas próprias e independentes, constituídas por membros diversos de tais famílias, alguns inclusive sem grau de parentesco direto.

Diferentemente do que afirma a Autora, nunca existiu, por parte do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck



Advogados Associados, assessoria direta ou indireta às empresas Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. – ou seja, tais pessoas jurídicas nunca contrataram os serviços dos advogados integrantes do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados.

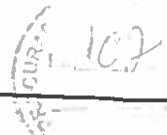
O referido escritório não advoga ou representa, nem judicial ou extrajudicialmente, a Família Constantino ou o Grupo Constantino. Da mesma forma, o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados nunca prestou serviço contencioso ou de consultoria à pessoa jurídica Comporte Participações Ltda.

As procurações citadas na inicial referem-se à contratação para o patrocínio judicial específico de demandas envolvendo o processo de licitação de Marília, pela empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda..

Quanto às procurações, firmadas pelo Administrador Executivo da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., Sr. José Antônio Jacomelli, também se extrai que a empresa Comporte Participações Ltda., ou os sócios pessoas físicas desta, nunca outorgaram poderes ao escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. Para atuação contenciosa e pontual em processos judiciais decorrentes do procedimento licitatório do Município de Marília, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. foi representada pelos Senhores José Antônio Jacomelli, administrador executivo, e Celso Mitsuru Oishi, sócio da empresa Max Empreendimentos e Participações Ltda., que integra a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.

Esclareça-se, ainda:

- i) o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não assessorou, na qualidade de consultor, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. no que diz respeito à sua participação nas Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília – cujos serviços de consultoria foram prestados exclusivamente à então licitante Viação Cidade Sorriso Ltda.
- ii) a atuação de membros do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha



Reck Advogados Associados na defesa dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. foi exclusivamente contenciosa, após a propositura de demandas judiciais por outras licitantes que participaram das Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília, e ocorreu posteriormente ao encerramento daqueles certames⁸, com expressa autorização de sua cliente Viação Cidade Sorriso Ltda., pois os interesses de tais empresas naquelas demandas judiciais eram convergentes. Prova da atuação "contenciosa" são as cópias dos processos, procurações respectivas e certidões explicativas que instruíram a denúncia da ABRADDEC, juntadas pela APROCON.

- iii) Ainda que o escritório de advocacia tivesse atuado na defesa dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., no que diz respeito à participação desta nas Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília, tal procedimento licitatório não guarda qualquer relação com o objeto do certame realizado no Distrito Federal (Concorrência n.º 1/2011-ST) - pelo que eventual consultoria à referida empresa na licitação do transporte coletivo de Marília não geraria impedimento à assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados na consultoria realizada ao Governo do Distrito Federal.

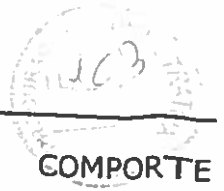
Além do patrocínio de causas pelo citado escritório de advocacia ter se limitado a demandas pontuais que tramitam na Justiça de São Paulo, é de se ver que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. - *que sequer participou da Concorrência nº. 1/2011-ST - não forma grupo econômico com as licitantes Viação Pioneira ou Viação Piracicabana*, já que possuem composição societária distintas.

Conforme documentos apresentados pela própria APROCON, na petição inicial, fazendo referência à da denúncia formulada pela ABRADDEC perante a Comissão Especial de Licitação, extrai-se que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. é composta pelos seguintes sócios: MAX

⁸Os contratos de concessão daquele certame foram firmados em dezembro do ano de 2011, tendo a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. sagrado-se vencedora do Lote 01 e a Viação Cidade Sorriso Ltda. do Lote 02.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (45%), COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A (45%) e PMG PARTICIPAÇÕES LTDA. (10%), enquanto a Viação Piracicabana possui como sócios as empresas COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A (99,99%) e GUARUS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (0,0003%).

Ou seja, os sócios das duas empresas não são idênticos, e o fato de possuírem um sócio comum (COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A) não as outorga a natureza de Grupo Econômico, notadamente porque na Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. a investidora COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A não exerce controle, já que possui menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

A presunção equivocada de impedimento levada a efeito na inicial, pelo simples fato de a Consultoria ter representado judicialmente a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., fere de morte o conceito de direito civil segundo o qual a pessoa jurídica possui personalidade própria, distinta da pessoa de seus sócios.

Para que não reste dúvidas quanto ao que foi afirmado, mais uma vez cite-se o parecer em anexo, de autoria do **Professor Marçal JUSTEN FILHO**:

"108. Em termos jurídicos, é absolutamente descabido identificar Comporte Participações S.A., Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. São três pessoas jurídicas distintas, com interesses inconfundíveis e autônomas entre si. Dito de outro modo, o patrocínio dos interesses de Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. não significa a atuação profissional em favor de Viação Piracicabana Ltda.

109. A imputação de atuação advocatícia para um mesmo sujeito apenas poderia ser admitida se fosse produzida a desconsideração da personalidade societária das duas empresas em questão. Tal apenas poderia ser produzida mediante a comprovação de algum desvio ou de utilização abusiva da entidade. Não



existe qualquer imputação dessa ordem.

110. Mais ainda, não teria existido irregularidade ainda que o Dr. Guilherme Gonçalves tivesse atuado, em outro litígio, na defesa dos interesses de uma das empresas licitantes. Essa imputação somente poderia merecer alguma reprovação se existisse evidência de alguma prática reprovável na condução da licitação."

Assim, o fato de o escritório de Advocacia ter prestado serviços contenciosos no âmbito do Município de Marília à Empresa Transporte Coletivo Grande Bauru não o impediria de atuar na licitação do transporte público coletivo do Distrito Federal, uma vez que esta empresa não participou deste Certame, e, ademais, não forma grupo econômico com a Viação Piracicabana Ltda.

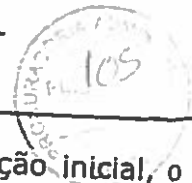
Quanto à alegação de grupo econômico entre Viação Pioneira e Viação Piracicabana, tem-se que o fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital da Concorrência nº. 1/2011-ST, segundo o qual a interdependência entre proponentes se configurava apenas na hipótese de haver controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes (item 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7 do Edital), o que não é o caso.

Tal entendimento, inclusive, foi confirmado pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança nº. 2013.00.2.008852-7, em que é Impetrante VIPLAN - Viação Planalto Ltda., bem como no mandado de segurança nº. 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio SOGIMA, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme decisões em anexo.

Assim, ante a inexistência de grupo econômico, não se justifica o cumprimento das recomendações exaradas pelo Ministério Público



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



do Distrito Federal e Territórios, apontadas no Item X da petição inicial, o que inclusive foi devidamente justificado por esta Pasta, consoante Ofícios n.ºs 609 e 640/2013 - GAB/ST, cópias anexas.

No tocante à licitante **Auto Viação Marechal Ltda.**, esta empresa não possui qualquer contrato com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que tenha por objeto assessoria em licitações, muito menos o contratou para atuar na Concorrência n.º 1/2011-ST. O que ocorre é que, em razão da notoriedade do escritório de advocacia em questão na matéria de transporte público coletivo, este está contratado pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, ou seja, o escritório atua exercendo advocacia de classe, protegendo interesses individuais homogêneos e coletivos das empresas sindicalizadas, dentre as quais está a Auto Viação Marechal Ltda., exclusivamente no que diz respeito às concessões do transporte coletivo de passageiros de Curitiba e Região Metropolitana.

É o que dispõe a cláusula primeira do contrato de prestação de serviços de advocacia e consultoria jurídica firmado entre o citado Sindicato e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, *in verbis*:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por finalidade a prestação de serviços profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em tudo o que lhe diga respeito, e às empresas por ele representadas, inclusive os Consórcios, em assuntos unicamente de interesse coletivo ou individual homogêneo, nas áreas de direito administrativo, direito civil e direito do consumidor, incluindo atuação e patrocínio em ações judiciais de interesse coletivo da classe e/ou individual homogêneo. (...)" (g.n)

Assim, as procurações mencionadas na inicial referem-se a processos coletivos, de autoria do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E



REGIÃO METROPOLITANA e de todas as empresas que operam o serviço público urbano e metropolitano integrado da Região Metropolitana de Curitiba, por meio do qual buscam a realização de cálculos para revisão tarifária pelo Poder Concedente, como bem se verifica das petições iniciais em anexo⁹, e dos poderes especiais outorgados nos instrumentos de mandato, abaixo transcritos:

"Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº. 005/2009, da URBS - Urbanização de Curitiba."

As empresas integrantes do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, dentre as quais a Auto Viação Marechal Ltda., outorgaram procuração com poderes específicos para propositura da referida ação judicial, que tem por objeto a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos operadores do serviço público de transporte coletivo de passageiros de Curitiba e Região Metropolitana. E, ademais, só constaram do polo ativo daquela ação judicial por razões processuais, já que, acaso a ação fosse interposta isoladamente pelo Sindicato, corria-se o risco de que fosse reconhecida a ilegitimidade ativa deste.

De todo modo, é de se constatar que aquela ação protege os interesses coletivos e individuais homogêneos das empresas sindicalizadas e versa sobre equilíbrio econômico-financeiro de todos os prestadores do serviço público urbano e metropolitano integrado da Região Metropolitana de Curitiba, não guardando qualquer relação com o tema afeto à participação em licitações e ao objeto da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Nessa senda, cumpre trazer a lume o posicionamento do **parecerista Professor Marçal JUSTEN FILHO**, que afasta todas as alegações constantes da inicial:

⁹ DOC 14, alínea "b".



111. Por outro lado, a documentação evidencia que o Dr. Guilherme Gonçalves foi contratado pelo Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana para promover ação visando ao reequilíbrio econômico-financeiro de concessões outorgadas em favor de suas associadas. Entre elas, encontrava-se a empresa Auto Viação Marechal Ltda. Deve-se anotar que, no mesmo processo, o referido Dr. Guilherme Gonçalves também advoga para muitas outras empresas.

112. Tratava-se de litígio judicial com objeto específico, sem qualquer identificação com o objeto da licitação promovida pelo Distrito Federal.

113. Ademais e outra vez, não houve a indicação da prática de atos de favorecimento em favor da referida empresa. Tal como acima exposto, todas as decisões adotadas foram plenamente respaldadas pela ordem jurídica.

Inexiste, assim, qualquer contrato de assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados às empresas Viação Pioneira, Viação Piracicabana e Auto Viação Marechal Ltda. na área de licitações públicas, tampouco quanto ao objeto da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Vale citar que, indagado sobre a existência de indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº. 1/2011-ST, o ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO concluiu:

"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consultante se conduziram de modo ético e absolutamente



compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."

Assim, no tocante aos atos praticados pela Consultoria no decorrer da Concorrência n.º 1/2011-ST, tem-se que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados jamais violou os princípios que resguardam a lisura do procedimento licitatório, muito pelo contrário, se ateve integralmente ao cumprimento das disposições editalícias e à legislação vigente.

As orientações prestadas pela consultoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no tocante a todas as fases da Concorrência n.º 1/2011-ST, além de imparciais, respeitaram os princípios de direito administrativo e a legislação vigente.

Em face do delineado, resta elucidado que inexistiu qualquer fato ou contrato firmado pelo escritório de advocacia em questão, que o impedisse de atuar com a isenção e imparcialidade devidas perante esta Secretaria.

4.5 DA INOCORRÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS NA LICITAÇÃO PARA AS TARIFAS

A Autora, nas páginas 19 e seguintes de sua petição inicial, reproduz representação apresentada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Distrito Federal, adotando as alegações do *Parquet* de que teria ocorrido superfaturamento dos valores estimados para as tarifas no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e que isto, aliado ao "cerceamento das planilhas correspondentes ao projeto básico", teria levado a baixa competitividade, permitindo que as propostas vencedoras consolidassem um preço final



supostamente superfaturado.

Não assiste razão à Autora.

Preliminarmente, cabe lembrar que o Edital da Licitação em tela foi fruto de diversas impugnações administrativas e representações no Tribunal de Contas do Distrito Federal, até a sua publicação definitiva e derradeira. Houve vários apontamentos por parte do órgão técnico daquela Corte de Contas e inclusive do Ministério Público, pelos quais foram requeridas correções e o detalhamento de informações adicionais no Edital e seus anexos, a fim de que fosse possibilitada a elaboração das propostas pelos licitantes.

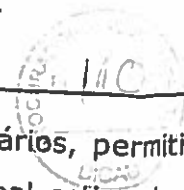
Todos esses apontamentos ou foram esclarecidos e superados, com os esclarecimentos prestados por esta Pasta, ou foram acolhidos e contemplados em alterações promovidas no Edital da Licitação, o que levou à liberação do prosseguimento do Certame. Inclusive as reivindicações aludidas pelo *Parquet* na Reclamação n.º 08/2013 - reproduzida pela Associação Autora na exordial -, no tocante às informações para avaliação de viabilidade econômica e o detalhamento de dados necessários à formulação das propostas, foram recepcionadas e motivaram alteração específica no Edital da Licitação.

Com todo o respeito e acatamento, é improcedente a alegação de que teriam sido mantidas em sigilo informações essenciais sobre a viabilidade da concessão e o orçamento dos serviços. O Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e seus anexos forneceram aos licitantes todos os dados e elementos indispensáveis para o conhecimento do objeto licitado e formulação dos preços de tarifa, prova disso é que o certame não foi deserto.

No Anexo II.11 do Edital - o qual foi incluído na última versão publicada do instrumento convocatório para atender apontamento do próprio Ministério Público de Contas - constou orçamento detalhado dos custos e da viabilidade econômica dos lotes licitados. No Anexo II.4, foram apresentadas todas as informações para o cálculo da quilometragem das linhas e dos Lotes bem como os itinerários e os tempos de viagem de cada linha. Além disso, o Anexo II.10 apresentou o detalhamento minucioso das tabelas de partidas e do



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



quadro de marcha de todas as linhas, com os respectivos horários, permitindo inclusive a validação dos dados de fator de utilização de pessoal estimados no Estudo de Viabilidade do Anexo II.11 do Edital.¹⁰

Veja-se, nesse particular, que na representação ministerial e na petição inicial da APROCON não houve sequer menção a esses dados ou o apontamento de qualquer elemento que estivesse ausente ou insuficientemente demonstrado nos referidos anexos, limitando-se o petitório a apontar genericamente a suposta carência de informações no Edital de Licitação.

O que corrobora a insubsistência das alegações do *parquet*, reproduzidas pela Autora, é o fato de que, pelos licitantes e interessados que analisaram o Edital em questão, em sua publicação e republicação, **não houve ao menos uma insurgência quanto ao tema ora tratado, tampouco quanto à impossibilidade de ofertar propostas, apesar das dezenas de impugnações administrativas e representações ao Tribunal de Contas que foram interpostas previamente à data de entrega das propostas.** Se maior competitividade não houve no certame, tal não se deveu a qualquer restrição ou sigilo de informações.

Adentrando ao segundo tema da representação e à acusação da Autora de superfaturamento, cumpre anotar o descabimento da comparação feita entre o Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST sob análise e o edital da licitação do Município de Curitiba-PR. Muito embora a cidade de Curitiba seja mundialmente conhecida pelo moderno e eficiente planejamento do transporte coletivo, o instrumento convocatório da licitação do transporte ocorrida em 2009, naquele Município, **não se constitui em referência oficial e única para toda e qualquer licitação.**

O Ministério Público de Contas, na representação trazida à baila pela APROCON em sua exordial, comparou Editais de Licitação cujos modelos econômicos são totalmente distintos, nos seus pressupostos, na sua composição e nos seus elementos.

¹⁰ Todos estes componentes do instrumento convocatório da aludida licitação seguem em anexo à esta manifestação e estão disponíveis publicamente no sítio eletrônico http://editais.st.df.gov.br/editaleavisos_novo.html.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Em primeiro lugar, há diferenças de metodologia de cálculo de fluxo de caixa. A adotada pelo Edital de Curitiba possui alguns procedimentos e critérios de cálculo distintos do Edital desta Capital, por exemplo, no tocante ao ano inicial de realização dos investimentos pré-operacionais.

Em segundo lugar, o Edital de Curitiba adota regime de remuneração por custo do serviço, o que pode ser verificado em seu Anexo III e nos procedimentos de repactuação e reajuste de preços regulados nos item 14 do referido Edital; ao passo que o Edital da Concorrência n.º 1/2011 adota regime econômico de preço do serviço.

Isso significa que, em Curitiba, a concessionária terá maior remuneração quanto maior for o seu custo, modelo que na melhor doutrina de concessões de serviço público já está superado, por incentivar à ineficiência e o aumento de custos. Confira-se que o próprio Ministério das Cidades, ao elaborar o documento "*Proposta de Barateamento das Tarifas de Transporte Público Urbano*", oficialmente reconhece que o modelo de remuneração pelos custos está ultrapassado:

"Ademais, o atual método de fixação da tarifa, pelos custos, não estimula ganhos de eficiência da operação (ex: as economias de escala, o aumento da velocidade comercial, a redução da frota, etc.) com repasse para as tarifas, pois esses significariam redução da receita. Assim, quando estes ganhos acontecem são, na maioria das vezes, internalizados pelas operadoras e não repassados para os usuários dos serviços. Por outro lado, os aumentos de custos, como os descritos, são repassados quase que automaticamente, a cada aumento tarifário.

Por essas razões é que se defende a busca de outros métodos de remuneração e fixação de tarifas, que superem as falhas atuais, que estimulem a eficiência e contemplem a



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

divisão dos ganhos de produtividade com os usuários.¹¹

Na Concorrência n.º 1/2011-ST, por sua vez, custo e receita **não** são estritamente vinculados. O Edital exige dos licitantes a apresentação de um preço de tarifa por passageiro, que é reajustado anualmente por índices inflacionários públicos e oficiais pré-estabelecidos. Assim, no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, não sendo o reajuste inflacionário um reembolso à concessionária de custos efetivos de aquisição de insumos, como frota, óleo diesel e das despesas com pessoal, **o maior ganho do concessionário advém da eficiência e da economia, o que, em última análise, propicia tarifas mais módicas aos usuários no decorrer da concessão.**

Para elucidar as diferenças acima apontadas, basta verificar que os custos do Anexo III do Edital de Curitiba - trazidos a valor presente, pois aquela licitação foi realizada no ano de 2009 - são superiores aos do Anexo II.11 do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST. Aliás, se verificados os custos das propostas vencedoras da licitação de Curitiba, segmentados por tipo de veículo e por categoria de custo - trazidos também a valor presente -, comparados aos custos indicados nos estudos de viabilidade das propostas vencedoras da licitação de Brasília, poderá ser constada uma sensível diferença de eficiência e economia no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, em diversos elementos.

Para arrematar esse assunto, é extremamente relevante comparar as tarifas técnicas máximas de todos os lotes da Concorrência n.º 1/2011-ST com a atual e vigente tarifa técnica de Curitiba. Conforme Resolução nº. DIR/007/2013 da URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A, gerenciadora do transporte da capital paranaense, datada de 08 de novembro de 2013, a tarifa técnica do Sistema de Curitiba é de R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos), ou seja, muito superior às tarifas técnicas máximas de qualquer lote da Concorrência n.º 1/2011-ST, a saber:

¹¹ BRASIL. Ministério das Cidades. *Proposta de Barateamento das Tarifas do Transporte Público Urbano*. Brasília, 2006. Disponível em [\[www.ntu.org.br/novosite/arquivos/Barateamento0Tarifas_SEMOB.pdf\]](http://www.ntu.org.br/novosite/arquivos/Barateamento0Tarifas_SEMOB.pdf).



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



R\$ 2,6584 para o Lote nº 1;

R\$ 2,5902 para o Lote nº 2;

R\$ 2,8309 para o Lote nº 3;

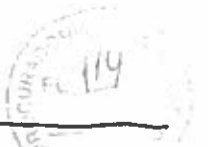
R\$ 2,7192 para o Lote nº 4;

R\$ 2,7093 para o Lote nº 5. (item 23.1.2 do Edital)

Portanto, dadas as diferenças apontadas anteriormente, a mera superficial comparação numérica do elemento de mérito TIR - Taxa Interna de Retorno - entre os Editais não representa absolutamente nada, eis que desprovida de fundamento econômico, legal ou jurídico. Certamente, se adotada fosse a metodologia de Fluxo de Caixa do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e boa parte dos custos demonstrados no estudo de viabilidade econômico-financeira das empresas vencedoras da licitação desta Capital Federal, na avaliação econômica das concessões de Curitiba, apurar-se-ia uma taxa interna de retorno - TIR sensivelmente superior a 8,95% ao ano.

O Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST não restringiu a competitividade, pelo contrário, assegurou que fossem contratadas empresas que prezarão pela eficiência.

Ademais, não merece guarida a alegação de que a suposta falta de transparência teria criado vantagem indevida para os atuais concessionários. Mais uma vez está ausente a lógica nos argumentos da Representação reproduzida pela Autora. É de conhecimento público e notório que, dos 5 lotes do Certame em tela, apenas dois foram adjudicados a empresas que operavam no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF. Os demais vencedores são de fora, inclusive, operam em outras cidades do Brasil. A empresa Vera Cruz, citada na representação ministerial, foi inabilitada do Certame, de modo que suas propostas financeiras sequer foram abertas.



Diante dos argumentos expostos, não se verifica qualquer ilegalidade ou irregularidade no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, o qual em nenhum ponto restringiu a competitividade entre os licitantes e possíveis interessados.

Acaso se entenda que as razões acima expostas não bastam para o afastamento de qualquer dúvida a respeito da improcedência da alegação de superfaturamento dos valores estimados para as tarifas na Concorrência n.º 1/2011-ST, por se tratar de matéria que envolve conhecimentos técnicos, requer-se a produção de prova especializada para se comprovar a inexistência de irregularidades.

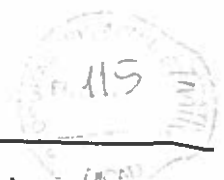
4.6 DA REGULARIDADE DAS DECISÕES DE JULGAMENTO DAS FASES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA n.º 1/2011-ST

Na petição inicial, a Autora insurge-se quanto ao julgamento das fases de habilitação e de proposta da Concorrência n.º 1/2011-ST.

Tais alegações, entretanto, não merecem guarida.

Primeiro, quanto às empresas eventualmente inabilitadas, é de se observar que tal inabilitação decorreu de ato exclusivo destas, que não preencheram os requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e pelo Edital da Licitação. Tanto isso é verdade que a inabilitação das licitantes foi confirmada pelo Poder Judiciário, conforme dezenas de decisões em anexo.

Ou seja, as empresas consideradas inabilitadas na Licitação o foram porque não preenchiam os requisitos legais e editalícios. O fato de empresas interessadas não atenderem aos requisitos exigidos pelo Edital da



Licitação não pode ser atribuído à Comissão Especial de Licitação ou à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. As decisões administrativas da fase de habilitação da Concorrência nº. 1/2011-ST nada mais fizeram do que observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário dos princípios da isonomia e da legalidade.

A propósito, analisando os requisitos de habilitação do Edital de licitação em comento, item VI.1.5, o parecerista **Marçal JUSTEN FILHO** confirmou que **"os requisitos de habilitação dos licitantes foram estabelecidos em termos conformes com a disciplina legal."** E ainda, referindo-se à denúncia então formulada pela ABRADec: **"os argumentos contemplados na documentação examinada são absolutamente improcedentes"**.

Passa-se-á às insurgências apontadas na exordial.

A alegação da Autora no sentido de que a Viação Piracicabana teria sido favorecida com a inclusão posterior de documentos também não merece guarida.

Cumpre trazer a transcrição o teor do citado ofício, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, datado de 08.03.13:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST



Ofício nº 20/2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 08 de março de 2013

Senhor Representante,

Com a finalidade de uma análise mais apurada de documentação dessa empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração

Folha:	032006
Processo nº:	090.000.455/2010
Rubrica:	[assinatura]
Matricula:	[assinatura]

Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente

Folha:	032007
Processo nº:	090.000.455/2010
Rubrica:	[assinatura]
Matricula:	163284

À VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.
Estrada Antônio Abdella 235
Jardim Califórnia
Piracicaba - SP
Cep 13424-700

Att. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Recebido

8/03/2013

Da análise do ofício 20/2013 - CEL n.º 01/2011 - ST emitido pelo Presidente da Comissão observa-se foi solicitada a apresentação de documentação relativa ao período de 01/01/2009, "com a finalidade de uma análise mais apurada da documentação desta empresa".

Facilmente se percebe que não foi requisitada a apresentação de documentação exigida pelo Edital da Concorrência n.º. 1/2011-ST, a qual ensejava na habilitação ou inabilitação dos licitantes, vejamos a previsão editalícia:

"21.5.1 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira será constituída por:



21.5.1.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data estabelecida para a entrega da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**;

21.5.1.1.1 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deverão ser apresentados mediante cópia extraída do Livro Diário, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, ou mediante cópia das Demonstrações devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, salvo na hipótese do item seguinte;

21.5.1.1.2 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados por meio de cópia impressa e física das demonstrações digitais, acompanhadas do recibo de entrega do livro digital perante a Receita Federal.

21.5.1.1.3 - Quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deverá ser acompanhada das publicações exigidas por Lei.[...]"

Como se vê, o instrumento convocatório exigia dos licitantes a apresentação de Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei. À época da abertura da licitação, em 04 de fevereiro de 2013, as demonstrações contábeis e balanço



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



patrimonial exigíveis era o do ano de 2011, e não de 2009.¹²

Portanto, eventual apresentação de documentação relativa ao ano de 2009 pela Viação Piracicabana não representaria qualquer modificação na documentação de habilitação originalmente apresentada pela licitante, tampouco não significa que tal documentação pudesse reverter a inabilitação da Viação Piracicabana.

Tal diligência foi realizada pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação visando esclarecer a documentação do processo nos termos do que disciplina o §3º do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o item 20.12 do Edital, senão vejamos:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

¹² O balanço patrimonial é fechado ao término de cada exercício social em consonância ao artigo 1065 do Código Civil. O Código Civil (Lei Federal nº 10406/2002) estabelece que o balanço deverá ser apresentado até o quarto mês seguinte ao término do exercício social, a saber: Dispõe o artigo 1.078 do Código Civil:

"Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico."

Em contrapartida, em 2007 foi criado o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital e a ECD – a Escrituração Contábil Digital em que todas as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no Lucro Real são obrigadas a adotá-las, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 787/2007. O artigo 5º da referida Instrução Normativa disciplinou sobre o prazo limite para apresentação do ECD junto a Sped:

"Art. 5º A ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração."

Isto é, a Instrução Normativa estabeleceu que as empresas enquadradas no regime de Lucro Real terão até o final de junho do ano subsequente para apresentação do balanço.

Portanto, no caso o Balanço Patrimonial exigível pelo Edital de acordo com as disposições legais, corresponderia ao ano de 2011, já que a licitação ocorreu em 04/02/2013.



"20.12 - PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

20.12.1 - É facultada, à **COMISSÃO**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**."

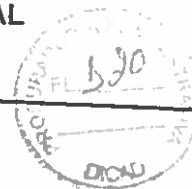
Acerca do tema de diligências realizadas pela comissão durante o procedimento licitatório Marçal JUSTEN FILHO¹³ explica:

"A lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes. Isso não equivale, no entanto, a proibir a juntada de qualquer documento. **Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto a seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior.** Um exemplo que permite melhor compreender o raciocínio. Suponha-se que o particular apresentou um certo atestado para comprovar o preenchimento de experiência anterior. Há dúvidas, no entanto, sobre a compatibilidade da contratação referida no atestado e o objeto licitado. Será obrigatório que a comissão convoque o interessado a esclarecer a natureza de sua experiência anterior. Para tanto, será muito mais relevante a exibição de documentação do que as meras palavras do licitante. Logo, será facultado ao interessado apresentar a documentação atinente à contratação de que resultou o atestado."(Grifou-se).

Também nessa linha de raciocínio, Nyura Disconzi DA SILVA afirma, em seu artigo "A promoção de diligências e os limites legais"¹⁴, que:

¹³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, Dialética, 2008, p. 556.

¹⁴ Informativo de Licitações de Contratos n.º 72. Fevereiro/2000. p. 119.



"O que não pode ocorrer é a inovação no plano material, que se configuraria com a apresentação posterior de documento ou informação que já deveria ter sido entregue em momento anterior (...)."

Sobre o assunto de "diligências" previsto no art. 43, § 3º da mencionada Lei, ensina a referida autora sobre os limites de atuação do Administrador na promoção de diligências:

"(...) a promoção de diligências pode ser realizada a qualquer momento, em qualquer fase do procedimento licitatório, portanto, sempre que se deparar com situações que exija esclarecimento, deverá a Comissão, ou outra autoridade, elucidá-la, promovendo, para tanto, as diligências que se fizerem necessárias.

Notadamente a promoção de diligência concentra-se em momentos que antecedem atos de cunho decisório. É comum, dessa forma, por ocasião da análise dos documentos relativos à habilitação e do julgamento das propostas. Isso não afasta, no entanto, a possibilidade de ser realizada em outros momentos, ou melhor, a qualquer tempo, no curso do procedimento licitatório."

Continua:

"(...) a diligência deve ser promovida para esclarecer pontos obscuros ou controversos, sendo admitida ainda para complementar a instrução do processo."

"(...) não se permite, no entanto, que documentos e



informações que deveriam ser apresentados ou prestados inicialmente, venham a ser incluídos, o que caracterizaria flagrante desrespeito ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

É permitido ainda através de diligência, complementar a instrução do processo. Isso significa que documentação ou informação complementar, que tenha por finalidade confirmar ou esclarecer determinado dado constante em outro documento apresentado oportunamente, poderá ser aceita e então incluída no processo. Por exemplo: apresentando o licitante um determinado documento e existindo dúvida quanto ao seu conteúdo, poderá ser apresentado documento complementar visando ao esclarecimento do conteúdo daquele."

Deste modo, era lícito à Comissão de Licitação promover diligências com vistas a esclarecer obscuridades referentes a documentos entregues durante o Certame, desde que os documentos efetivamente exigidos pelo Edital tenham sido tempestivamente apresentados, como é o caso.

Como o Edital da Licitação exigia, para habilitação dos licitantes, a documentação contábil do ano de 2011, o documento mencionado pelo juízo de origem, porque datado de 2009, **não possui qualquer relevância para habilitação da licitante.**

Diante disso, descabida a fundamentação da r. decisão proferida nos autos de Ação Popular, na medida em que a documentação solicitada pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação em 08/03/2013, referente **ao período de 2009**, não era exigida pelo Edital e sequer poderia ser utilizada pela Comissão para fins de habilitação da empresa, podendo ser utilizada apenas para esclarecer ou complementar algum documento que já havia sido apresentado pela licitante.

Quanto à Inscrição Estadual do Consórcio HP-ITA, a



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



Comissão Especial de Licitação realizou a verificação da regularidade da documentação apresentada, portanto restou comprovado que a inscrição cadastral estadual da empresa encontra-se regular.

Conforme mencionado no julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitação promoveu diligência, em 22/03/2013, acessando o site <http://www.sefaz.go.gov.br/ccs/consultar.asp> e verificou que a situação cadastral da Ita Empresa Transportes encontrava-se regular (habilitada/ativa).

O art. 43, § 3º autoriza a Comissão de Licitação a promover diligência, senão vejamos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

É dever da Comissão Especial de Licitação atestar a veracidade dos documentos cuja emissão é feita por meio eletrônico, pois a aceitação desses é condicionada à confirmação de seus dados. Sendo assim, após consulta no site restou afastado qualquer irregularidade quanto a inscrição cadastral estadual da licitante.

De qualquer sorte, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais apresentada pela consorciada Ita Empresa de Transportes Ltda. (fl. 30366) supriria qualquer dúvida a respeito da existência do cadastro estadual, na medida em que, **só é possível a emissão de certidão fiscal em relação a licitantes devidamente inscritas perante a Administração Estadual.**

Deste modo, não há que se falar em inabilitação do Consórcio HP-ITA por ausência de comprovação de inscrição cadastral estadual, até porque, a licitante fez prova de sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual em atendimento ao item 21.3.1.2 do Edital, a qual foi objeto de confirmação pela Comissão de Licitação.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Também não há que se falar em supressão do prazo recursal em relação ao julgamento da proposta do Consórcio HP-ITA.

Isso porque, diferentemente do que tenta fazer crer a Autora, não houve desrespeito à legislação aplicável, tampouco cerceamento de direito recursal das licitantes contra a classificação da proposta do citado Consórcio, já que este (único concorrente) renunciou ao prazo recursal.

Ademais, é certo que as empresas inabilitadas no certame não possuem direito recursal nas fases seguintes do certame, razão pela qual não há que se falar em cerceamento de direito recursal.

Urge frisar que todos os prazos de recursos no decorrer do Certame foram respeitados, vejamos:

Na primeira abertura da Concorrência n.º 1/2011 - ST, ocorrida em 2012, o resultado do julgamento da habilitação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF n.º 218, de 26 de outubro de 2012, abrindo o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, conforme cópia anexa.

Em 6 de novembro de 2012, foi publicado no DODF n.º 255, o aviso dos recursos interpostos, abrindo o prazo de cinco dias úteis para impugnação dos recursos, conforme preceituado no art. 109, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993.

Somente após finalizado os prazos estabelecidos acima é que os recursos e impugnações foram apreciados pela Comissão Especial de Licitação e pelas autoridades desta Pasta, sendo que o julgamento dos recursos da habilitação foi realizado em 11 de dezembro de 2012, conforme publicação ocorrida no DODF n.º 251, de 12 de dezembro de 2012.

Desse julgamento, restaram habilitadas a Viação Pioneira Ltda., nos Lotes 1, 2, 3, 4 e 5 e a Expresso São José Ltda., nos Lotes 1, 2, 3, 4 e 5. Tendo as demais licitantes sido inabilitadas, conforme julgamento, em anexo.



Na reabertura da Concorrência n.º 1/2011 - ST, ocorrida em 2013, o resultado do julgamento da habilitação foi publicado no DODF n.º 45 de 4 de março de 2013, sendo aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, nos termos do art. 109, I, "a", da Lei n.º 8.666/1993.

Em 13 de março de 2013, foi publicado no DODF n.º 52, o aviso dos recursos interpostos, sendo aberto o prazo de cinco dias úteis para impugnação, conforme art. 109, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993.

Depois de finalizado os prazos citados, é que os recursos e impugnações foram avaliados pela Comissão Especial de Licitação e pelas autoridades desta Secretaria, tendo sido publicado no DODF n.º 76, de 27 de março de 2013, o resultado do julgamento dos recursos, conforme cópia anexa.

Desse julgamento dos recursos, restaram habilitadas a Auto Viação Marechal Ltda., nos Lotes 1, 3 e 4, Consórcio HP-ITA, nos Lotes 1, 3 e 4 e Viação Piracicabana, no Lote 1. As demais licitantes foram inabilitadas.

Salutar frisar que as licitantes inabilitadas não possuem legitimidade recursal referente aos atos subsequentes do certame, como, por exemplo, a classificação das propostas, consoante preceito estabelecido no art. 41, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993:

Art. 41

[...] § 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Na fase da classificação das propostas todas as licitantes habilitadas expressaram explicitamente a desistência do direito de interpor recurso ante o julgamento das propostas, permitindo, dessa forma, o prosseguimento da Licitação, conforme preceito estabelecido no item 20.7 do Edital da Concorrência n.º 1/2011 - ST e documentação anexa.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

175
TRATADO
UNICA

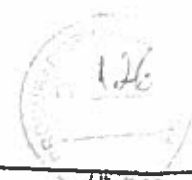
20.7 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, **havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todas as LICITANTES**, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a COMISSÃO divulgará a classificação final das LICITANTES no ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO DF.

Ante o exposto, resta exaustivamente aclarado que não houve no decorrer de todo o Certame nenhuma supressão de prazo recursal, tampouco cerceamento de direito recursal das licitantes contra a habilitação ou classificação das propostas.

No que diz respeito à habilitação da licitante Auto Viação Marechal Ltda., remete-se, mais uma vez, aos termos do parecer em anexo (itens 96 a 101), **no qual o Ilustre Professor Marçal JUSTEN FILHO conclui pela improcedência das insurgências levantadas.**

Especialmente quanto à inexistência do cadastro estadual, bem como quanto ao atestado emitido pela URBS, o parecerista assim concluiu:

"98. Em primeiro lugar, teria sido admitida a regularidade fiscal da referida empresa não obstante a ausência de comprovação da inscrição perante o cadastro estadual de contribuintes. **A crítica é absolutamente improcedente. A Lei nº 8.666 exige a comprovação no cadastro de contribuintes do Estado quando houver (art. 29, inc. II). Evidentemente, a exigência não se refere à existência propriamente dita do cadastro.** O que se passa é que, em muitos casos, a atividade do licitante não envolve obrigatoriedade de inscrição no cadastro estadual. A matéria envolve a natureza da atividade desempenhada e a materialidade da incidência tributária. Existem certas atividades que são tributáveis exclusivamente por meio de tributos estaduais (basicamente, o ICMS), enquanto outras são sujeitas apenas à tributação municipal (essencialmente,



o ISS). A prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros se subordina à incidência do ISS. Como decorrência, não cabe exigir a inscrição do licitante no cadastro de contribuintes do Estado – simplesmente porque a atividade desempenhada pelo licitante não se sujeita à incidência de tributo estadual. Em terminologia mais simples: o licitante para serviço de transporte de passageiros não é contribuinte do Estado. Logo, cabe-lhe comprovar a sua inscrição no cadastro de contribuintes do Município¹⁵. Portanto, a decisão que reconheceu como suficiente a inscrição do licitante no cadastro municipal não refletiu qualquer juízo de preferência pessoal da autoridade julgadora. Tratou-se, pura e simplesmente, de aplicar o direito ao caso concreto.

99. O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ – um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente um caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência – solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) –, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.”

¹⁵ Sobre o tema, confira-se a exposição mais alongada do signatário em *Comentários*....



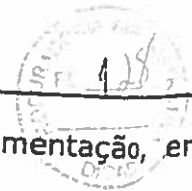
Portanto, não houve a inclusão de novos documentos, mas mera diligência para verificação de erro de digitação no número do CNPJ. Sobre o tema, assim esclareceu o referido parecer (item 99):

O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ – um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente uma caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência – solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) –, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.

Cite-se, ainda, que o julgamento da habilitação da Auto Viação Marechal Ltda. foi inclusive referendado **pelo Poder Judiciário, no mandado de segurança nº. 2013.00.2.00.8865-6, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que indeferiu a liminar postulada pela VIPLAN- Viação Planalto Ltda., não havendo que se falar em direcionamento.**

Imperioso registrar, também, que o mencionado escritório de advocacia não emitiu nenhum parecer a respeito da exequibilidade, viabilidade ou compatibilidade econômico-financeira das propostas financeiras de nenhum licitante, por se tratar de tema alheio à especialidade do sobredito escritório – pelo que, também por esse motivo, não há que se falar em direcionamento do certame.

Salutar registrar que as análises técnicas financeiras das propostas de tarifa ficaram a cargo exclusivamente dos consultores



integrantes da empresa LOGIT ENGENHARIA¹⁶, conforme documentação, em anexo.

Esclareça-se que a empresa LOGIT CONSULTORIA, dentro de sua área de atuação e expertise, analisou a proposta financeira da licitante Auto Viação Marechal Ltda. e constatou a viabilidade e exequibilidade desta, **que indicava preço equivalente ao valor máximo de tarifa técnica fixada no Edital para o Lote em questão.**

Nesse particular, ressalte-se que o Edital de Licitação não vedava a proposta de tarifa equivalente ao valor máximo, obstando apenas que a tarifa ofertada pelos licitantes superasse o valor máximo, o que não ocorreu in casu.

Fica evidente, portanto, que as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação pautaram-se pela legalidade e pelos demais princípios de direito administrativo, inexistindo informações privilegiadas a quem quer que seja.

4.7 DA IRRELEVÂNCIA DE AÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ AO PRESENTE FEITO

A Autora, mais uma vez tentando induzir a equívoco, aponta na inicial a existência de Inquérito Civil na cidade de Apucarana, no Estado do Paraná, criando a tese de que o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados teria beneficiado empresas naquele Município.

Sem razão a Autora.

Inexiste qualquer envolvimento do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no

¹⁶ Tal empresa (LOGIT ENGENHARIA) atuou individualmente, sem qualquer participação da empresa LOGITRANS ENGENHARIA E TRANSPORTE LTDA na avaliação das propostas financeiras, tendo em vista que o CONSÓRCIO LOGIT-LOGITRANS foi dissolvido em fevereiro de 2012, não tendo a empresa LOGITRANS emitido qualquer parecer após essa data.



certame realizado em Apucarana-PR, como bem demonstram os esclarecimentos prestados pelo advogado Sacha Breckenfeld Reck perante o Ministério Público do Estado do Paraná, em anexo.

Em seu depoimento ao Ministério Público, o advogado Sacha Reck esclarece que o sobrenome "Constantino" está presente em distintas empresas, **as quais atuam de forma independente**, sendo um completo equívoco denominar como Grupo Constantino, todas as sociedades que no seu quadro possuam sócios com o sobrenome "Constantino". No depoimento, o advogado afirma que não possui vínculo com tal fictício "Grupo", e descreveu as empresas para as quais prestou de serviços. Nenhuma delas participou da licitação do Distrito Federal e nem formam grupo econômico com qualquer das participantes da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Indagado sobre a existência, no ordenamento jurídico brasileiro, de impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços à Administração Pública se tiver anteriormente atuado na defesa de interesses de clientes privados, **o parecerista Marçal JUSTEN FILHO** responde categoricamente que não, esclarecendo ainda:

"Resposta: Não. O exercício de profissão regulamentada por profissional liberal propicia a contratação por clientes diversos, para atendimento a objetos específicos. Quando se trata da advocacia, existe um dever fundamental de fidelidade do advogado ao seu cliente, relacionado ao objeto da atuação específica. A violação a esse dever pode tipificar crime. Existe tipo penal contemplando a defesa de interesses de clientes diversos no mesmo litígio, mas não há vedação ao patrocínio de interesses de clientes diversos em litígios distintos. Essa disciplina jurídica não é afetada pela condição do cliente. Atuar na defesa da Administração Pública não produz um dever de fidelidade mais intenso para o advogado, que está obrigado a atuar do modo mais honesto e perfeito em favor de qualquer cliente, sem distinção da sua qualidade. **Por**



isso, a existência de um contrato anterior com um cliente privado não se constitui em impedimento a que um advogado seja contratado pela Administração Pública – ainda quando a referida contratação envolver algum interesse do cliente do advogado. Isso não significa, como é evidente, que o advogado esteja autorizado a superpor o interesse do antigo cliente ao da Administração Pública. Como dito, o advogado está obrigado à mais estrita fidelidade aos seus clientes, tomando em vista cada uma das contratações de que participar.”

De outra parte, a Associação Autora, menciona uma Ação de Improbidade Administrativa em trâmite na Justiça Paranaense, sob o nº. 0011202-06.2013.8.16.0031, na primeira Vara Cível de Guarapuava. No entanto omite que, no que diz respeito ao advogado Sacha Reck, tal demanda teve origem justamente nas denúncias criadas pela ABRADec – e dissipadas na mídia.

De fato, as mesmas notícias jornalísticas citadas na inicial do presente feito foram utilizadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná para fundamentar a citada Ação de Improbidade Administrativa.

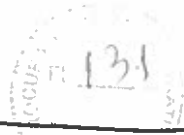
E justamente porque tais notícias jornalísticas veiculavam acusações caluniosas envolvendo a Concorrência n.º 1/2011-ST, sem qualquer reconhecimento legítimo de procedência ou plausibilidade, não constituindo prova e nem sequer indício de conluio ou ato ilícito na atuação do advogado Sacha Reck na licitação do Município de Guarapuava-PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná cassou a liminar proferida naquela ação civil pública, conforme decisão em anexo.

A liminar proferida naqueles autos, por sua vez, que decretou equivocadamente a indisponibilidade dos bens do advogado Sacha Reck – já revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme decisão em anexo, é citada na exordial da presente demanda.

Foi criado um ciclo virtuoso, arquitetado, que teve início justamente na denúncia da ABRADec e nas notícias caluniosas daí decorrentes, divulgadas pelo Jornal de Brasília e por outros blogs locais, e posteriormente com



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



a propositura de ação idêntica à da ABRADec pela APROCON nos presentes autos:

→ A ABRADec formulou denúncia caluniosa e mentirosa, colocando sob suspeita a Concorrência n.º 1/2011-ST → foram plantadas, no Jornal de Brasília e em blogs da internet, notícias caluniosas sobre a atuação do escritório de advocacia na Concorrência n.º 1/2011-ST, → tais notícias, por sua vez, foram recebidas pelo Ministério Público do Estado do Paraná e utilizadas para fundamentar Ação Civil Pública que visa a anulação da Concorrência 05/2009 do Município de Guarapuava → a medida liminar proferida na Comarca de Guarapuava, embora já estivesse revogada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, foi usada como fundamento na petição inicial deste feito →, e, além disso, retroalimentou novas notícias do Jornal de Brasília e outros meios de comunicação, dando a falsa impressão de se tratar de fatos naturais e espontâneos, que, na verdade, ocultam o interesse privado de barrar a Concorrência n.º 1/2011 - ST.

Esclareça-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná houve por bem em revogar a medida liminar de indisponibilidade de bens deferida na Ação Civil Pública que tem por objeto o transporte coletivo de Guarapuava.

Em seu despacho, que deferiu efeito suspensivo ao agravo de instrumento manejado pelo advogado Sacha Reck, o Exmo Desembargador Nilson Mizuta, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entendeu não estar presente a fumaça do bom direito, ressaltando a ausência de conduta dolosa pelo advogado, e a ausência de provas sobre o eventual recebimento de vantagem econômica indevida e de enriquecimento sem causa lícita, bem como a insuficiência probatória sobre a ofensa lesiva ao patrimônio público financeiro do Município de Guarapuava.

Na mesma decisão, o Douto Desembargador asseverou que "registre-se, ao agravante [Sacha Reck] não foi atribuída nenhuma conduta fática que tivesse causado prejuízo ao processo licitatório."

Portanto, além de ser infundada a Ação de Improbidade



Administrativa que tramita em Guarapuava-PR, e já estar sendo combatida pelo advogado Sacha Reck, a única relação entre aquela ação e a presente demanda consiste no fato de que se basearam em denúncia formulada pela ABRADec - que ajuizou a ação conexa à presente -, dissipada caluniosamente na mídia.

E a própria APROCON, Autora da Ação Civil Pública em comento, agiu de má fé, ao utilizar como fundamento da presente demanda o fato de ter sido decretada indisponibilidade de bens do advogado Sacha Reck, de seu pai Garrone Reck e da empresa Auto Viação Marechal Ltda, inclusive fazendo referência a decisões já revogadas pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná desde o mês de agosto de 2013.

Urge realçar que a ação de improbidade administrativa que tramita na Justiça Paranaense não tem o condão de gerar nenhum efeito jurídico na presente demanda.

5. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE LIMINAR

Impende lembrar que, nos termos da preliminar suscitada acima, em virtude da decisão unânime do Conselho Especial do TJDF nos autos de Suspensão de Segurança n.º 2013.00.2.024163-0 que suspendeu os efeitos da liminar deferida em ação com mesmo pedido e mesma causa de pedir do presente feito, não é possível o deferimento da liminar pugnada pela APROCON, sob pena de afronta à referida decisão da Corte de Justiça.

De qualquer modo, é de se ver que, diante das razões expostas anteriormente, é flagrante a ausência dos requisitos para concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial.

O *fumus boni juris* - resta, *prima facie*, não demonstrado, tendo em vista as razões fáticas, jurídicas e doutrinárias já expendidas, que cabalmente demonstram a inexistência das ilegalidades apontadas pela Autora.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

123

Não há verossimilhança nas alegações da Autora, visto que a inicial se fundamenta em argumentos desprovidos de fundamento jurídico ou lastro probatório fidedigno, fundamentando-se em notícias jornalísticas iniciadas por acusações infundadas da própria ABRADDEC.

O *periculum in mora* também não socorre a Autora.

A liminar deferida neste feito, sim, acarretaria em **prejuízo reverso ao interesse público**, pois obrigaria a população do Distrito Federal a permanecer na caótica prestação do serviço, com ônibus sucateados, até o julgamento do mérito da demanda, perpetuando o atual monopólio do Sistema por mais um longo tempo.

Nesta toada, vejamos trecho da fundamentação do acórdão do Conselho Especial do TJDFT nos autos da SS 2013.00.2.024163-0:

"Preliminarmente, é de se registrar o interesse da agravante no presente pedido de suspensão, pois se revela, no mínimo, enigmático. Isso porque, pelo que se pode perceber da acurada análise da questão envolvendo o transporte público do Distrito Federal, **o novo modelo implementado pelo Governo Local tem origem em Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual se buscou a quebra de "oligopólio" até então existente no Distrito Federal por conhecidas empresas do ramo.** Figuraram no pólo passivo da referida ação o Distrito Federal e o DFTRANS - Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF, tendo a sentença de mérito decidido a demanda nos seguintes termos:

(...)

As antigas empresas, que operavam o sistema de transporte público e cujo interesse seria aparente, quedaram-se inertes, pelo menos não há qualquer notícia do contrário nos presentes autos, fato que pode denotar sinais de lisura do procedimento licitatório promovido pelo agravado, ao contrário do afirmado pela ABRADDEC no presente agravo.



O enigma da questão se justifica em razão do real interesse dos representados da agravante. Ora, se a mudança de modelo veio exatamente com vistas a melhorar a prestação do serviço de transporte público no Distrito Federal, não há qualquer motivo aparente capaz de justificar a tese da agravante em promover a contratação, em caráter emergencial, das empresas que já se retiraram do sistema de transporte público e que, aparentemente, se conformaram com o resultado do procedimento licitatório em questão. Admitir a possibilidade de contratação emergencial, conforme se sugere, pelo menos num juízo perfunctório, estar-se-ia retroagindo em todo esse processo de modernização, inclusive indo contra aquilo que fora decidido em sede de Ação Civil Pública movida em defesa da mesma população do Distrito Federal e usuária do Sistema de Transporte Público, na qualidade de consumidores que são nesse contexto."

Ademais, **as cinco novas concessionárias já estão em operação** no STPC/DF, com veículos adquiridos em 2013, sendo que a previsão para substituição integral da frota é até fevereiro de 2014.

Nesse particular, é de se destacar outra prova de má-fé da APROCON ao afirmar, em sua exordial, que "os serviços [de transporte, contratados com a licitação Concorrência n.º 1/2011-ST] sequer estão sendo prestados, o que elimina qualquer risco para a concessão da medida". A Autora faz tal afirmação com base em notícia e quadro informativo disposto no sítio eletrônico da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Entretanto, a própria notícia reproduzida pela Autora não indica que os serviços delegados pela Concorrência n.º 1/2011-ST não estariam sendo prestados. Pelo contrário, aponta que a Viação Piracicabana – nova concessionária do STPC/DF –, estava disponibilizando mais 40 ônibus em suas operações. E, além disso, apenas de a Ação Civil Pública em comento ter sido protocolada em 17 de dezembro de 2013, a Autora capciosamente omite



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

135

inúmeras outras notícias veiculadas no mesmo site da internet (site do DFTRANS) de que as outras concessionárias contratadas mediante a Concorrência n.º 1/2011 haviam começado a operar.

Em 09 de dezembro, por exemplo, foi noticiado que mais 208 novos ônibus estavam entrando em operação no Distrito Federal, conforme anexo.

Igualmente, o quadro disponibilizado no site do Governo reproduzido pela Autora não comprova que os serviços não estavam sendo prestados. O referido quadro demonstra que – quando de sua elaboração – já estavam operando a Viação Piracicabana, Viação Pioneira e Expresso São José (todas em uma sessão específica do quadro, “*novos contratos*”). Mais do que isto, a Autora omite que no site onde está este quadro, é informado que este tem “*dados gerados no dia 11/11/2013*” e que “*a periodicidade de atualização será semestral*”.

O absurdo do pedido liminar da Autora, a toda aparência, produz uma inversão perniciosa de valores, pois resultaria na suspensão da atividade de empresas selecionadas em procedimento licitatório, que assegura eficiência, qualidade dos serviços e segurança jurídica, em troca de uma situação de precariedade, pois o Governo do Distrito Federal estaria obrigado a contratar emergencialmente operadoras para a prestação deste serviço público essencial.

O sistema de transporte que precedeu as novas concessionárias, além de falido e sucateado, era atendido por empresas e pessoas físicas em péssimas condições financeiras e operacionais, e, pior, amparado em contratos precários celebrados sem licitação. Esse sistema, obviamente, não será retomado, pois a maior parte das antigas operadoras já foi substituída e o Governo do Distrito Federal não pode retomar o *status quo ante*.

Eventual deferimento da liminar aqui pretendida, em última análise, deixará os usuários do transporte público coletivo desatendidos, o que, sem dúvida, viola o interesse público.



6. PEDIDOS

Ante todo o delineado, solicitamos a essa Procuradoria Geral do Distrito Federal que sejam arrolados os pedidos a seguir, entre outros que essa Especializada reputar pertinentes:

- a) Seja INDEFERIDA a liminar pleiteada pela APROCON no presente feito, posto que o deferimento da tutela requerida pela Autora violaria decisão do Conselho Especial do TJDFT nos autos de SS 2013.00.2.024163-0 e, ademais, não estão presentes os requisitos para concessão da liminar;
- b) Seja a presente ação reunida à Ação Civil Pública 2013.01.1.137964-2 para julgamento em conjunto, em vista ao art. 105 do Código de Processo Civil;
- c) Por fim, sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 10 janeiro de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL